

# Revista do ILP

Nº 12, ANO VI, dezembro / 2025





# Revista do ILP 12

---

## Patrimônios e Legados Culturais Imateriais no Estado de São Paulo e outros temas contemporâneos

Publicação do Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas  
do Poder Legislativo do Estado de São Paulo  
(Instituto do Legislativo Paulista – ILP)



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO MESA DIRETORA**

Presidente: André do Prado

1º Secretário: Maurici

2º Secretário: Barros Munhoz

1º Vice-Presidente: Gilmaci Santos

2º Vice-Presidente: Milton Leite Filho

3º Vice-Presidente: Fábio Faria de Sá

4º Vice-Presidente: Paulo Correa Jr.

3º Secretário: Gil Diniz

4º Secretário: Léo Oliveira

## **INSTITUTO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA – ILP)**

Diretor-Presidente: Rodrigo Del Nero

Diretor Executivo: Marlon Damasceno Cabral

Diretor Executivo: Daniel Santos Garroux

Gestor de Divisão: Eliézer Ribeiro da Costa

## **REVISTA DO ILP**

Editora: Any Marise Ortega

Editora Assistente: Caroline de Castro Gomes

## **CORPO CONSULTIVO**

Alex Peloggia, Ana Carolina Corrêa da Costa Leister, Douglas Libório,

Érika Rigotti Furtado, Gazy Andraus, Giuliano Tierno de Siqueira,

Helen Barbosa Raiz, Julio de Souza Comparini, Leonardo David Quintiliano,

Marta Maria Assumpção-Rodrigues, Rafael Castro Kocian,

Sílvio Gabriel Serrano Nunes, Sirlene Arêdes

Stanley Plácido da Rosa Silva, Thiago dos Santos Dias



Revista do ILP 12, 2025

© copyright dos autores  
© copyright desta edição: ILP

**Revista do ILP**

Publicação do Instituto do Legislativo Paulista  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
São Paulo (SP), Brasil  
Número 12, dezembro de 2025.

Editora: Any Ortega  
Editora Assistente: Caroline Gomes

Leitura final: Laura Ávila de Souza  
Diagramação e revisão: equipe editorial do ILP  
Capa: Divisão de Comunicação Institucional / SGA-ALESP

**FICHA CATALOGRÁFICA**

---

Revista do ILP / Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.  
-- v.6, n.12 – Patrimônios e Legados Culturais Imateriais no Estado de São Paulo e outros temas contemporâneos –, dezembro de 2025.  
São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista, 2025;

Anual  
ISSN: 2446-600X

1. Ciência Política – Periódico. 2. Políticas Públicas – Periódico. I. Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

---

**Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Instituto do Legislativo Paulista – ILP)**  
Avenida Pedro Álvares Cabral 201 - 04097-900 – São Paulo – Brasil  
(11) 3886-6288 / [ilp@al.sp.gov.br](mailto:ilp@al.sp.gov.br) / [www.al.sp.gov.br/ilp](http://www.al.sp.gov.br/ilp)

*As opiniões e conceitos expressos nos textos assinados, bem como as informações fornecidas, a originalidade dos trabalhos, a citação de fontes e o adequado uso de imagens são de responsabilidade dos autores, não representando concepções oficiais desta publicação ou de sua editoria, do ILP ou da ALESP.*

*Publicação de livre acesso e distribuição gratuita. É permitida a reprodução, para fins de pesquisa e educacionais, não lucrativos, desde que citada a fonte.*

# SUMÁRIO

## Apresentação

*Daniel Garroux*

## Editorial

*Any Ortega e Caroline Gomes*

---

## PATRIMÔNIOS E LEGADOS CULTURAIS IMATERIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

### **Educar desde y en los patrimonios: cultura e identidad**

Laura Isabel Romero

15-23

### **Educar a partir dos e nos patrimônios: cultura e identidade**

Laura Isabel Romero / Tradução de Eric Cyon Rodrigues e Any Ortega

24-32

### **Patrimônio urbano e rural do Vale do Paraíba: entre os traços coloniais e imperiais — o ausente e o presente**

Pedro de Alcântara Bittencourt César

34-40

### **Memória, território e política: auto-organização nas comunidades de Caiumba / Tambu / Batuque de Umbigada paulista**

Elisabete de Fátima Farias Silva e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

42-51

### **As múltiplas dimensões do patrimônio cultural, do material ao imaterial: a tradição do Corpus Christi de Matão (SP) como forma de expressão artística e festividade**

Luis Gustavo Lucatelli e Maísa Fonseca de Almeida

53-62

### **A importância das políticas municipais de conservação do patrimônio cultural**

Luci Mendes de Melo Bonini

64-74

**O cemitério japonês de Álvares Machado (SP): entre o material e o imaterial**

Rodrigo Modesto Nascimento

76-84

---

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS**

**Geopolítica contemporânea e a grande estratégia nacional: articulando clássico e aeroespacial**

Guilherme Sandoval Góes e Thiago dos Santos Dias

86-105

**A importância da Biblioteca na preservação e disseminação do conhecimento tecnológico e científico: o caso da GITEB no IPT**

Brenda de Melo Silva e Maria Solange de Oliveira Pereira Fierro

106-112

**A potencialidade da Inteligência Artificial para o Ensino Fundamental, anos finais**

Carlos Rodrigues Pimentel e Walefe Lopes da Cruz

113-127

**O Projeto Geoparque Corumbataí como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável: um breve dossiê**

José Alexandre de J. Perinotto, José Eduardo Zaine, Matheus Lisboa Nobre da Silva, Miguel Borduque, Maria Vitória Baptista, Fábio Augusto Gomes Vieira Reis e Mariselma Ferreira Zaine

128-140

---

**Saúde como estratégia econômica: uma abordagem contemporânea e transversal**

Tacyra O. Valois

142-158

---

**MEMÓRIA REVISTA DO ILP**

---

**POLÍTICA EDITORIAL**

# APRESENTAÇÃO

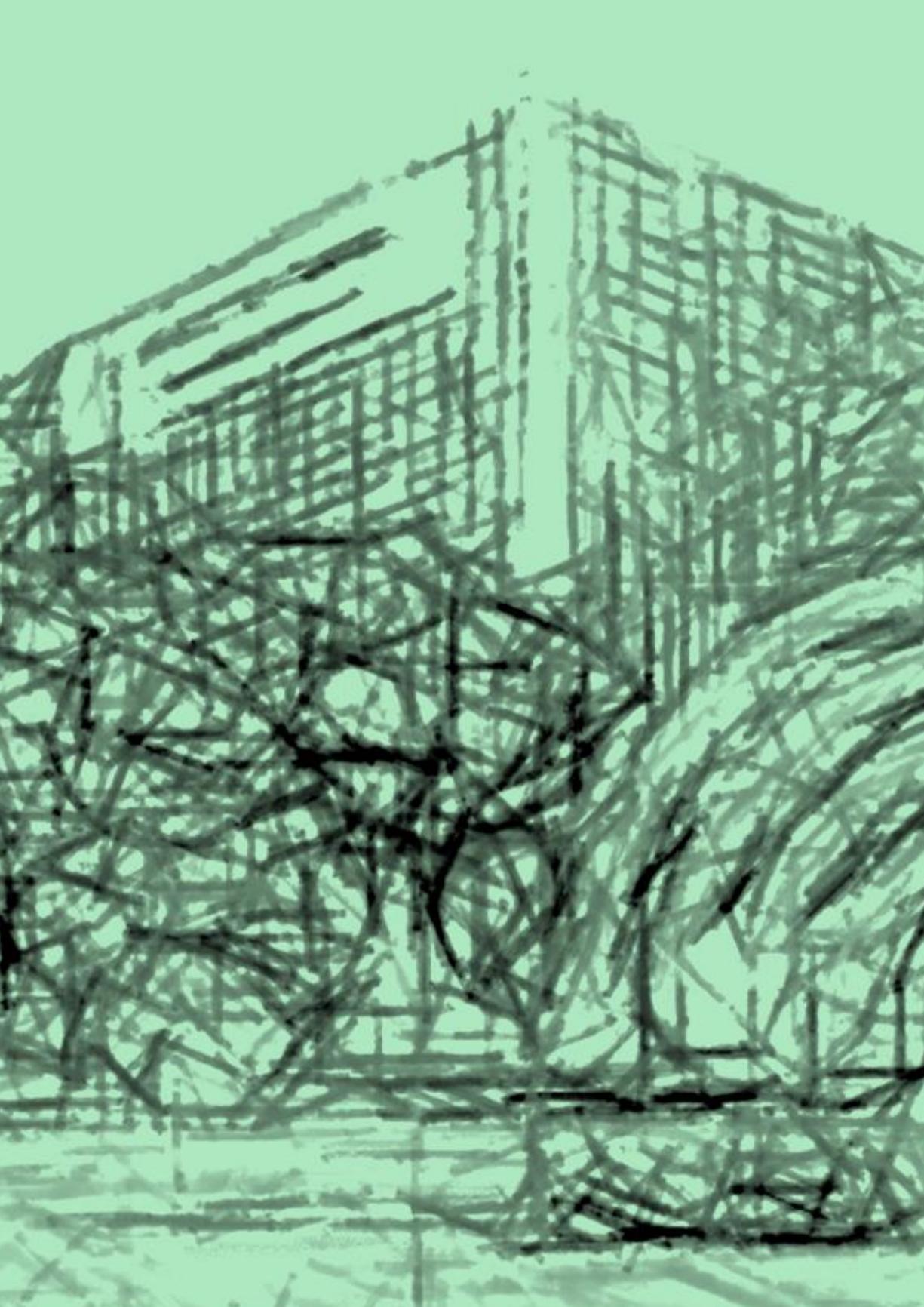
A Revista do Instituto Legislativo Paulista se consolida como um espaço plural de reflexão e debate sobre temas fundamentais para a sociedade e para a construção de políticas públicas. Este número reúne pesquisas e análises que transitam entre a profundidade da memória cultural e os desafios da contemporaneidade, refletindo a complexidade do Estado de São Paulo.

Na seção “Patrimônios e Legados Culturais Imateriais no Estado de São Paulo”, mergulhamos nas raízes e nas expressões vivas da nossa identidade. Os artigos exploram desde perspectivas educativas que partem do patrimônio até estudos de caso concretos: as comunidades do Caiumba, Tambu e Batuque de Umbigada, a tradição artística e festiva do Corpus Christi em Matão, a crucial atuação das políticas municipais de preservação e a simbólica presença do cemitério japonês de Álvares Machado. Juntos, esses textos revelam a riqueza e as camadas que constituem o patrimônio cultural paulista, entrelaçando o material e o imaterial.

A seção “Temas Contemporâneos” volta seu olhar para o presente e o futuro, de modo a abordar questões estratégicas e inovadoras. São discutidos a geopolítica e a estratégia nacional na era aeroespacial, o papel vital das bibliotecas na difusão do conhecimento tecnológico, o potencial transformador da inteligência artificial na educação básica e, por fim, o Projeto Geoparque Corumbataí como modelo de desenvolvimento regional sustentável.

A Revista do ILP reafirma sua vocação para fomentar o diálogo entre o patrimônio que nos define e as inovações que nos projetam adiante, oferecendo subsídios valiosos para legisladores, gestores, acadêmicos e todos os cidadãos interessados no desenvolvimento integral de São Paulo. E o Instituto Legislativo Paulista reforça sua atuação como um canal de diálogo entre a academia, o Legislativo e a sociedade.

Daniel Santos Garroux  
Boa leitura!



# EDITORIAL

O Instituto do Legislativo Paulista, como instituição de estudo, capacitação e políticas públicas do Poder Legislativo, conta com diversas estratégias básicas para a consecução de seus objetivos, como a realização de seminários e cursos de capacitação, aperfeiçoamento e extensão — muitos dos quais em cooperação com entidades públicas e da sociedade civil —, a promoção de iniciativas de educação cidadã, especialmente voltadas para a juventude, e sua produção editorial. Nesta, ganham destaque os periódicos técnico-científicos e de extensão cultural, representados pela Revista do ILP e pelos Cadernos do ILP.

Especificamente, este número da Revista do ILP, seguindo as diretrizes traçadas em sua política editorial, representa mais um passo neste trabalho de colocar em evidência temas de relevância para a sociedade e o Parlamento, aqui com destaque para o tema do “patrimônio cultural imaterial”. Este, como se sabe, representa uma porção do conjunto geral dos legados e patrimônios de natureza cultural ou natural da nação que tem ganhado relevância em termos de interesse no século XXI, de fato muito depois de outras categorias como o patrimônio material e o paisagístico, que têm tido atenção sistemática no País, inclusive no que diz respeito à produção legislativa e à ação do poder público, pelo menos desde a primeira metade do século XX.

Esse “ganho de relevância”, por sua vez, de certa forma repete caminhos já trilhados, e não necessariamente totalmente equacionados, envolvendo seu reconhecimento e caracterização, a atribuição de valores sociais — notadamente identitários —, seu significado como legado histórico ou herança e, não menos importantes, as questões relativas à relevância e formalização de seu “registro” ou “declaração”, bem como as ações de valorização e salvaguarda e a participação dos diversos atores envolvidos, desde os detentores dos saberes até as instituições públicas, em termos de seus papéis e responsabilidades. A isso se adiciona a dimensão prática da potencialidade que a valorização dos legados e tradições culturais imateriais guarda em termos de repercussão econômica, que se evidencia notadamente no desenvolvimento do turismo e de atividades econômicas locais. Nesta edição, tais conceitos ganham materialidade através de estudos de caso que revelam a diversidade cultural do Estado de São Paulo.

Tratar dessas questões é o objetivo de uma das linhas de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas (GPPP), constituído a partir da

colaboração entre a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), representada pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP), e a Fundação Memorial da América Latina, por meio do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL).

Fruto desta profícua parceria e dos debates realizados no Seminário sobre Patrimônio Cultural Imaterial, destaca-se o artigo de abertura da pesquisadora argentina Laura Isabel Romero, que discute a educação patrimonial como ferramenta essencial para a construção da cidadania e da identidade. Além deste, enriquecem esta edição os demais artigos que percorrem desde a ancestralidade e resistência das comunidades de Caiumba e do Batuque de Umbigada, passando pela fé e arte expressas na tradição de Corpus Christi em Matão e nas Festas do Divino, até a singularidade do Cemitério Japonês de Álvares Machado, onde o material e o imaterial se entrelaçam. Somam-se a estes as análises sobre o patrimônio arquitetônico do Vale do Paraíba e a importância das políticas municipais de conservação, compondo um mosaico representativo da identidade paulista.

Ainda neste número, a Revista do ILP apresenta a seção Temas Contemporâneos, com artigos que abordam questões de importante relevância para o debate de políticas públicas, assim como para a reflexão sobre os fundamentos da própria política. São, assim, discutidos temas que envolvem desde a estruturação do sistema de saúde no Brasil como uma estratégia econômica transversal até aspectos da teoria geopolítica contemporânea aplicada à estratégia nacional, passando pelo uso da inteligência artificial na educação básica, o papel das bibliotecas científicas na disseminação do conhecimento tecnológico e a concepção dos geoparques da UNESCO como vetores de desenvolvimento regional sustentável, exemplificado pelo Projeto Geoparque Corumbataí.

A Revista do ILP fecha, desse modo, seu sexto ano de publicação, totalizando doze números, disponibilizados em livre acesso na Biblioteca Digital da Alesp, cujos sumários podem ser acessados ao fim deste volume. O periódico caminha, assim, para sua consolidação como ferramenta fundamental para a consecução dos objetivos de pesquisa, capacitação e extensão do ILP.

Any Ortega, Editora  
Caroline Gomes, Editora Assistente

# Patrimônios e Legados Culturais Imateriais no Estado de São Paulo



# EDUCAR DESDE Y EN LOS PATRIMONIOS: CULTURA E IDENTIDAD

Laura Isabel Romero

## 1. Introducción

La reflexión en torno a la educación patrimonial adquiere hoy una relevancia creciente en el marco de los debates sobre cultura e identidad. En este sentido, la participación en el Seminario *Patrimonio Cultural Inmaterial y Legados en el Estado de São Paulo*, organizado por el Grupo de Investigación de Políticas Públicas (GPPP) del Instituto do Legislativo Paulista (ILP) y la Fundación Memorial da América Latina, constituyó un espacio propicio para problematizar cómo educar desde y en los patrimonios puede contribuir a los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030.

El propósito central de la exposición — ahora recuperado en este artículo — fue compartir y reflexionar sobre la enseñanza del patrimonio desde una triple perspectiva: reflexiones en torno al concepto de patrimonio, el rol de la escuela como ámbito de transmisión y recreación cultural, y la memoria colectiva como forma de construir ciudadanía. Se parte de reconocer al patrimonio no solo como herencia material e inmaterial, sino también como proceso dinámico de identidad y de transformación social, en el que la educación cumple una función decisiva. Asimismo, se buscó resaltar la importancia de valorar las manifestaciones cotidianas y comunitarias — lenguas, rituales, saberes, expresiones artísticas populares — como fuentes de memoria viva y como dispositivos que permiten a los sujetos elaborar sentidos de pertenencia. Tal enfoque posibilita avanzar hacia una pedagogía del patrimonio entendida como práctica crítica, ética y relacional, orientada a la formación de ciudadanos sensibles a la diversidad cultural y comprometidos con su preservación.

Desde este marco, el presente trabajo propone recuperar las ideas principales discutidas en el seminario y exemplificarlas con casos significativos del patrimonio cultural inmaterial argentino, como el Guachito Gil, la Virgen de Itatí, las empanadas y las manifestaciones artísticas de las

hinchadas de fútbol, a fin de demostrar cómo la educación patrimonial puede convertirse en una herramienta transformadora de la experiencia social y cultural contemporánea.

## 2. Reflexiones en torno al concepto de patrimonio

El concepto de patrimonio se ha transformado en las últimas décadas en una categoría compleja, dinámica y multidimensional, en la que convergen lo material y lo inmaterial, lo individual y lo colectivo, lo local y lo global. Lejos de ser un inventario estático de bienes heredados, el patrimonio se configura como un proceso social de construcción de sentidos, de atribución de valores y de negociación identitaria. En este sentido, Díaz, Fernández y Fernández (2024, p.15) sostienen que “el patrimonio cultural puede definirse como un conjunto de recursos materiales e inmateriales heredados del pasado que son reconocidos como reflejo y expresión de los valores, creencias, conocimientos y tradiciones de las generaciones precedentes”. Esta definición, si bien parte de la noción de herencia se amplía hacia un horizonte en el cual los sujetos y las comunidades son protagonistas de la selección, resignificación y transmisión de dichos bienes. La idea de patrimonio como vínculo, y no solo como objeto, resulta crucial: “sin personas no hay patrimonio, solo bienes” (DÍAZ *et al.* 2024, p.31).

El patrimonio, entonces, no se limita a lo monumental o excepcional. Romero (2025) enfatiza su carácter polifónico al definirlo como herencia seleccionada, proceso de identidad, sedimento cultural y portador de valores. Bajo esta perspectiva, cada comunidad construye su memoria colectiva a partir de prácticas, saberes y expresiones que pueden ser tan relevantes como una gran obra arquitectónica: el carnaval, los juegos tradicionales, las recetas culinarias o la música popular. Lo patrimonial no es un suplemento de la cultura, sino su corazón vivo. Esta expansión conceptual se vincula estrechamente con la noción de patrimonialización, entendida como un proceso de relación, pertenencia y apropiación simbólica. Pedraza Rodríguez (2022, p.102), recuerda que “*sin las personas no hay patrimonio*”, destacando que el verdadero valor patrimonial se genera en el vínculo entre los bienes y las comunidades que los reconocen como propios. En este marco, la educación se vuelve un eje transversal: no se trata solo de conservar objetos, sino de formar sujetos críticos capaces de conocer, valorar y resignificar su legado cultural.

La dimensión comunitaria del patrimonio introduce nuevas responsabilidades. Tudela Rodríguez (2024, p.386) afirma que “la conservación, que no restauración, del patrimonio cultural no es solo

responsabilidad de expertos y profesionales, sino que también debe involucrar a toda la comunidad". Los vecinos, al custodiar los templos, organizar las festividades o mantener vivas las tradiciones, actúan como garantes de la memoria viva. En este sentido, los procesos participativos y de formación ciudadana aparecen como estrategias indispensables para garantizar la sostenibilidad del patrimonio en contextos de fragilidad social y económica.

A partir de estas miradas, se configura una concepción integral que articula diversas dimensiones. En primer lugar, la identitaria, que permite comprender al patrimonio como soporte de pertenencia y diferenciación cultural. En segundo lugar, la social, que enfatiza su capacidad de generar cohesión, participación y sentido de comunidad. En tercer lugar, la educativa, que ubica al patrimonio como herramienta pedagógica para la formación crítica y ciudadana.

Reflexionar sobre el patrimonio en clave contemporánea implica reconocerlo como un campo de disputa simbólica, donde se ponen en juego memorias, identidades y valores. Implica también comprenderlo como recurso cultural, educativo y social, capaz de generar procesos de transformación y de resistencia frente a la homogeneización global. El patrimonio es, en definitiva, un laboratorio de ciudadanía: un espacio donde se construyen vínculos intergeneracionales, se promueven prácticas participativas y se proyecta una memoria viva que, al mismo tiempo que recupera el pasado, imagina horizontes de futuro (tabla 1).

**Tabla 1.** Tensiones, desafíos y oportunidades del patrimonio.

Nº	Tensión/Riesgo	Desafíos	Oportunidades
1	Patriomonialización excesiva	Evitar la banalización del concepto y establecer criterios claros de selección.	Fortalecer un concepto más crítico y acotado de patrimonio.
2	Tensión entre lo global y lo local	Equilibrar visibilidad internacional con la apropiación comunitaria local.	Promover diálogos interculturales y redes globales de apoyo.
3	Expertos vs. comunidades	Conciliar saberes técnicos con conocimientos y prácticas locales.	Generar procesos de gestión participativa y más inclusivos.
4	Instrumentalización económica	Mantener el equilibrio entre desarrollo económico y preservación cultural.	Fomentar turismo sostenible y desarrollo comunitario.
5	Patrimonio como dispositivo político	Incorporar memorias diversas y evitar narrativas hegemónicas.	Visibilizar patrimonios subalternos y emergentes.

### **3. El rol de la escuela como ámbito de transmisión y recreación cultural**

La escuela constituye un espacio privilegiado para la transmisión y resignificación del patrimonio cultural. En ella se articulan procesos de enseñanza y aprendizaje que permiten no solo conocer y valorar los bienes culturales, sino también establecer vínculos de pertenencia e identidad con ellos. En palabras de Pedraza Rodríguez (2022), el proceso de patrimonialización comienza en la escuela, ya que allí se desarrolla la relación simbólica entre los bienes y las personas, generando un sentimiento de pertenencia que trasciende lo meramente académico.

Este rol de mediación implica comprender al patrimonio como herramienta pedagógica y no como un conjunto de contenidos aislados. De acuerdo con Díaz, Fernández y Fernández (2024), educar en patrimonio implica asumir que son las personas — y en particular los estudiantes — quienes reconocen, seleccionan, valoran y transmiten el legado cultural. Desde esta perspectiva, la escuela no se limita a enseñar datos históricos, sino que habilita a los alumnos a apropiarse críticamente de su herencia cultural, vinculándola con los desafíos contemporáneos de la ciudadanía y la sostenibilidad.

En el mismo sentido, la educación patrimonial debe concebirse como una buena enseñanza, entendida como práctica moral, cognitiva y afectiva que fomenta la comprensión, el pensamiento crítico y la sensibilidad hacia las manifestaciones culturales. Esto sitúa a la escuela como el lugar donde el patrimonio se transforma en experiencia formativa, en diálogo con la memoria y la diversidad cultural.

Asimismo, la escuela desempeña un papel clave en la democratización del patrimonio. Tal como observa Tudela Rodríguez (2024), la conservación de los bienes culturales no puede recaer únicamente en expertos, sino que requiere la implicación activa de las comunidades. La escuela, al incorporar el patrimonio en sus currículos, forma ciudadanos capaces de reconocer amenazas, valorar tradiciones y actuar en defensa de su entorno cultural.

De esta manera, el ámbito escolar se convierte en un puente entre saberes técnicos y conocimientos comunitarios. Por lo cual, el rol de la escuela como ámbito de transmisión patrimonial trasciende la enseñanza formal. Se trata de formar sujetos críticos y comprometidos, capaces de comprender el patrimonio como memoria viva, como recurso para la construcción de identidad y como instrumento para la participación ciudadana. Así, la educación patrimonial en la escuela contribuye a garantizar

que los legados culturales no solo se conserven, sino que se mantengan significativos para las generaciones venideras.

#### **4. La memoria colectiva como forma de construir ciudadanía**

La memoria colectiva constituye un recurso fundamental para la construcción de ciudadanía, en tanto posibilita el reconocimiento de un pasado compartido y la elaboración de sentidos comunes que sostienen la vida social. En este sentido, el patrimonio debe entenderse como “memoria viva” y no como reproducción de lo hegemónico, aludiendo a su potencial transformador y a su capacidad para generar procesos de ciudadanización activa. De este modo, las prácticas culturales — como los rituales, las expresiones artísticas populares o las festividades comunitarias — operan como vehículos de memoria que permiten a los sujetos reconocerse en un nosotros y, a la vez, cuestionar relatos dominantes.

La escuela desempeña un papel central en este proceso, al habilitar espacios donde la memoria colectiva se transmite, se resignifica y se convierte en herramienta pedagógica. Como señalan Díaz, Fernández y Fernández (2024, p.31), el patrimonio y la memoria deben ser comprendidos como experiencias colectivas que son “identificadas, seleccionadas, resignificadas y transmitidas” por las personas. A partir de esta dinámica, la memoria no se limita a la evocación, sino que se transforma en práctica educativa que fortalece el pensamiento crítico y la conciencia ciudadana.

Asimismo, el trabajo con la memoria contribuye a la formación de comunidades democráticas. Pedraza Rodríguez (2022) resalta que el proceso de patrimonialización involucra relaciones de pertenencia e identidad entre los bienes y las personas, y que esta apropiación fomenta la empatía cultural, la solidaridad y el respeto hacia la diversidad. La memoria colectiva, en este marco, no solo asegura continuidad histórica, sino que habilita a los ciudadanos a reconocer su responsabilidad en la preservación y transmisión de los legados. Por otra parte, el valor comunitario de la memoria adquiere especial relevancia en contextos de vulnerabilidad. Tudela Rodríguez (2024) advierte que en el medio rural son los propios vecinos quienes custodian las tradiciones, organizan las festividades y mantienen viva la memoria de sus territorios. Esta experiencia evidencia cómo la memoria compartida fortalece la cohesión social y el sentido de pertenencia, contribuyendo directamente a la construcción de ciudadanía activa.

En este sentido, la memoria colectiva se convierte en un dispositivo cultural y político que, a través de la educación y la participación comunitaria, sostiene la identidad y la diversidad, y promueve prácticas de ciudadanía

democrática. Al ser trabajada en clave patrimonial, permite que los sujetos no solo recuerden, sino que se reconozcan como actores responsables en la transmisión y resignificación de su herencia cultural.

## 5. Reflexiones sobre diversos patrimonios culturales

La noción de patrimonio se amplía al considerar expresiones culturales que, aunque alejadas de lo monumental o lo institucionalizado, condensan significados colectivos y configuran identidades urbanas. Múltiples manifestaciones populares se inscriben en esta lógica, revelando la riqueza de patrimonios cotidianos que, desde su diversidad, contribuyen a construir memoria y ciudadanía.

El Gauchito Gil encarna una religiosidad popular que desafía los límites de lo oficial venerado en casa, en santuarios urbanos y rurales y en su propio santuario en la ciudad de Mercedes (Corrientes). La consolidación de altares espontáneos lo convierte en un patrimonio vivo, donde la memoria se articula con la resistencia y la esperanza. En este sentido, las devociones populares en Argentina funcionan como espacios de socialización y resistencia cultural frente a discursos religiosos hegemónicos. Su carácter patrimonial radica en que trasciende lo devocional para convertirse en lugar de encuentro y cohesión comunitaria.

Por otro lado, la Virgen de Itatí a través de sus celebraciones litúrgicas y procesiones (Imagen 1) no solo constituyen una práctica religiosa, sino también un patrimonio cultural que vincula la territorialidad y la fe institucionalizada. Tal como afirma Ameigeiras (2008), la religiosidad popular en Argentina configura territorios de fe que son al mismo tiempo territorios de pertenencia y de identidad. En este caso, lo patrimonial se construye en la articulación entre fe, memoria regional y apropiación del espacio público.

En otro sentido, las empanadas, más allá de su dimensión gastronómica, constituyen un patrimonio cultural inmaterial que expresa pertenencia y tradición en toda la Argentina. Cada variante — sea tucumana, salteña o santiagueña, etc. — refleja un cruce de saberes culinarios transmitidos intergeneracionalmente. Según Bessière (1998, p. 26), la comida tradicional se convierte en patrimonio cuando se reconoce como “símbolo de identidad cultural y vector de memoria colectiva”. Reconocer las empanadas como patrimonio implica visibilizar prácticas cotidianas que, a través de los sabores, condensan identidades regionales y construyen comunidad.

Finalmente, los murales de la hinchada de Aldosivi expresan un patrimonio barrial y futbolero que materializa la identidad marplatense en

paredes y espacios públicos. Estas representaciones gráficas no son meras expresiones artísticas, sino marcas territoriales de pertenencia, resistencia y orgullo colectivo. Al respecto, Archetti (2003, p.18) advierte que el fútbol en Argentina constituye un “lenguaje cultural privilegiado para expresar identidades sociales, locales y nacionales”. En el caso de Mar del Plata, los murales de Aldosivi operan como dispositivos de memoria barrial, reforzando la identificación comunitaria a través de la pasión futbolera (ROMERO *et al.* 2025).



Imagen 1. Santuario de la Virgen de Itati (Corrientes).

Fuente: archivo de la investigadora.

## 6. Consideraciones finales

Educar desde y en los patrimonios implica reconocer que estos no son únicamente vestigios del pasado, sino procesos vivos que condensan identidades, memorias y vínculos comunitarios. Tal como se planteó en la introducción, la educación patrimonial se configura como un dispositivo pedagógico y social capaz de articular herencia cultural, construcción ciudadana y compromiso con la diversidad. Los ejemplos analizados — las devociones populares al Gauchito Gil o a la Virgen de Itatí, las prácticas gastronómicas en torno a las empanadas y los murales futboleros de Aldosivi — muestran que las expresiones cotidianas y comunitarias son también patrimonio, en tanto sostienen sentidos de pertenencia y refuerzan la cohesión social.

Desde esta perspectiva, la escuela se convierte en un espacio estratégico para la transmisión y resignificación de esos patrimonios, posibilitando que las nuevas generaciones los reconozcan como memoria viva y como recurso para pensar críticamente su presente. En esta articulación entre educación, y cultura se revela el potencial transformador de la educación patrimonial: formar ciudadanos capaces de valorar sus legados, defender la diversidad cultural y proyectar futuros sostenibles, en línea con los objetivos de la Agenda 2030.

## 7. Referencias

- AMEIGEIRAS, Aldo (2008). **Religiosidad popular: creencias religiosas populares en la sociedad argentina**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- ARCHETTI, Eduardo (2003). *Masculinities Football, Polo and the Tango in Argentina*. Oxford: Berg.
- BESSIÈRE, Jacinthe (1998). Local development and heritage: Traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. *Sociología Ruralis*, 38(1), 21–34. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00061>
- DÍAZ, Marcela; FERNÁNDEZ, María C.; FERNÁNDEZ, María A. (2024). **Educar en patrimonio: Manual práctico para docentes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marcela Liliana Díaz.
- PEDRAZA RODRÍGUEZ, Marta (2022). Proyecto de innovación educativa para educar en patrimonio en el ámbito de la educación no formal a partir del entorno cercano. *UNES. Universidad, Escuela y Sociedad*, 12(1): 101–114. <https://doi.org/10.30827/unes.i12.24101>

ROMERO, Laura (2025). *Educar desde lo(s) patrimonio(s)*. São Paulo (Dissertação Seminário: Patrimônios e Legados Culturais Imateriais no Estado de São Paulo. Instituto do Legislativo Paulista.)

ROMERO, Laura; ECIOLAZA, Guillermo; MILANO MORENO, Cintia (2025). Manifestaciones artísticas y clubes barriales: construcción identitaria y sentido de pertenencia en muros de Mar del Plata. En A. Delgado Coellar y J. Cañedo (Coord.), **Innovación, patrimonio y transformación social desde las artes y el diseño** (p.47-72). EDP University.

<https://doi.org/10.23882/siayd.25.17-5>

TUDELA RODRÍGUEZ, Fernando (2024). Sobre la necesidad de educar en patrimonio y conservación-restauración a los vecinos en el medio rural. *Revista PH, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 112: 386–388.  
<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/5604>

---

### **Laura Isabel Romero**

Doctora en Humanidades y Artes. Magíster en Gestión del Patrimonio y Desarrollo Territorial. Máster en Gestión Cultural. Arquitecta. Profesora Adjunta de la Tecnicatura y Licenciatura en Gestión Cultural, Directora del Grupo de Investigación en Políticas y Gestión de las Culturas, FAUD-UNMdP, Argentina. Directora tesis y becas de grado y posgrado.

# EDUCAR A PARTIR DOS E NOS PATRIMÔNIOS: CULTURA E IDENTIDADE<sup>1</sup>

Laura Isabel Romero

## 1. Introdução

A reflexão acerca da educação patrimonial adquire atualmente uma relevância crescente no marco dos debates sobre cultura e identidade. Nesse sentido, a participação no seminário *Patrimônio Cultural Imaterial e Legados no Estado de São Paulo*, organizado pelo Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas (GPPP) do Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e da Fundação Memorial da América Latina, constituiu-se em um espaço propício para problematizar como educar a partir dos e nos patrimônios pode contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O propósito central da exposição — recuperado neste artigo — foi compartilhar e refletir sobre o ensino de patrimônio desde uma perspectiva tripla: reflexões em torno do conceito de patrimônio, do papel da escola como campo de transmissão e recriação cultural e da memória coletiva como forma de construir a cidadania. Parte-se de reconhecer o patrimônio não apenas como herança material e imaterial, mas também como processo dinâmico de identidade e transformação social, no qual a educação cumpre uma função decisiva. Igualmente, buscou-se ressaltar a importância de valorizar as manifestações cotidianas e comunitárias — línguas, rituais, saberes, expressões artísticas populares — como fontes de memória viva e como dispositivos que permitem aos sujeitos elaborar sentidos de pertencimento. Tal enfoque possibilita avançar para uma pedagogia do patrimônio entendida como prática crítica, ética e relacional, orientada à formação de cidadãos sensíveis à diversidade cultural e comprometidos com a sua preservação.

Nesse âmbito, o presente trabalho propõe recuperar as principais ideias discutidas no seminário e as exemplificar com casos significativos do patrimônio cultural imaterial argentino, como o Guachito Gil, a Virgem de

---

<sup>1</sup> Tradução de Eric Cyon Rodrigues e Any Marise Ortega.

Itatí, as empanadas e as manifestações artísticas das torcidas organizadas de futebol, a fim de demonstrar como a educação patrimonial pode converter-se em uma ferramenta transformadora da experiência social e cultural contemporânea.

## 2. Reflexões sobre o conceito de patrimônio

O conceito de patrimônio se transformou, nas últimas décadas, em uma categoria complexa, dinâmica e multidimensional, na qual convergem o material e o imaterial, o individual e o coletivo, o local e o global. Longe de ser um inventário estático de bens herdados, o patrimônio se configura como um processo social de construção de sentidos, de atribuição de valores e de negociação identitária. Nesse sentido, Díaz *et al.* (2024, p.15) sustentam que “o patrimônio cultural pode ser definido como um conjunto de recursos materiais e imateriais herdados do passado que são reconhecidos como reflexo e expressão dos valores, crenças, conhecimentos e tradições das gerações precedentes”. Essa definição, conquanto parta de uma noção de herança, amplia-se para um horizonte em que os sujeitos e as comunidades são protagonistas da seleção, ressignificação e transmissão de tais bens. A ideia de patrimônio como vínculo, e não apenas como objeto, torna-se crucial: “sem pessoas não há patrimônio, somente bens” (DÍAZ *et al.* 2024, p.31).

O patrimônio, então, não se limita ao monumental ou ao excepcional. Romero (2025) enfatiza seu caráter polissêmico ao defini-lo como herança selecionada, processo de identidade, depósito cultural e portador de valores. Sob essa perspectiva, cada comunidade constrói sua memória coletiva a partir de práticas, saberes e expressões que podem ser tão relevantes quanto uma grande obra arquitetônica: o carnaval, os jogos tradicionais, as receitas culinárias ou a música popular. O patrimônio não é um suplemento da cultura, senão o seu coração vivo. Essa expansão conceitual se relaciona estreitamente com a noção de patrimonialização, entendida como um processo de relação, pertencimento e apropriação simbólica. Pedraza Rodríguez (2022, p.102) lembra que “sem as pessoas, não há patrimônio”, destacando que o verdadeiro valor patrimonial é gerado no vínculo entre os bens e as comunidades que os reconhecem como próprios. Nesse sentido, a educação se torna um eixo transversal: não se trata de apenas conservar objetos, e sim formar sujeitos críticos capazes de conhecer, valorizar e ressignificar seu legado cultural.

A dimensão comunitária do patrimônio introduz novas responsabilidades. Tudela Rodríguez (2024, p.383) afirma que “a conservação — e não a restauração — do patrimônio cultural não é responsabilidade

exclusiva de especialistas e profissionais, mas também deve envolver toda a comunidade". Os moradores, ao conservar os templos, organizar as festividades ou manter vivas as tradições, atuam como garantidores da memória viva. Nesse sentido, os processos participativos e de formação cidadã surgem como estratégias indispensáveis para garantir a sustentabilidade do patrimônio em contextos de fragilidade social e econômica.

A partir desses olhares, configura-se uma concepção integral que articula diversas dimensões. Em primeiro lugar, a identitária, que permite compreender o patrimônio como suporte de pertencimento e diferenciação cultural. Em segundo lugar, a social, que enfatiza sua capacidade de gerar coesão, participação e sentido de comunidade. Em terceiro lugar, a educativa, que coloca o patrimônio como ferramenta pedagógica para a formação crítica e cidadã.

Refletir sobre o patrimônio em uma abordagem contemporânea implica reconhecê-lo como um campo de disputa simbólica em que se colocam em jogo memórias, identidades e valores. Implica também compreendê-lo como recurso cultural, educativo e social, capaz de gerar processos de transformação e de resistência frente à homogeneização global. O patrimônio é, definitivamente, um laboratório de cidadania: um campo onde se constroem vínculos intergeracionais, se promovem práticas participativas e se projeta uma memória viva que, ao mesmo tempo que recupera o passado, imagina horizontes de futuro (quadro 1).

**Quadro 1.** Tensões, desafios e oportunidades do patrimônio.

Nº	Tensão/Risco	Desafios	Oportunidades
1	Patrimonialização excessiva	Evitar a banalização do conceito e estabelecer critérios claros de seleção.	Fortalecer um conceito mais crítico e delimitado de patrimônio.
2	Tensão entre o global e o local	Equilibrar visibilidade internacional com a apropriação comunitária local.	Promover diálogos interculturais e redes globais de apoio.
3	Especialistas vs. Comunidades	Conciliar saberes técnicos com conhecimentos e práticas locais.	Gerar processos de gestão participativa e mais inclusivos.
4	Instrumentalização econômica	Manter o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação cultural.	Fomentar turismo sustentável e desenvolvimento comunitário.
5	Patrimônio como dispositivo político	Incorporar memórias plurais e evitar narrativas hegemônicas.	Visibilizar patrimônios subalternos e emergentes.

### **3. O papel da escola como campo de transmissão e recriação cultural**

A escola constitui um espaço privilegiado para a transmissão e ressignificação do patrimônio cultural. Nela se articulam processos de ensino e aprendizagem que permitem não apenas conhecer e valorizar os bens culturais como também estabelecer vínculos de pertencimento e identidade com eles. Nas palavras de Pedraza Rodríguez (2022), o processo de patrimonialização começa na escola, uma vez que nela se desenvolve a relação simbólica entre os bens e as pessoas, gerando um sentimento de pertencimento que transcende o meramente acadêmico.

Esse papel de mediação implica compreender o patrimônio como ferramenta pedagógica, e não como um conjunto de conteúdos isolados. De acordo com Díaz *et al.* (2024), educar no patrimônio implica assumir que são as pessoas — e, em particular, os estudantes — que reconhecem, selecionam, valorizam e transmitem o legado cultural. A partir dessa perspectiva, a escola não se limita a ensinar dados históricos, e sim habilita os alunos a apropriarem-se criticamente de sua herança cultural, vinculando-a com os desafios contemporâneos da cidadania e da sustentabilidade.

Em sentido semelhante, a educação patrimonial deve ser concebida como uma boa aprendizagem, entendida como prática moral, cognitiva e afetiva que fomenta a compreensão, o pensamento crítico e a sensibilidade para as manifestações culturais. Isso situa a escola como o lugar onde o patrimônio se transforma em experiência formativa, em diálogo com a memória e a diversidade cultural.

Além disso, a escola desempenha um papel chave na democratização do patrimônio. Como observa Tudela Rodríguez (2024), a conservação dos bens culturais não pode recair unicamente nos especialistas, mas também requer a implicação ativa das comunidades. A escola, ao incorporar o patrimônio em seus currículos, forma cidadãos capazes de reconhecer ameaças, valorizar tradições e atuar em defesa do seu meio cultural.

Dessa maneira, o campo escolar se converte em uma ponte entre saberes técnicos e conhecimentos comunitários. Assim, o papel da escola como campo de transmissão patrimonial transcende a aprendizagem formal. Trata-se de formar sujeitos críticos e comprometidos, capazes de compreender o patrimônio como memória viva, como recurso para a construção de identidade e como instrumento para a participação cidadã. Dessa forma, a educação patrimonial na escola contribui para garantir que os legados culturais não apenas se conservem, mas também se mantenham significativos para as próximas gerações.

#### 4. A memória coletiva como forma de construir cidadania

A memória coletiva constitui um recurso fundamental para a construção da cidadania, na medida em que possibilita o reconhecimento de um passado compartilhado e a elaboração de sentidos comuns que sustentam a vida social. Nessa direção, o patrimônio deve ser entendido como “memória viva”, e não como reprodução do hegemônico, em função de seu potencial transformador e sua capacidade de gerar processos de cidadania ativa. Desse modo, as práticas culturais — como os rituais, as expressões artísticas populares ou as festividades comunitárias — operam como veículos de memória que permitem aos sujeitos reconhecerem-se em um “nós” e, assim, questionar relatos dominantes.

A escola desempenha um papel central nesse processo ao habilitar espaços onde a memória coletiva se transmite, se ressignifica e se converte em ferramenta pedagógica. Como apontam Díaz *et al.* (2024, p.31), o patrimônio e a memória devem ser compreendidos como experiências coletivas que são “identificadas, selecionadas, ressignificadas e transmitidas” pelas pessoas. A partir dessa dinâmica, a memória não se limita à evocação, mas também se transforma em prática educativa que fortalece o pensamento crítico e a consciência cívica.

Além disso, o trabalho com a memória contribui com a formação de comunidades democráticas. Pedraza Rodríguez (2022) ressalta que o processo de patrimonialização envolve relações de pertencimento e identidade entre os bens e as pessoas e que essa apropriação fomenta a empatia cultural, a solidariedade e o respeito à diversidade. A memória coletiva, nesse âmbito, não apenas assegura continuidade histórica como também habilita os cidadãos a reconhecer a sua responsabilidade na preservação e transmissão dos legados.

Por outro lado, o valor comunitário da memória adquire especial relevância nos contextos de vulnerabilidade. Tudela Rodríguez (2024) adverte que, no meio rural, são os próprios habitantes que preservam as tradições, organizam as festividades e mantêm viva a memória de seus territórios. Essa experiência evidencia como a memória compartilhada fortalece a coesão social e o sentido de pertencimento, contribuindo diretamente para a construção da cidadania ativa.

Nesse sentido, a memória coletiva converte-se em um dispositivo cultural e político que, por meio da educação e da participação comunitária, afirma a identidade e a diversidade e promove práticas de cidadania democrática. Ao ser trabalhada em termos patrimoniais, permite que os sujeitos não apenas recordem, como também se reconheçam como atores responsáveis na transmissão e ressignificação de sua herança cultural.

## 5. Reflexões sobre diversos patrimônios culturais

A noção de patrimônio se amplia ao serem consideradas expressões culturais que, conquanto à parte do monumental e do institucionalizado, condensam significados coletivos e configuram identidades urbanas. Múltiplas manifestações populares se inserem nessa lógica, revelando a riqueza de patrimônios cotidianos que, desde sua diversidade, contribuem para construir memória e cidadania.

O Gauchito Gil encarna uma religiosidade popular que desafia os limites do oficial venerado nas casas, nos santuários urbanos e rurais e no próprio santuário na cidade de Mercedes. A consolidação de altares espontâneos o converte em um patrimônio vivo, no qual a memória se articula com a resistência e a esperança. Nesse sentido, as devoções populares na Argentina funcionam como espaços de socialização e resistência cultural frente a discursos religiosos hegemônicos. Seu caráter patrimonial reside em transcender o devocional para se converter em um lugar de encontro e coesão comunitária.

Por outro lado, a Virgem de Itatí, através de suas celebrações litúrgicas e procissões (figura 1), não apenas constitui uma prática religiosa, mas também um patrimônio cultural que vincula a territorialidade e a fé institucionalizada. Assim como afirma Ameigeiras (2008), a religiosidade popular na Argentina configura territórios de fé que são ao mesmo tempo de pertencimento e de identidade. Nesse caso, o patrimonial se constrói na articulação entre fé, memória regional e apropriação do espaço público.

Em outro sentido, as empanadas, para além de sua dimensão gastronômica, constituem um patrimônio cultural imaterial que expressa pertencimento e tradição em toda a Argentina. Cada variante — tucumana, saltenha ou santiaguenha etc. — reflete um cruzamento de saberes culinários transmitidos entre gerações. Segundo Bessiére (1998, p.26), a comida tradicional se converte em patrimônio quando se reconhece como “símbolo de identidade cultural e vetor de memória coletiva”. Reconhecer as empanadas como patrimônio implica visibilizar práticas cotidianas que, por meio dos sabores, condensam identidades regionais e constroem comunidade.

Finalmente, os murais da torcida organizada de Aldosivi expressam um patrimônio de bairro e do futebol que materializa a identidade marplatense em paredes e espaços públicos. Essas representações gráficas não são meras expressões artísticas, e sim marcas territoriais de pertencimento, resistência e orgulho coletivo. Sobre isso, Archetti (2003, p.18) ressalta que o futebol na Argentina constitui uma “linguagem cultural privilegiada para expressar identidades sociais, locais e nacionais”. No caso de Mar del Plata, os murais

de Aldosivi operam como dispositivos de memória do bairro, reforçando a identificação comunitária por meio da paixão do futebol (ROMERO *et al.* 2025).



Figura 1. Santuário da Virgem de Itatí (Corrientes).  
Fonte: arquivo pessoal

## 6. Considerações finais

Educar a partir dos e nos patrimônios implica reconhecer que eles não são unicamente vestígios do passado, mas sim processos vivos que condensam identidades, memórias e vínculos comunitários. Tal como se propôs na introdução, a educação patrimonial se configura como um dispositivo pedagógico e social capaz de articular herança cultural, construção cívica e compromisso com a diversidade. Os exemplos analisados — as devoções populares ao Gauchito Gil e à Virgem de Itatí, as práticas gastronômicas ligadas às empanadas e os murais de futebol de Aldosivi — mostram que as expressões cotidianas e comunitárias são também patrimônio, na medida em que sustentam sentidos de pertencimento e reforçam a coesão social.

A partir dessa perspectiva, a escola se converte em um espaço estratégico para a transmissão e ressignificação desses patrimônios, possibilitando que as novas gerações os reconheçam como memória viva e como recurso para pensar criticamente seu presente. Nessa articulação entre educação e cultura se revela o potencial transformador da educação patrimonial: formar cidadãos capazes de valorizar seus legados, defender a diversidade cultural e projetar futuros sustentáveis, alinhados com os objetivos da Agenda 2030.

## 7. Referências

- AMEIGEIRAS, Aldo (2008). **Religiosidad popular: creencias religiosas populares en la sociedad argentina**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- ARCHETTI, Eduardo (2003). **Masculinities Football, Polo and the Tango in Argentina**. Oxford: Berg.
- BESSIÈRE, Jacinthe (1998). Local development and heritage: Traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. *Sociología Ruralis*, 38(1), 21–34. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00061>
- DÍAZ, Marcela; FERNÁNDEZ, María C.; FERNÁNDEZ, María A. (2024). **Educar en patrimonio: Manual práctico para docentes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marcela Liliana Díaz.
- PEDRAZA RODRÍGUEZ, Marta (2022). Proyecto de innovación educativa para educar en patrimonio en el ámbito de la educación no formal a partir del entorno cercano. *UNES. Universidad, Escuela y Sociedad*, 12(1): 101–114. <https://doi.org/10.30827/unes.i12.24101>

ROMERO, Laura (2025). *Educar desde lo(s) patrimonio(s)*. São Paulo (Dissertação Seminário: Patrimônios e Legados Culturais Imateriais no Estado de São Paulo. Instituto do Legislativo Paulista.)

ROMERO, Laura; ECIOLAZA, Guillermo; MILANO MORENO, Cintia (2025). Manifestaciones artísticas y clubes barriales: construcción identitaria y sentido de pertenencia en muros de Mar del Plata. En A. Delgado Coellar y J. Cañedo (Coord.), **Innovación, patrimonio y transformación social desde las artes y el diseño** (p.47-72). EDP University.

<https://doi.org/10.23882/siayd.25.17-5>

TUDELA RODRÍGUEZ, Fernando (2024). Sobre la necesidad de educar en patrimonio y conservación-restauración a los vecinos en el medio rural. *Revista PH, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 112: 386–388.  
<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/5604>

---

### **Laura Isabel Romero**

Doutora em Humanidades e Artes. Mestra em Gestão do Patrimônio e Desenvolvimento Territorial e Gestão Cultural. Arquiteta. Professora Adjunta do Curso Tecnológico e da Licenciatura em Gestão Cultural e Diretora do Grupo de Investigação em Políticas e Gestão das Culturas, FAUD-UNMdP, Argentina. Orientadora de teses e de bolsas de graduação e pós-graduação.



# PATRIMÔNIO URBANO E RURAL DO VALE DO PARAÍBA: ENTRE OS TRAÇOS COLONIAIS E IMPERIAIS – O AUSENTE E O PRESENTE

Pedro de Alcântara Bittencourt César

## 1. Introdução

É importante realizar um apontamento preliminar antes de dissertar sobre a Arquitetura como objeto cultural. Sabe-se que o bem material se justifica como tal por agregar imaterialidades, isto é, valores culturais específicos que o definem como patrimônio cultural. Essas imaterialidades podem ser identificadas, defendidas e justificadas por meio de seus processos históricos e culturais. Entretanto, por convenção, os elementos arquitetônicos podem ser reconhecidos como patrimônio imaterial sobretudo por sua vinculação à paisagem.

A paisagem — e, mais especificamente, a paisagem cultural — constitui-se por formulações conceitualmente complexas. Atualmente, pode ser configurada como um “concreto pensado”: um fato e uma realização contemporânea, além de uma categoria analítica utilizada em diversas áreas do conhecimento (CLAVAL 1999). Entre essas áreas, destacam-se as contribuições da Arquitetura, com seu suporte artístico, e da Geografia. A formulação inicial do conceito remonta ao período do Renascimento (MELO 2001), época em que o olhar humanista valorizava o domínio das técnicas de representação no campo pictórico. Nesse contexto, destaca-se o entendimento do uso da perspectiva gráfica, por meio da qual figuras, sujeitos e objetos dialogam com uma noção de realidade representada, contribuindo, inclusive, para ações construtivas e simbólicas.

Diante desse panorama, propõe-se uma reflexão ontológica como síntese das abordagens apresentadas nesta pesquisa. Para tanto, realiza-se um recorte territorial, voltando-se o olhar para a região leste do estado de São Paulo.

## 2. Reconhecimento do concreto-pensado trabalhado

O Vale do Paraíba Paulista caracteriza-se por sua linearidade, definida pelo curso do rio que lhe dá nome. Essa conformação se organiza segundo um eixo predominante sudoeste (SW) – nordeste (NE), embora apresente diversas conectividades transversais.

Atribui-se o início de sua ocupação à expansão luso-americana a partir do Planalto de Piratininga. Como ponto irradiador, estabelece-se o assentamento inicial na vila de São Francisco de Chagas de Taubaté (1649), seguido, no início do período colonial, pelas vilas de Santo Antônio de Guaratinguetá (1651), Nossa Senhora da Conceição do Paraíba — posteriormente denominada Jacareí — e Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba (1705). Soma-se a essas formações a ocupação jesuítica no aldeamento da atual cidade de São José dos Campos (AZEVEDO 1992). Por meio dessas estruturas urbanas, consolidou-se uma organização territorial e social que deu suporte à travessia da Serra da Mantiqueira por três gargantas distintas, rotas que permitiram o acesso às minas de ouro nas Gerais. Essa etapa da ocupação definiu, predominantemente, uma arquitetura colonial conhecida como bandeirantista.

No final do século XVIII e, especialmente, no século XIX, o Vale do Paraíba vivencia um novo e marcante processo. Diferente do anterior, esse momento é caracterizado pela entrada da cultura cafeeira oriunda das terras fluminenses, o que transformou significativamente a paisagem, os costumes, a economia, a cultura e a estrutura social vale-paraibana. O casario e a produção dos grandes latifúndios passaram a sustentar também as mudanças urbanas. Nas vilas e cidades, erguem-se edificações suntuosas, com destaque para as residências aristocráticas (palacetes) e os templos religiosos católicos (LEMOS 1999).

Essas duas fases distintas de formação territorial e cultural marcaram a configuração da paisagem entre os séculos XVII e XIX, conferindo ao Vale do Paraíba características próprias em relação a outras regiões. Contudo, com exceção dos municípios que não sofreram grandes intervenções industriais no século XX, muitas dessas características foram profundamente alteradas, restando apenas alguns exemplares desse legado cultural.

## 3. Legado do Período Colonial

O processo de formação da região tem início no período colonial. Nesse contexto, o luso-americano estabelece uma relação ambígua com os

povos nativos, marcada por confrontos, hostilidades e também por experiências de convivência. Na constituição social da região, é fundamental reconhecer a presença dos povos originários, distribuídos em inúmeras tribos pertencentes a diferentes etnias. A essa diversidade somam-se os europeus e seus descendentes, bem como os mamelucos, que traziam em sua índole a valorização da europeização, acompanhada de uma forte ambição vinculada à implantação de lógicas capitalistas. Essa formação social dava origem a um hibridismo expressivo em diversos aspectos (HOLANDA 1989, 1993). A esse cenário acrescentam-se ainda os religiosos, pertencentes a diferentes ordens, cada qual com seus respectivos interesses e projetos de atuação no território.

O legado do período colonial no Vale do Paraíba paulista resume-se a alguns fragmentos materiais, entre eles templos religiosos, edificações rurais, equipamentos e traçados urbanos primitivos. Esses elementos são identificados, principalmente, ao longo dos três roteiros históricos de ligação entre o planalto de Piratininga e as Minas Gerais — ainda que, na historiografia, apenas um deles costume receber maior destaque. Nesse contexto, alguns marcos evidenciam a formação regional no período, como o surgimento das vilas coloniais, cujos traçados urbanos originais permanecem parcialmente preservados. A esse período também se somam a memória do antigo aldeamento de São José do Paraíba — atual São José dos Campos — e o início da conformação do centro de peregrinação que daria origem à cidade santuário de Aparecida.

Na qualificação de seu sujeito, estudos que podem ser considerados atemporais o definem e caracterizam como caipira. Trata-se de um sujeito modesto, que vive à margem dos grandes processos de expansão mercantilista, do latifúndio e da exploração de produtos voltados à exportação, como o açúcar e o ouro, durante o período colonial. Essa configuração foi retratada com precisão por Emilio Willems (1947) e por Robert W. Shirley (1977) ao estudarem esse universo sociocultural no município de Cunha. O “caipira” surge, assim, como um elemento que se molda nos primeiros séculos da ocupação luso-americana, carregando marcas de resistência, adaptação e continuidade cultural.

#### **4. Neoclássico vale-paraiabano**

A produção de café conferiu um novo aspecto social, econômico e cultural ao Vale do Paraíba. Pode-se afirmar que, nessa região, consolidou-se uma verdadeira cultura cafeeira, responsável por sustentar profundas transformações na sociedade, especialmente durante o período imperial, ao qual essa lavoura está historicamente associada (LEMOS 1999). No campo da

arquitetura, esse ciclo produtivo introduziu uma nova linguagem formal, marcada pela adoção do estilo neoclássico, presente tanto nas edificações civis quanto nos templos religiosos e demais equipamentos urbanos.

No panorama nacional, o neoclassicismo representa uma ruptura com a tradição barroca. No entanto, sua presença no Brasil manifesta-se por meio de relações mais complexas, próprias de um país de dimensões continentais. Duas principais correntes influenciaram sua introdução no território brasileiro. A primeira decorre do desdobramento das formas arquitetônicas resultantes da reconstrução de Lisboa, conduzida pelo primeiro-ministro Marquês de Pombal, no contexto pós-terremoto de 1755. Essa influência gerou o chamado pombalismo nas edificações, cujas características estão presentes em diversas grandes cidades brasileiras a partir do final do século XVIII.

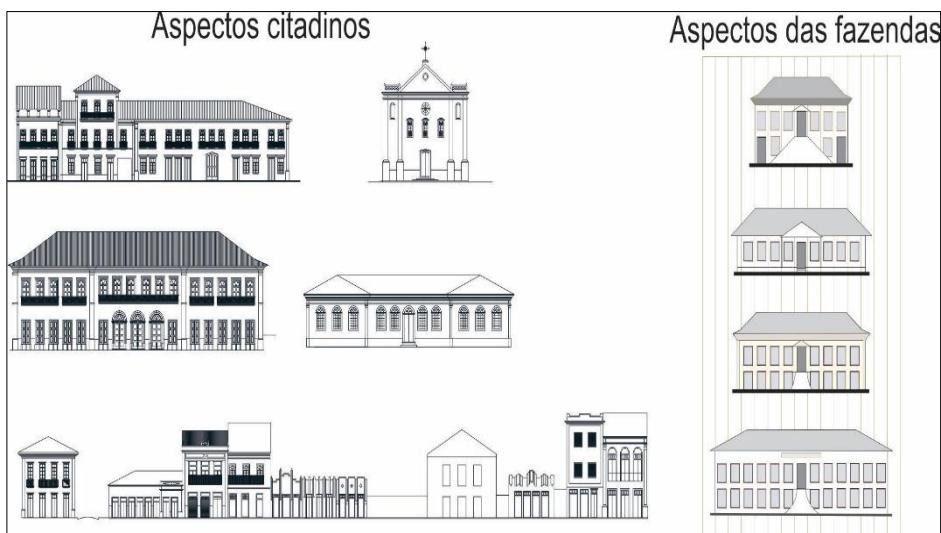


Figura 1. Característica da arquitetura de Bananal – SP.

Entretanto, uma matriz francesa, consolidada como oficial, manifesta-se por meio da Missão Artística Francesa, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Essa influência introduz uma orientação estética com forte carga ideológica e construtiva, contribuindo para a definição de uma nova linguagem arquitetônica no contexto do País recém-independente. Nesse sentido, destaca-se o entendimento de que “(...) o neoclassicismo arquitetônico brasileiro (...) veio com a Missão Francesa e interrompeu a fértil produção barroca que, se não fosse a abrupta introdução de uma arte europeia,

teria ainda dado frutos por muito tempo" (ROCHA-PEIXOTO 2000, p.45). Pode-se considerar que o estilo clássico introduzido no Vale do Paraíba tenha recebido essa influência direta. Contudo, este estudo defende que, a partir da análise de cidades como Bananal (figura 1) e Pindamonhangaba, é possível identificar características arquitetônicas e paisagísticas próprias, que permitem sustentar a noção de um neoclassicismo vale-paraibano (ou paulista) com identidade regional distinta.

## 5. O presente e o ausente — concluindo

Sabe-se que a formulação e a preservação do Patrimônio Cultural resultam de processos de escolha. A esses processos somam-se as memórias coletivas, entre outros estatutos simbólicos e institucionais. Contudo, o direito de escolha de uma sociedade incide até mesmo sobre o reconhecimento do que já existe, o que pode se dar de forma oblíqua, influenciada por fatores externos, políticos, ideológicos ou culturais.

A formação da região do Vale do Paraíba — compreendendo o planalto e suas respectivas serras — remete diretamente à própria história da constituição do Brasil. Neste contexto, não se busca destacar a figura do colonizador, comumente identificado como "bandeirante", seja como herói ou vilão, mas sim evidenciar as consequências mais amplas desse processo histórico na conformação de uma sociedade nacional. Trata-se de um processo social instaurado como resultado da expansão do capitalismo mercantilista europeu, cujas marcas são visíveis nas dinâmicas territoriais, sociais e econômicas da região.

O Vale do Paraíba colonial desenvolveu-se para atender às necessidades da metrópole portuguesa. Três características marcantes definem esse processo: a função como caminho de exploração, como espaço de assentamento urbano e como instrumento de domínio cristão. Nesse contexto, estabelece-se uma rica produção cultural que, por sua vez, se reflete em uma paisagem urbano-arquitetônica singular. Grande parte dessa expressão cultural foi posteriormente absorvida e reelaborada pelos povos da região das Minas Gerais, contribuindo para a formação de um imaginário simbólico compartilhado entre os territórios.

Posteriormente, a produção e a cultura do café conferem novas dimensões e evidências econômicas e políticas à região e, paradoxalmente, contribuem para o esquecimento, por parte de São Paulo, de sua herança colonial. O neoclassicismo, agora adotado como expressão cultural do jovem Império, passa a ditar os novos valores estéticos e simbólicos, em detrimento das formas arquitetônicas anteriores. As edificações — residências, igrejas e

demais construções — são progressivamente classicizadas ou demolidas. Nesse contexto, consolida-se a cultura do baronato rural, tanto no território paulista quanto no fluminense, reafirmando uma nova elite e seus padrões de representação social e espacial.

Essa lógica, posteriormente, caminha para o fim da abundância proporcionada pela lavoura cafeeira e também para o esgotamento do cruel sistema de exploração do trabalho escravizado. Inicia-se, assim, um processo de decadência que se prolonga por décadas, até a chegada de um novo ciclo econômico, predominantemente associado ao eixo da nova rodovia federal, que impulsiona a industrialização e promove, em nome da modernidade, a destruição de parte significativa do passado. Pouco se preserva do antigo classicismo, embora sua memória resista. Destacam-se ações de preservação e/ou conservação em determinadas edificações situadas na rota desenvolvimentista e, sobretudo, em cidades que permaneceram à margem desse processo, o que favoreceu uma maior salvaguarda patrimonial. Entre essas localidades, merecem destaque Areias, São José do Barreiro e Bananal.

No entanto, refletir sobre ausências não se limita ao que foi até aqui apresentado. É necessário considerar outras categorias analíticas e seus desdobramentos concretos — aquilo que Claval (1999) denominaria de concreto pensado —, como os legados dos povos africanos e de seus descendentes, cuja presença também fundamenta a formulação cultural da região. Cabe ao Estado de São Paulo a responsabilidade de reconhecer esses processos históricos e culturais. Consequentemente, é seu dever levantar e valorizar as memórias patrimoniais que envolvem desde a arquitetura até a gastronomia, passando por diversas manifestações artísticas e culturais. Espera-se, assim, a atuação do poder público e de outros agentes sociais na formação e consolidação desse mosaico plural que compõe o Brasil.

## 6. Referências

- AZEVEDO, Aroldo (1957). Embriões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia* 25: 31-69.
- AZEVEDO, Aroldo (1992). Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Terra Livre* 10: 23-78.
- <https://pdfs.semanticscholar.org/ec8a/358c86ae9bbe6dd3daae5a900ea74f555449.pdf>
- CÉSAR, Pedro A. B.; VERONEZE, Beatriz (2011). Utilização de recursos culturais para o planejamento de um turismo sustentável: uma análise regional. *Turismo - Visão e Ação* 13(2): 138-148.
- <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056077002.pdf>
- CLAVAL, Paul (1999). **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EdUFSC.

- HOLANDA, Sergio B. (org). (1993) **Época Colonial**: Administração, Economia, Sociedade. 7.ed. tomo I, v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand.
- HOLANDA, Sergio B. (org). (1989) **Época Colonial**: do descobrimento à expansão territorial. 8.ed. tomo I, v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand.
- LEMOS, Carlos A. C. (1999). **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo, EDUSP.
- MELO, Vera M. (2001). Paisagem e simbolismo. In. Corrêa, R.L.; Rosendahl, Z. (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 29-48.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. (2000). **Reflexos das luzes na terra do sul**: sobre a teoria da Arquitetura no Brasil da Independência - 1808-1831. São Paulo: Proeditores, 2000.
- SHIRLEY, Robert W. (1977). **O fim de uma tradição**: cultura e desenvolvimento no município de Cunha-SP. Perspectiva, São Paulo.
- WILLEMS, Emilio. (1947). **Cultura, tradição e transição com uma cultura rural no Brasil**. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.
- 

#### **Pedro de Alcântara Bittencourt César**

Pesquisador Bolsa Produtividade CNPq, vinculado ao IFSP - *campus* Campos do Jordão. Arquiteto e Urbanista (UNITAU), Mestre em Turismo e Doutor em Geografia (USP), com estágio pós-doutoral em História (UCS).



# MEMÓRIA, TERRITÓRIO E POLÍTICA: AUTO-ORGANIZAÇÃO NAS COMUNIDADES DE CAIUMBA / TAMBU / BATUQUE DE UMBIGADA PAULISTA

Elisabete de Fátima Farias Silva  
Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

## 1. Introdução

Este artigo aborda a tradição cultural negra paulista, denominada em algumas localidades de Caiumba, Tambu ou Batuque de Umbigada — considerada uma dança-rito de expressão afro-brasileira que tem na umbigada (entre homens e mulheres dispostos em duas fileiras separadas uma de frente para outra) um dos gestos mais significativos quanto aos valores celebrados.

Essa tradição não é registrada como patrimônio cultural imaterial no estado de São Paulo, nem está em processo de registro, apesar de já haver apontamentos em algumas legislações municipais e no Dossiê do Samba de Bumbo paulista (IPHAN 2025) quanto à importância particular da Caiumba.

A esse respeito, são exemplos: a Lei municipal nº 4.499/2014 que institui o Dia Municipal do Batuque de Umbigada, em 6 de setembro, aniversário da Mestra Anicide Toledo e a Lei municipal nº 6.315/2022 que institui a Semana Anicide Toledo, ambas em Capivari; a Lei municipal nº 9.255/2019 (revogada pela Lei nº 10.137/2024), que institui o Dia Municipal do Batuque de Umbigada em 24 de junho como parte do calendário oficial de eventos do município de Piracicaba; e a Lei Municipal nº 3.760/2019, que reconhece a Festa de São Benedito e o Batuque de Umbigada como patrimônios históricos e culturais do município de Tietê.

Todavia, o objetivo deste texto incide sobre a gestão popular das referências culturais que comportam a tradição cultural em tela. Disso o mote da investigação ser as comunidades batuqueiras como as próprias e principais articuladoras na afirmação de suas memórias e territórios a partir da

organização política (interna e em rede com outras comunidades/tradições negras).

Entendemos a gestão popular das referências culturais que conformam o patrimônio cultural como ações efetivadas pelas comunidades na transmissão do repertório cultural, por meio de estratégias de manutenção e diálogo criativo com o tempo presente, formação (inclusive em âmbito profissional) de novas gerações e lideranças com foco na dimensão educativa e política e sustentabilidade socioeconômica das atividades e territórios. São notáveis os diversos projetos realizados e obras publicadas (como pesquisas acadêmico-científicas, livros, cartilhas, CDs, *sites*, produções audiovisuais, espetáculos, festivais, oficinas, produtoras culturais independentes, entre outros) a partir dos integrantes das comunidades batuqueiras.

Ainda assim, se a proposição deste trabalho visa enfatizar como essa tradição negra apresenta um *continuum* histórico tão vivaz no interior paulista, efetivando a educação patrimonial das novas gerações por diferentes estratégias e linguagens no fortalecimento da memória e identidade, é também nosso objetivo trazer à tona a obrigação do Estado em instituir políticas públicas que visibilizem e amparem o patrimônio negro paulista.

Introduzido o tema e a abordagem do artigo, na sequência nos deteremos em (i) contextualizar a manifestação cultural da Caiumba, (ii) descrever a referência cultural da umbigada e (iii) apresentar, brevemente, algumas ações promovidas por integrantes das comunidades batuqueiras — o que estamos considerando como ações de gestão popular do patrimônio na autopreservação de suas memórias e territórios.

## 2. A Caiumba paulista

A denominação Batuque de Umbigada foi dada por folcloristas e pesquisadores externos à manifestação cultural. Já o termo Caiumba é um movimento mais recente e interno por parte de algumas lideranças batuqueiras comprometidas em recuperar a maneira como os membros mais antigos autodenominavam sua prática. De acordo com o batuqueiro, filósofo e doutor em Educação Antônio Filogênio de Paula Junior, o sentido de Caiumba é “encontro celebrativo ancestral”, como relatam os mais antigos. Já Tambu, termo que nomina o tambor maior utilizado na prática, também nomeia a própria manifestação em alguns batalhões (grupos), como no caso de Rio Claro/SP.

A Caiumba ou Kaiumba é, ainda, o resgate da identidade afrodiáspórica originária do macrogrupo étnico-lingüístico bantu —

especialmente da África Central, concentrada na área correspondente aos atuais países Angola e Congo.

Disso, palavras como ngoma, quinjengue, mulemba, tambu, candongueiro, caxambu, entre outras, expressarem instrumentos de manifestações culturais negras nascidas no Brasil batizados em falares africanos — provenientes do quicongo, ao norte de Angola, correspondente ao antigo reino do Congo; do quimbundo, na região central de Angola; e do umbundo, corrente na região do antigo reino de Benguela, no sudoeste de Angola (BUENO *et al.* 2015, p.82)

A Caiumba faz parte da “grande família de culturas de matriz africana bantu” (RIBEIRO *et al.* 2021, p.14) no Estado de São Paulo, junto com o Jongo e o Samba de Bumbo. Essas três tradições-irmãs se reconhecem e se visitam, constituindo uma rede de apoio mútuo na conformação política de afirmação e garantia dos territórios negros.

O Jongo no Sudeste e o Samba de Bumbo paulista são registrados como patrimônios culturais do Brasil no *Livro das Formas de Expressão* nos anos de 2005 e 2024, respectivamente. Em ambos os dossiês, a Caiumba é mencionada. Na publicação do IPHAN (2025), busca-se diferenciar os sambas que têm por referência o bumbo da manifestação cultural que tem por referência o tambu:

Na Caiumba, o tambor maior, de som grave, é o tambu [...] Os outros instrumentos da Caiumba, o quijengue, as matracas e os guaiás, também não participam do Samba. A rede de visitação da Caiumba no estado de São Paulo é outra rede e difere da do Samba, ainda que alguns batuqueiros sejam também sambadores e ainda que sejam todos da mesma família afro-paulista. O modo de dançar é diferente, a umbigada é central na coreografia da Caiumba e ela não existe no Samba Paulista (ainda que o movimento do bumbeiro e das mulheres que dançam façam lembrar uma umbigada e que o lenço, do Samba-Lenço, seja uma reminiscência da mesma). Caiumba, portanto, não é Samba. E assim como o Jongo do Sudeste e o Samba Paulista, que tiveram seus processos de Registro, a Caiumba deverá ter também o seu (IPHAN 2025, p.42).

A rota quilombola no Médio Tietê permitiu o sotaque afrocaipira da Caiumba (PAULA 2019). Incentivado a partir das descobertas das minas de ouro nos anos setecentos, o expansionismo colonial de interiorização ocasionou picadões abertos de São Paulo a Cuiabá. Já a partir da segunda metade do século XVIII, as fazendas de açúcar, seguidas pela economia

cafeeira, foram responsáveis por concentrar a população negra no Médio Tietê e disseminar a tradição da Caiumba.

Todavia, em meados do século XX, vários dos municípios do Médio Tietê foram gradativamente perdendo a dança-rito da Caiumba (vide mapas de BUENO *et al.* 2015, p.17–18; IPHAN 2025, p.89, SILVA e FARIA 2018, p.75), haja vista que seus detentores passavam por intensa pressão sob seus territórios, discriminação social, perseguição policial e migração constante na busca por melhores condições de vida.

Ainda assim, os municípios de Capivari, Piracicaba e Tietê protagonizam a iniciativa de preservar a tradição da Caiumba paulista. Mais recentemente, Rio Claro retomou as atividades públicas depois do ano de 2003 e formou um grupo (SILVA 2016), o qual se somou às festividades de Capivari, Piracicaba e Tietê, que também contam com a participação de integrantes dos municípios de Rafard e São Paulo (PAULA 2019).

## ***2.1. Umbigada: uma referência cultural a ser preservada***

A Caiumba é uma das poucas expressões afro-brasileiras que conseguiu manter a umbigada entre homens e mulheres. A perseguição racista fez com que a grande maioria de expressões negras que tinha contato entre corpos tivessem que dissimular a umbigada, este foi o caso do Jongo, ou mantê-la apenas entre as mulheres, como aconteceu na punga do Tambor de Crioula no Maranhão e no Samba de Roda baiano.

O discurso de que o gesto era libidinoso, pecaminoso e nocivo à sociedade foi veiculado pelo olhar racista e punitivo branco-cristão da Igreja e do Estado, do que se tem vários registros escritos. A documentação histórica é farta tanto de publicações oficiais, como códigos de postura municipais e jornais circulantes especialmente durante o século XIX, quanto de história oral, com registros de memórias dos batuqueiros que relatam as barreiras enfrentadas à continuidade da dança-rito.

De acordo com o mestre Antonio Filogênio de Paula Junior, as danças de umbigada expressam o encontro feminino-masculino como princípio fecundador e gerador da vida; em complementariedade, feminino e masculino saúdam a primeira casa e a primeira boca: o ventre que é canal de comunicação e alimentação físico-espiritual; o umbigo, como centro energético e equilibrador, nos conecta aos que vieram antes, em especial à mãe que gera, transmite e conecta os filhos à ancestralidade.

Quanto a outros valores e elementos simbólicos que compõem a Caiumba — como a presença do fogo, o processo de saber-fazer tambores, a musicalidade e a ritualística própria dos encontros celebrativos —, discutimos

alguns destes em outros momentos (CASTRO 2013, SILVA e CASTRO 2016, SILVA 2016, 2022). Optamos neste artigo por trazer a umbigada em primeiro plano como referência à memória, ao território e à política disputados a partir da corporeidade. Assim, proteger o patrimônio cultural imaterial começa por proteger o corpo-território que dança, canta, toca, festeja, trabalha e celebra a vida em comunidade, como se deixa ver nas figuras de 1 a 3.

### 3. Organização negra na gestão de suas referências culturais

Principalmente desde os anos 2000, as comunidades batuqueiras da Caiumba paulista vêm organizando diferentes eventos e publicações que reforçam a continuidade histórica dessa tradição secular. A potência cultural dinâmica a partir da auto-organização das comunidades tem conseguido, ora com mais, ora com menos dificuldades, atrair e fortalecer novas gerações, articular diferentes pautas condizentes à realidade vivida pelas populações negras e criar espaços de segurança, acolhimento e troca de saberes.



Figura 1. Umbigada à frente, ao toque de tambu, quinjengue e matraca ao fundo. Fonte: Casa de batuqueiro, fotografia de Paulo Fortunato (Piracicaba, sem data).



Figura 2. “Quintal da dona Marta”, lugar de encontro do Tambu e de outras expressões negras no interior paulista. À frente, tambores sendo afinados a fogo. Fonte: Elisabete de Fátima Farias Silva (Capivari, 2023).



Figura 3: Tambu no clube negro Tamoyo. Daniel Moi, Tatiane Joaquim e Paulo da Silva do batalhão de Rio Claro recebem outras pessoas interessadas em aprender. Fonte: Elisabete de Fátima Farias Silva (Rio Claro, 2023).

Os batuqueiros têm se organizado de diferentes maneiras para comunicar suas referências culturais com linguagens, estratégias e gestão própria, inclusive criando produtoras e coletivos que dão suporte a outros projetos de temáticas negras, como a Casa de Batuqueiro (organizada desde a década de 1990 e tornada empresa no ano de 2018, em Piracicaba).

A literatura infantil também é uma das produções significativas por parte de alguns dos integrantes das comunidades batuqueiras: os livros *Dandara*, do batuqueiro de Piracicaba Vanderlei Barros (2012); *Ingoma: o menino e o tambor*, de Lucas Puntel Carrasco (2010), no qual Vanderlei foi o interlocutor dos saberes registrados; a história em quadrinhos *No pé da Figueira*, organizada pelo Arquivo Público Municipal de Rio Claro (2012) junto à comunidade batuqueira rio-clarense; a cartilha educativa *Criança pode umbigar? Sim!*, da batuqueira Lorena Faria (2021) de Capivari; e o livro *Tambu encantado*, de Aniete Abreu (2025), batuqueira de Tietê, são exemplos de fortalecimento da ancestralidade de aliança entre os mais velhos e os mais novos, direcionados à formação educativa, lúdica e sensível que promove o respeito e a valorização das histórias negras.

Além das obras descritas acima, destacamos a seguir outras ações organizadas pelas próprias comunidades batuqueiras, algumas mais pontuais e locais e outras de longa data e com articulação em rede.

Em Piracicaba: atividades formativas e encontros festivos concentrados na Vila África/Parque Independência, Engenho Central, Quilombo Corumbataí, Sítio do senhor Pedro da família Soledade e Clube 13 de Maio; festivais em parcerias com samba, samba-lenço, samba de bumbo, hip-hop, dança afro, capoeira, jongo, trançadeiras, artesarias, entre outros; apresentações e oficinas em outros municípios a convite de instituições e pesquisadores parceiros, como o SESC-SP, Noite dos Tambores e Ecobantu; publicações organizadas direta ou indiretamente pelo mestre Antonio Filogênio (PAULA 2022 e RIBEIRO *et al.* 2021); além de outras tantas monografias acadêmicas que não temos espaço para citar aqui).

Em Capivari: apresentações e encontros com outras manifestações culturais negras na Praça Central; encontros formativos e diversas atividades artístico-culturais no “Quintal da dona Marta — quilombo do batuque”, com oficinas gratuitas de teatro, dança, grafite; parcerias com IFSP-Capivari em nome da professora e batuqueira Lorena Faria.

Em Tietê: a tradicional Festa de São Benedito, realizada no final de setembro no barracão ao lado da Igreja Santa Cruz, que recebe os demais batalhões de Caiumba paulista e outras tradições negras como Congada,

Jongo, coral negro, entre outros; a Casa de Cultura Mestre Herculano, um espaço de memória inaugurada em agosto de 2025.

Em Rio Claro: apresentações nos clubes sociais negro Tamoyo e José do Patrocínio (sede da Escola de Samba Grassifs — Voz do Morro); projeto e publicação decorrente “No Terreiro do Tambu” (BONIFÁCIO e DIAS 2016); algumas parcerias com a UNESP; Casa de Memória “José Ariovaldo Pereira Bueno”, com acervo documental do Tambu, territórios e pessoas envolvidas inaugurada em setembro de 2025; projeto de letramento racial nas escolas municipais, organizado por algumas das professoras negras envolvidas com o Tambu, como Daniele Cristina Cardoso, Janaína Maria Augusto, Tatiane Joaquim e Yaísa Domingas de Carvalho.

Antonio Filogenio de Paula Jr. (em informação oral às autoras para a redação deste artigo) aponta que as parcerias firmadas nestes últimos 40 anos vêm fortalecendo uma rede de solidariedade e fortalecimento da Caiumba paulista não apenas em seus lugares de origem, mas também em locais distantes. O mestre batuqueiro cita, por exemplo, a representatividade da Caiumba paulista em discussões e eventos culturais na Europa, principalmente na Bélgica, desde 2004, e no continente africano desde 2010, em países como África do Sul e Moçambique.

#### **4. Considerações finais**

A família de danças de umbigada é muito significativa fora do País, em especial na América Latina, no Caribe e no próprio continente africano, onde é conhecido um número significativo dessa referência cultural (PAULA 2022). No Estado de São Paulo, a dança-rito da Caiumba expressa na umbigada (entre outros elementos) valores circulantes que fortalecem a ancestralidade, com base na espiritualidade, comunidade e oralidade.

A organização das comunidades batuqueiras vem ensinando não apenas aos seus, internamente, mas a vários outros grupos sociais (OLIVEIRA 2024) como a Caiumba funda / é fundada em uma concepção de mundo que celebra a vida em sua inteireza, ritualizando o sagrado a partir de seus próprios corpos. A nova pedagogia do patrimônio, principalmente a partir das publicações datadas do ano de 2016, descentra o patrimônio como coisa em si mesma “para situar seus principais sentido e significado como vetor de valores, acionador e mobilizador de memórias e identidades” (SCIFONI 2022, p.4).

Disso, reconhecer e valorizar o patrimônio cultural legado pelas populações negras no estado de São Paulo faz parte da obrigação do Estado em reparar histórica e economicamente as memórias, práticas e territórios

negros. Até porque a Caiumba, apesar de ganhar espaço na cena cultural paulista por mérito da organização interna das comunidades e do apoio de alguns poucos pesquisadores e instituições externas, ainda sofre difamações racistas contrárias à sua prática, como aconteceu com o caso da distribuição gratuita da cartilha educativa *Criança pode umbigar? Sim!*, barrada nas escolas municipais em Capivari no ano de 2023, e das difamações quanto às formações de letramento racial com professores realizadas por professoras integrantes do Tambu em Rio Claro no ano de 2025. Ambos os projetos foram aprovados em leis de fomento, que sofreram ataques de grupos conservadores que negam o direito à memória e identidade negra, deformando os significados ancestrais da Caiumba.

Disso percebemos como é urgente ações socioeducativas antirracistas — sobretudo a partir das demandas das comunidades batuqueiras — que conscientizem a população em geral acerca do direito à diversidade de cosmopercepções e da garantia da diferença de matrizes culturais, sobretudo negras e indígenas.

Resultante da luta política de diversos movimentos sociais organizados e apoiadores, a Lei Federal nº 10.639/2003, atualizada pela Lei Federal nº 11.645/2008, que torna obrigatória a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da educação básica da rede de ensino público e privado, é um avanço, mas ainda há muito a se fazer efetivamente no reconhecimento das matrizes culturais negras paulistas, e a educação patrimonial pode ser uma aliada.

## 5. Referências

- ABREU, A. (2025). **Tambu encantado**. Ilustrações de Elaine Ladeira. São Paulo: Hanoi Kids.
- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE RIO CARO (2012). **No pé da figureira**. <https://encurtador.com.br/MbOYq>.
- BARROS, V. (2012). **Dandara**. Ilustrações de Carmelina T. Piza. Piracicaba: Fundo de Apoio à Cultura Municipal.
- BONIFÁCIO, I.S.; DIAS, P. (2016). **Terreiros do Tambu**: histórias sobre os tambores no batuque de umbigada. Rio Claro: Associação Cruzeiro do Sul.
- BUENO, A. P.; TRONCARELLI, M. C.; DIAS, P. (orgs.) (2015). **Batuque de Umbigada**: Tietê, Piracicaba, Capivari (SP). São Paulo: Associação Cultural Cachuera!.
- CASTRO, B. A. C. de. (2013). Patrimônio cultural e territorialidade negra em Rio Claro/SP. *Espaço & Geografia*, 16 (2): 557–578.
- FARIA, L. (2022). **Criança pode umbigar?** Sim! Aprendendo com o Batuque de Umbigada paulista. Ilustração Amanda Nainá. Capivari: Ed. da Autora.

- OLIVEIRA, F. F. (2024). Batuque de Umbigada - os desafios de uma educação infantil antirracista. *Revista Interinstitucional Artes de Educar* 10(1): 47–62.
- PAULA, A. F. (Jr.) (2019). Filosofia afro-brasileira: epistemologia, cultura e educação na Caiumba paulista. 2019. Piracicaba/SP (Tese de Doutorado, Universidade Metodista de Piracicaba).
- PAULA, A. F. (Jr.) (2022). **Saberes no pé do tambu**. Ilustrações de Amanda Nainá. Rio de Janeiro: Malê.
- RIBEIRO, A.; PAULA, A. F. (Jr.); SALES, R. L. P. (2021). **Ngoma Chamou!** Batuques em terreiros paulistas. Ilustrações de Amanda Nainá e Poliana S. Estevem. Rio de Janeiro: Malê.
- SCIFONI, S (2022). Subverter o patrimônio cultural: periferia e participação social. *Terra Livre*, 59 (2): 592–620.
- SILVA, E. F. F. (2016) *Entre corpos e lugares*: experiências com a Congada e o Tambu em Rio Claro/SP. Rio Claro (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”).
- SILVA, E. F. F.; CASTRO, B. A. C. (2016). Congada e Tambu: uma leitura geográfica do Patrimônio Cultural Intangível. *Geografia e Pesquisa* 10 (1): 17-27.
- SILVA, E. F. F.; FARIA, M. M. (2018) Tempos e lugares de Batuque: manifestações em uma cidade do interior paulista. *Revista da Anpege* 14 (1): 46-82.
- SLENES, R. W. A. (2018). Africanos Centrais. In: Schwarcz, L.; Gomes, F. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, p.64-70.

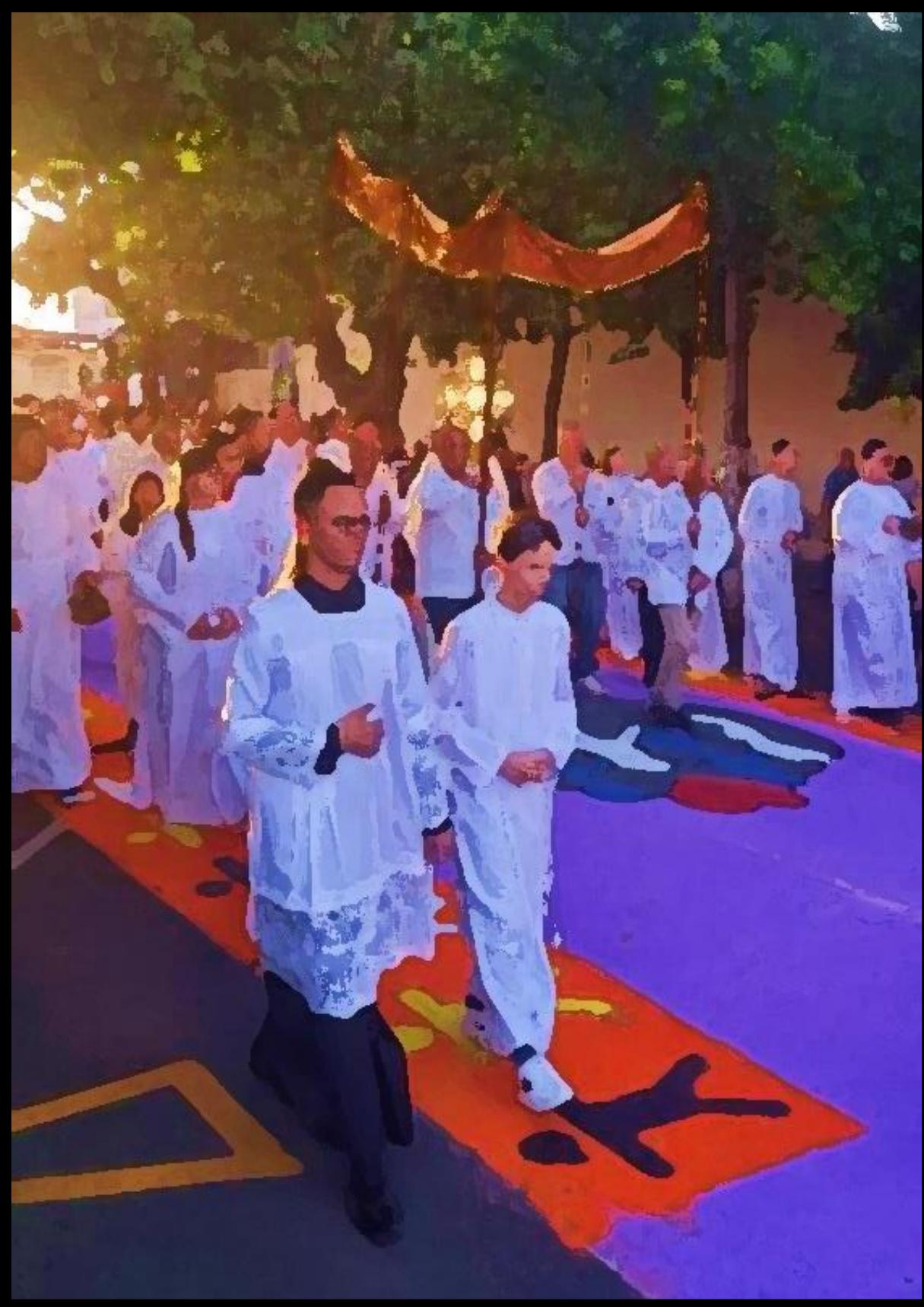
---

### Elisabete de Fátima Farias Silva

Doutora em Geografia com estudos na área cultural-humanista. Bolsista de pós-doutorado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculada ao projeto nacional “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural”.

### Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Doutora em Antropologia Social e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora na área de patrimônio cultural, com ênfase em cultura negra, populações tradicionais e indígenas no Brasil.



# AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DO MATERIAL AO IMATERIAL: A TRADIÇÃO DO CORPUS CHRISTI DE MATÃO COMO FORMA DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E FESTIVIDADE

Luis Gustavo Lucatelli  
Maísa Fonseca de Almeida

## 1. Introdução

A celebração de Corpus Christi se manifesta como uma prática religiosa de natureza essencialmente imaterial, fundamentada na crença religiosa, no ritual e na espiritualidade coletiva. No entanto, sua expressão mais visível e simbólica é traduzida na materialidade efêmera das ruas da cidade ornamentadas, temporariamente transformadas em “tapetes”, com mosaicos artísticos de passagem e que guiam o percurso da procissão religiosa. Os tapetes são construídos de diferentes materiais e cores, com trabalhos manuais, como ilustrado na figura 1. Trata-se de uma manifestação cultural religiosa que articula expressão artística e participação social, fundamentada na arte do saber fazer e que, durante o seu período de produção e realização, transforma o cotidiano da cidade em um cenário ritualístico de carga simbólica.

Celebrada pela Igreja Católica desde o século XIII, a manifestação cultural é dedicada ao corpo e ao sangue de Cristo, enfatizando a centralidade da Eucaristia na vida cristã (RUBIN 2004). Ao longo do tempo, a celebração expandiu-se para diferentes regiões do mundo, adquirindo características singulares conforme os contextos culturais e históricos locais.



Figura 1. Procissão de Corpus Christi Matão 2025.

Fonte: acervo pessoal de Luis Gustavo Lucatelli.

No Brasil, a tradição dos “tapetes” (mosaicos artísticos coloridos) como passagem da procissão ganhou destaque como manifestação religiosa e cultural (CASCUDO 1971). Em Matão, cidade do interior do estado de São Paulo, essa celebração assumiu contornos únicos devido a sua expressão artística, que explora diferentes materiais e cores, e consolidou-se como um dos eventos culturais mais importantes da identidade local.

Com mais de 75 anos de história, a festa de Corpus Christi em Matão foi se moldando às dinâmicas sociais, culturais e religiosas da cidade. Inicialmente restrita a manifestações de menor escala, abrangendo uma área limitada de quadras, sua abrangência espacial foi ampliando-se, conjuntamente a seu significado e identidade local, até se tornar a principal festividade religiosa do município. Atualmente, a celebração ocupa 12 quarteirões do centro da cidade, envolvendo a participação da comunidade na produção dos “tapetes”. O seu processo de elaboração e desenvolvimento

envolve meses de planejamento e mobiliza diversas gerações de participantes, de diferentes faixas etárias (LUCATELLI e ALMEIDA 2019).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo investigar o percurso histórico da celebração de Corpus Christi em Matão, analisando seus marcos principais, sua evolução estética e participativa e seu papel na constituição da identidade cultural e religiosa da cidade. Ao considerar os elementos imateriais do patrimônio cultural e os modos de apropriação simbólica do espaço urbano, busca-se compreender como essa festa, ao longo das décadas, se transformou em um dispositivo de coesão comunitária e afirmação identitária.

Para tal, este artigo está estruturado a partir de cinco eixos. O primeiro apresenta o sentido litúrgico do Corpus Christi, entendido como extensão da Eucaristia e manifestação pública de crença religiosa. O segundo discute a dimensão social e cultural da celebração, destacando sua introdução no Brasil pelos imigrantes portugueses e sua apropriação pelas comunidades locais. O terceiro eixo apresenta a festa de Matão, abordando a origem e evolução dos “tapetes” ornamentais, sua organização coletiva e a transformação do espaço urbano em território sagrado. O quarto eixo trata dos impactos comunitários, turísticos e econômicos da celebração, bem como da busca por reconhecimento como patrimônio imaterial. Por fim, o quinto eixo apresenta os desafios contemporâneos enfrentados pela festa e conclui que o Corpus Christi em Matão transcende a liturgia, constituindo-se como expressão de identidade coletiva, valorização cultural e resistência simbólica.

## **2. A celebração de Corpus Christi**

A solenidade de Corpus Christi é compreendida como uma extensão do rito eucarístico, no qual a hóstia consagrada é trasladada para além do espaço sacralizado da igreja, possibilitando que os fiéis expressem publicamente sua devoção e reverência ao Santíssimo Sacramento (ANDRADE 2011).

Celebrada em diversos países, a solenidade de Corpus Christi caracteriza-se por procissões, ritos litúrgicos e manifestações populares que se configuram de acordo com as particularidades culturais de cada localidade. O rito possui também uma dimensão social, uma vez que depende da participação dos fiéis para a consolidação de uma identidade coletiva, que integra os aspectos religiosos e socioculturais do grupo (ANDRADE 2011).

No Brasil, a celebração foi introduzida durante o período colonial por grupos de imigrantes e, ao longo do tempo, difundiu-se e foi incorporada pelas comunidades locais, assumindo formas diversas de expressão, de acordo

com os contextos culturais, as práticas religiosas e a organização social de cada região. Dessa forma, Corpus Christi consolidou-se como uma celebração litúrgica de relevância simbólica, que articula espiritualidade, arte e tradição.

A celebração envolve a constituição de dois espaços complementares: o espaço sagrado, representado pela igreja, e o espaço sacralizado, correspondente à cidade, que é preparado com tapetes confeccionados para a procissão. Esse espaço adquire temporariamente um caráter sagrado, sendo ressignificado e destinado exclusivamente às atividades do rito, em contraste com os usos cotidianos (ANDRADE 2011).

De acordo com Cascudo (1954), o Corpus Christi é uma manifestação cultural popular de caráter que se articula com a religião católica institucionalizada. O autor ressalta que a solenidade constitui um momento em que a religiosidade se expressa por meio de práticas artísticas tradicionais, como a confecção de tapetes elaborados com serragem, flores e outros materiais coloridos para a passagem da procissão, ato que representa uma forma de religiosidade popular e que confere ao evento uma dimensão artística e devocional. Para Cascudo, essa manifestação exemplifica processos de apropriação e ressignificação de uma celebração católica pelas comunidades locais.

No município de Matão, a celebração constitui uma das expressões mais representativas da religiosidade popular e caracteriza-se por seu aspecto litúrgico e pelos tapetes ornamentais que ocupam as ruas centrais da cidade, consolidando-se como um símbolo da identidade cultural e religiosa da comunidade (LUCATELLI e ALMEIDA 2019).

A origem da devoção ao Santíssimo Sacramento em Matão está associada à formação do município, influenciada pela presença da Igreja Católica e pelos fluxos migratórios que marcaram a região. A partir da década de 1940, a celebração de Corpus Christi adquire características próprias, com o início das práticas coletivas de ornamentação das ruas de percurso da procissão com tapetes confeccionados a partir de materiais simples, como serragem, areia, flores, pó de café, cascas de ovo e outros materiais disponíveis no contexto local (LUCATELLI e ALMEIDA 2019).

O evento caracteriza-se por uma dimensão imaterial expressa na materialidade das ruas ornamentadas, que assumem novos significados durante a celebração. Nesse período, o espaço urbano é temporariamente ressignificado, sendo interrompidas as práticas cotidianas para que se estabeleça um ambiente destinado ao rito.

Ao longo do tempo, a manifestação consolidou-se gradualmente, transformando-se em uma prática artística de maior visibilidade e que permanece vinculada à dimensão religiosa, de caráter popular e coletivo. Suas

atividades foram incorporadas aos calendários escolares e municipais, envolveram maior planejamento prévio e a participação conjunta do poder público e da Igreja Católica. Atualmente, a celebração ocupa doze quarteirões da área central da cidade, e os “tapetes”, que podem alcançar mais de três quilômetros de extensão, apresentam formas e simbologias dotadas de significados simbólicos, cujo percurso dos últimos anos é ilustrado na figura 2 (LUCATELLI e ALMEIDA 2019).

Os desenhos dos tapetes são planejados previamente e, no dia da celebração religiosa, diversos grupos, compostos por famílias, escolas, paróquias, movimentos pastorais, artistas locais e instituições civis mobilizam-se durante a madrugada anterior para concluir a confecção antes da procissão, que ocorre durante a missa do período da tarde. Esses desenhos incorporam símbolos religiosos, mensagens de devoção e temas contemporâneos, estabelecendo um diálogo visual entre a tradição religiosa católica e o contexto social atual, por meio de uma linguagem simbólica que busca expressar a experiência do sagrado (ANDRADE 2011).

A religiosidade constitui o elemento estruturante da celebração e, ao longo das décadas, essa prática foi gradualmente ressignificada pela população e pela comunidade católica, resultando em diferentes formas e padrões de produção. A evolução da festa reflete as transformações sociais da cidade: as técnicas decorativas, os temas representados e os modos de organização variam conforme as gerações e os agentes envolvidos.

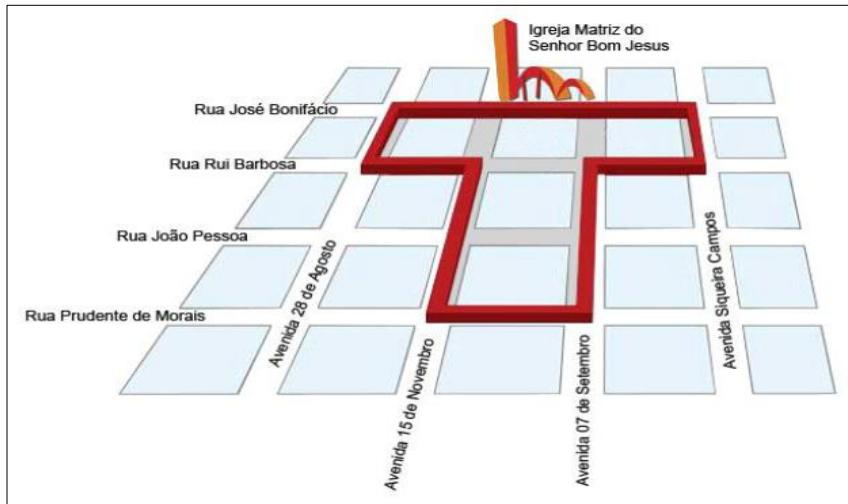


Figura 2. Configuração dos tapetes em Matão.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matão (2019).

No início, segundo entrevistas, havia maior participação da comunidade escolar e maior número de ações educativas na produção e confecção dos “tapetes”. Atualmente, observa-se uma transferência gradual da responsabilidade organizacional para as igrejas e comunidades paroquiais. Essa mudança impacta diretamente no processo criativo e colaborativo dos “tapetes” e altera a dinâmica de participação segundo a faixa etária, refletindo em menor envolvimento de jovens nas manifestações mais recentes.

Conjuntamente ao valor estético e religioso, é possível considerar que a festa de Corpus Christi em Matão apresenta um grande envolvimento da comunidade. A confecção dos “tapetes” representa um momento de sociabilidade e cooperação conjunta entre os moradores, auxiliando na integração social de diferentes gerações que se articulam nesse processo, conforme é possível observar na Figura 3.

O reconhecimento do valor simbólico da celebração tem levado a cidade a buscar o registro da festa como patrimônio imaterial, tendo sido reconhecida pela Lei nº 3743/2006 e entrando para o calendário do turismo do Estado de São Paulo em 2025.

O processo de valorização cultural envolve o registro das práticas, dos saberes e das memórias associadas à produção dos tapetes e a realização do evento. Trata-se de uma tentativa de preservar e transmitir às futuras gerações esse patrimônio cultural que expressa a articulação entre religiosidade, arte e identidade local.



Figura 3. Elaboração de “tapete” em Matão.

Fonte: acervo pessoal Luis Gustavo Lucatelli (2025).

A preservação do saber-fazer artesanal é um dos aspectos mais notáveis da festividade. Apesar das mudanças e dos desafios enfrentados em relação a ações educativas desse patrimônio cultural, a preservação dos aspectos estéticos dos “tapetes”, com suas técnicas manuais e os conhecimentos sobre materiais e símbolos religiosos, tem resistido, principalmente, pela transmissão oral desses saberes, de geração em geração. É uma prática que associa elementos das artes plásticas com valores religiosos e comunitários, consolidando-se como uma expressão artística que reflete práticas de religiosidade local, ao mesmo tempo em que fortalece laços sociais e familiares.

A participação popular é outro aspecto central. A festividade envolve diferentes faixas etárias e classes sociais, o que a configura como uma manifestação coletiva. Grupos escolares, movimentos pastorais, organizações não governamentais (ONGs) e empresas locais participam do processo, reforçando o caráter integrador do evento.

Outro aspecto importante da festividade é seu impacto no turismo e na economia local. Estima-se que, nos últimos anos, a celebração tenha atraído cerca de 15 mil visitantes por ano (LUCATELLI e ALMEIDA 2019). Com isso, hotéis, restaurantes, comércios e serviços locais são diretamente beneficiados, o que reforça a importância da festa não apenas como expressão de fé, mas também como evento de relevância econômica e social para o município.

Durante o evento, partes significativas do espaço urbano são apropriadas, e o cotidiano da dinâmica local é alterado, pois o trânsito de veículos é interrompido, a circulação de pessoas se reorganiza, constituindo novos aspectos para a paisagem, ao mesmo tempo sagrada e estética.

No entanto, a celebração também enfrenta alguns desafios. Dentre eles, destacam-se as mudanças no perfil religioso da população, com o crescimento de outras denominações cristãs; a redução do número de voluntários jovens; e as dificuldades logísticas envolvidas na organização de um evento desse porte. Desse modo, a manutenção da festividade exige esforços coordenados entre os setores religiosos, o poder público e a sociedade civil, articulados a políticas de valorização do patrimônio imaterial e incentivo à participação cultural.

Do ponto de vista simbólico, o Corpus Christi em Matão pode ser interpretado como uma manifestação de apropriação coletiva do espaço urbano. Durante a festa, as ruas da cidade são ressignificadas de espaços de circulação e apropriação cotidiana a territórios sagrados. Seu caráter efêmero, devido a permanência dos “tapetes” artísticos ser transitória, reforça a ideia de

que essa prática cultural não se limita a estruturas permanentes, mas também aos ritos religiosos.

A festa de Corpus Christi em Matão representa uma manifestação cultural que tem sido transformada e ressignificada ao longo do tempo de forma integrada aos diferentes setores da sociedade, articulando atividades religiosas e artísticas e fomentando atividades econômicas e culturais junto à comunidade local. Nesse sentido, ao preservar e articular manifestações religiosas e artísticas junto à comunidade, a celebração se consolida como uma das principais referências culturais imateriais do interior paulista.

### **3. Considerações finais**

A análise da celebração de Corpus Christi em Matão permite observar um fenômeno complexo e multifacetado que transcende os limites de uma prática exclusivamente religiosa.

Ao longo de mais de sete décadas, a festividade foi sendo moldada pelas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e espirituais da cidade, consolidando-se como um dos principais marcos da identidade coletiva matonense. Sua preservação como patrimônio cultural relaciona aspectos estéticos e artísticos da construção de obras efêmeras, com a confecção de “tapetes” por diferentes grupos que ocupam as ruas do centro urbano, e também a mobilização social, o diálogo e a transmissão de saberes, história, cultura e afetos por meio de uma experiência coletiva e participativa, articulada a práticas religiosas e que são considerados aspectos de identidade da cidade.

Sua continuidade está condicionada à preservação dos elementos tradicionais e à capacidade de adaptação diante das transformações sociais contemporâneas. O reconhecimento da festividade como patrimônio imaterial representa a sua identificação e valorização como manifestação religiosa, expressão simbólica da cultura e da memória coletiva local.

A festividade é caracterizada atualmente como um patrimônio imaterial. A celebração articula elementos simbólicos que constituem formas de ressignificação do espaço urbano e da vivência comunitária. O ritual da procissão, guiada por obras de arte passageiras, transforma a cidade em um espaço litúrgico, onde o cotidiano é temporariamente suspenso para dar lugar ao sagrado.

Essa apropriação coletiva do espaço, ainda que momentânea, reforça o sentido de coesão social e de continuidade das tradições locais, mesmo diante das constantes mudanças nos modos de organização e participação.

Como discutido ao longo do artigo, a festa também é marcada por transformações estruturais que refletem os desafios contemporâneos enfrentados pelas manifestações culturais populares. Nesse sentido, a diminuição da participação de escolas, a descentralização organizacional e a crescente demanda logística exigem adaptações constantes. Ainda assim, a preservação do saber-fazer artesanal dos tapetes e a transmissão intergeracional de conhecimentos religiosos e estéticos demonstram a vitalidade e a resiliência da tradição.

Vale salientar algumas potencialidades dessa prática cultural segundo uma perspectiva econômica e do turismo cultural, com o envolvimento de grupos locais impulsionando atividades culturais e um grande número de visitantes anualmente. Nesse contexto, ela pode ser compreendida como um patrimônio cultural em constante processo de ressignificação, consolidando-se como espaço de formação cidadã, de expressão artística e de valorização da memória coletiva.

Essa prática evidencia como rituais de caráter religioso podem assumir funções sociais, educativas e simbólicas de grande relevância, fortalecendo a integração comunitária e a resistência cultural. Ao transformar as ruas da cidade em altares efêmeros de cor e espiritualidade, reafirma-se o papel do patrimônio cultural imaterial como meio de transmissão de memória, fortalecimento identitário e projeção para o futuro.

#### 4. Referências

- ANDRADE, Solange R. (2011). Espaço sagrado e sacrilização do espaço: aspectos da procissão de Corpus Christi em Maringá-PR. *Revista Brasileira de História das Religiões* 4(11): 205-220.
- CASCUDO, Luís C. (1971). **Calendário das festas**: informações do folclore brasileiro. Rio de Janeiro: MEC.
- CASCUDO, Luís C. (1954). **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- LUCATELLI, Luis G.; ALMEIDA, Maisa F. (2019). Corpus Christi de Matão: a tradição dos tapetes florais e vítreos e suas festividades. *Anais do 11º Mestres e Conselheiros: educação para o patrimônio*. Belo Horizonte: UFMG. <https://www.even3.com.br/anais/11mestreconselheiros/168983-CORPUS-CHRISTI-DE-MATAO--A-TRADICAO-DOS-TAPETES-FLORAIS-E-VITREOS-E-SUAS-FESTIVIDADES>.
- RUBIN, Miri. (2004) **Corpus Christi**: The Eucharist in Late Medieval Culture. Cambridge: Cambridge University Press.

SOARES, Maurílio G. (2013). Representações simbólicas em percurso efêmero: o Corpus Christi em cor e areia. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Contemporânea), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

---

### **Luis Gustavo Lucatelli**

Arquiteto e Urbanista e Pedagogo. Mestre em Engenharia Urbana (PPGEU-UFSCar) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Membro da coordenação do Núcleo Docomomo SP e conselheiro nos Conselhos Municipais de Patrimônio de Araraquara, São Carlos e no Conselho de Turismo de Matão.

### **Maísa Fonseca de Almeida**

Pós-doutoranda no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Arquiteta e Urbanista, mestre e doutora pelo IAU-USP. *Master of Science* em “Etudes Urbaines en Régions Méditerranéennes”. Membro do ICOMOS, do IMEKO, do IAB e da coordenação do Núcleo DOCOMOMO-SP.



# A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Luci Mendes de Melo Bonini

## 1. Introdução

O patrimônio imaterial é crucial para a preservação da identidade de nações, regiões e comunidades, como exemplificado pela Festa do Divino Espírito Santo no Brasil, que expõe práticas culturais diversas em risco de serem ofuscadas pela cultura de massa.

O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), enfatiza a importância de práticas e expressões que as comunidades identificam como parte integrante de seu legado cultural, destacando a natureza evolutiva da preservação do patrimônio na sociedade contemporânea e o crescente reconhecimento dos direitos culturais de grupos folclóricos e ou folclóricos-religiosos.

As políticas públicas de preservação dos bens culturais no Brasil são recentes. Prédios e lugares que conservam memórias históricas já vêm sendo alvo de tombamento há mais tempo do que os bens culturais imateriais. Estes últimos abrangem práticas, expressões e lugares que refletem a identidade social e cultural das comunidades brasileiras, incluindo tradições, artesanatos, celebrações e espaços coletivos.

A Constituição Federal de 1988 reconhece o patrimônio cultural material e imaterial, enfatizando a importância da proteção, promoção e gestão desses bens por meio de marcos legais, inventários e políticas públicas. A legislação também destaca o papel da participação comunitária na salvaguarda do patrimônio cultural, com medidas específicas de reconhecimento, proteção e preservação, visando assegurar a continuidade e a valorização das diversas expressões culturais brasileiras para as gerações futuras.

Assim, este trabalho tem como objetivo descrever as políticas culturais para patrimônios imateriais do Município de Mogi das Cruzes.

## 2. Panorama histórico da Festa do Divino no Brasil

A Festa do Divino Espírito Santo, celebração católica mais antiga de Portugal e do Brasil, datada de 1321, teve origem em antigos rituais pagãos de adoração a plantas antes de ser adotada pela Igreja para a evangelização. Essa festa comemora as graças do Espírito Santo e evoluiu regionalmente, refletindo particularidades socioeconômicas, étnicas e tradicionais locais, com a participação ativa de devotos e figuras simbólicas como o imperador ou o casal imperial. É um evento que frequentemente apresenta atrações regionais dentro das celebrações religiosas que impulsionam o turismo e a economia local (THOMSEN *et al.* 2017).

No Brasil, de norte a sul, encontram-se exemplos dessas festas como se vê de ora em diante.

Em Rondônia, uma celebração notável na região é a Procissão Divina, uma festa fluvial no Rio Guaporé, que faz fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Essa festividade acontece há mais de 125 anos, envolvendo uma procissão de barco por mais de 35 locais no Brasil e na Bolívia, culminando em um festival de sete dias que começa no Domingo de Páscoa e termina no Pentecostes. Em janeiro de 2022, o governo de Rondônia sancionou a Lei nº 5.252, de 11 de janeiro de 2022, que reconheceu a Festa do Divino Espírito Santo no Vale do Guaporé como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado (RONDÔNIA 2022).

Alcântara, localizada no Maranhão, é famosa por seu rico patrimônio cultural e importância histórica, tendo sido tombada como Patrimônio Histórico Nacional em 1948. Suas festividades tradicionais, como a Festa do Divino, contam com procissões religiosas, missas e a animada participação de caixearas — mulheres que tocam tambores e cantam hinos que refletem influências culturais africanas (GOMES *et. al.* 2015, GOMES 2017).

O município de Pirenópolis, localizado em Goiás, é reconhecido como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1989. (CURADO e LÔBO, 2021). Sua identidade cultural está profundamente enraizada nas festas do Divino Espírito Santo, notadamente as Cavalhadas, que dramatizam batalhas medievais entre mouros e cristãos e envolvem trajes, máscaras e encenações elaboradas (FRANCO 2022).

O jubileu do Divino Espírito Santo em São João del-Rei provavelmente começou com a inauguração da igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em 1774 e apresenta vários eventos tradicionais, como folias, a Cavalgada do Divino e procissões envolvendo o Imperador Perpétuo, Santo Antônio (DIOCESE DE SÃO JOÃO DEL-REI 2025). Essa festa é uma

importante celebração cultural enraizada em tradições do século XVIII, que foi suprimida no início do século XX, mas reavivada no final da década de 1990. É animada pelos batuques negros — como Congadas, Folias e Missa Inculturada — por meio de histórias orais e narrativas comunitárias, enfatizando o papel das associações negras, da Pastoral Afro-Brasileira e os esforços da Igreja em prol do reconhecimento e da reparação de injustiças históricas, como a escravização negra (ASSIS 2021).

As Festas do Divino Espírito Santo que acontecem pelo estado de São Paulo refletem as diversas sociedades que a produzem, incorporando significados espirituais e identitários. Sua organização, rituais e tradições permanentes destacam a memória coletiva e o significado social que lhe são atribuídos, evoluindo ao longo do tempo por meio da participação individual e geracional. Essa celebração não apenas preserva a devoção religiosa e os gestos culturais, mas também reforça conexões históricas, como a imigração e a narrativa mais ampla da sociedade brasileira (ARAUJO 2005).

Municípios como Piracicaba, Anhembi, Conchas e Laras têm suas manifestações culturais sempre em barcos que navegam o Rio Piracicaba ou o Rio Tietê, rememorando os tempos em que as Irmandades do Divino, como são conhecidas, eram chamadas para rezar pelos doentes e mortos pela maleita no final do século XIX e perduram até hoje (ALMEIDA 2013, PAULA 1978).

### **3. Políticas municipais de reconhecimento de patrimônio imaterial em Mogi das Cruzes**

Mogi das Cruzes, na Região do Alto Tietê, foi fundada pelo bandeirante Braz Cubas em 1560. A 49 quilômetros da Capital, foi pelo Rio Tietê, antes Anhembi, que São Paulo foi se expandindo para o interior. Mogi das Cruzes foi elevada a Vila em 1611 e, segundo Campos (2013), em 1613 um documento oficial da Câmara já descrevia que os moradores deveriam organizar um caminho de entrada na Vila em honra ao Espírito Santo.

O município é o quarto mais antigo de São Paulo e, dada sua extensão territorial, desmembrou-se em diversos municípios que fazem limite com ele na atualidade, entre os quais apontam-se: Santa Isabel, Guararema, Jacareí, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Biritiba Mirim (COMPAP, s/d).

Em 2007, políticas públicas de salvaguarda dos bens culturais foram expressas pelo Decreto nº 7.970, de 10 de setembro daquele ano (MOGI DAS CRUZES 2007), considerando o que já se expressava na Constituição e nas políticas emanadas pelo IPHAN, criando, assim, os seguintes livros: *Livro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações e Livro de Registro das Formas*

de Expressão, o que abriu caminho para os processos de tombamento dos patrimônios materiais.

Nesse sentido, muitos casarios, igrejas e monumentos já foram sendo reconhecidos e tombados como Patrimônio histórico cultural material, alguns inclusive em concordância com o Condephaat, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, e pelo Comphap, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do município: Pinacoteca e Escola Coronel Almeida; as Igrejas da Ordem Primeira e Terceira do Carmo; o Casarão do Chá; o Batalhão CPAM12, Antiga Cadeia Pública e Fórum; o Complexo Dr. Arnaldo Pezzuti; o Casarão do Carmo; e o Theatro Vasques. Outros edifícios foram tombados apenas pelo conselho municipal, entre os quais estão a Capela de Santo Alberto, a Capela de Santo Ângelo e a Igreja de São Benedito.

O Decreto nº 7.970 de 10 de setembro de 2007 reconhece os seguintes bens imateriais, graças aos esforços de pesquisadores e historiadores locais a saber:

#### I. No *Livro de Registro das Celebrações*, a saber: Festa do Divino Espírito Santo, Entrada dos Palmitos e Festa de São Benedito

A Festa do Divino é a maior festa religiosa do município e, por essa razão, é gerenciada por festeiros e ex-festeiros em uma organização sem fins lucrativos denominada “Associação Pró-Festa do Divino” (ASSOCIAÇÃO PRÓ-DIVINO s/d). Ela organiza as doações a fim de que a festa aconteça com todos os eventos que ocorrem não só nos dez dias de festa, mas nos meses que a antecedem. Há eventos mensais na sede, como o Bingo em Dezembro e os retiros das rezadeiras e rezadores. Há muitas reuniões com as organizações sociais, cuja missão é organizar as barracas da quermesse. Cada barraca é de responsabilidade de uma organização social da cidade, e quem trabalha são voluntários. Em média 3 mil voluntários auxiliam nas diferentes etapas da festa. É também responsabilidade da associação a barraca de doces, preparados por um grupo de mulheres conhecidas como “abelhinhas”, e a do Afogado, preparado sempre por homens.

A parte religiosa tem início em janeiro, quando ocorre a Missa do Envio das Rezadeiras, para que elas possam começar seus trabalhos nas casas dos fiéis. A festa tem início 10 dias antes do domingo de Pentecostes: desde a inauguração do império, no centro da cidade pelas autoridades políticas e religiosas, as missas todas as noites e as alvoradas (figura 1) todas as madrugadas.

As alvoradas percorrem diferentes caminhos pela cidade ao longo dos dias: um dia vai até o cemitério, outro passa pela Santa Casa de Misericórdia, e cada dia representa um dom do Divino. Ela é acompanhada por violeiros, pelos fiéis, pelos religiosos. Os dons do Divino são vermelho: fortaleza; azul: sabedoria; prata: entendimento; verde: conselho; amarelo: ciência; azul-escurinho: piedade; roxo: temor a Deus (REGATO 2009).



Figura 1. As Alvoradas percorrem o centro da cidade.

Fonte: arquivo pessoal da autora.

No final de cada Alvorada, serve-se um café para quem se dispuser a esperar ao lado da Catedral de Santana, local onde grandes eventos ocorrem ao longo dos dias de festa. No sábado que antecede Pentecostes, há uma procissão chamada de Entrada dos Palmitos (Figura 2). Essa procissão é caracterizada pela presença de carros de boi, cavaleiros, grupos de Congada, de Moçambique, Folia do Divino, escolas municipais, grupos de idosos, rezadeiras e rezadores, prefeito e vice-prefeito, representantes do legislativo e fiéis que optam por agradecer pelas graças recebidas.

Esse desfile chama-se Entrada dos Palmitos e guarda muito das tradições pagãs de agradecimento à colheita e à fartura (MARIANO 2018).

Como os palmitos eram abundantes na região, os carros eram enfeitados com os palmiteiros. Com a proibição do corte dessas árvores, atualmente os carros de bois e a cidade são enfeitados com folhas de palmeiras. O primeiro carro de boi, que vai enfeitado com alimentos vindos do campo, chama-se Charola. A ele seguem-se os demais, também enfeitados e, normalmente, com passageiros.



Figura 2. Entrada dos Palmitos.

Fonte: arquivo pessoal da autora.

Outra celebração é a Festa de São Benedito, que teve início em 1919 por iniciativa de Eva Maria de Jesus, cumprindo uma promessa feita ao santo, e desde então se tornou uma tradição anual (CÚRIA DIOCESANA s/d). Essa festa não movimenta tantos voluntários como a Festa do Divino, mas também tem atrações como as procissões, o hasteamento de mastro, missas e quermesse. Muitos pratos servidos nas quermesses na cidade são bastante conhecidos, como o Afogado, o Buraco Quente e o Tortinho.

É interessante destacar que acontecimentos históricos ocorridos após a abolição da escravatura levaram o Santuário do Bom Jesus do Matosinho a ser

nomeado e reconhecido como Igreja de São Benedito (DIOCESE DE MOGI DAS CRUZES s/d). No caso de São João del-Rei, como já exposto anteriormente, o preconceito também foi opressor nas manifestações religiosas no município.

Nas procissões, estão presentes as Congadas de São Benedito para homenagear o Santo. As congadas foram reconhecidas no *Livro de Registro das Formas de Expressão*.



Figura 3. Congada de São Benedito.

Fonte: arquivo pessoal da autora.

Em 2017, mais precisamente no dia 10 de setembro, o Decreto Municipal nº 17.008 oficializou as rezadeiras e os rezadores do Divino, que foram reconhecidos como patrimônio imaterial no *Livro de Registro de Celebrações*. Elas e eles organizam as “Coroas do Divino”, uma espécie de terço em que se rezam os sete dons. Essas rezas acontecem nas casas de pessoas que necessitam de uma “graça” ou de pessoas que agradecem as graças recebidas (BONINI e PEREIRA 2015). Há ainda rezas em estabelecimentos comerciais e públicos onde se instalaram os Subimpérios. Há ainda as coroas que antecedem os bingos e demais eventos na associação.

Cada rezadeira tem sua caixa de pedidos daqueles fiéis que participam das coroas. Esses pedidos são queimados em uma cerimônia, logo após a missa de Pentecostes. Simbolicamente, o fogo queima os papéis, e a fumaça que sobe aos céus leva os pedidos a Deus (figura 4).

II. *Livro de Registro das formas de Expressão*: Congada e Moçambique. Como já se viu anteriormente, os grupos de Congada e de Moçambique se manifestam em várias festas religiosas, como a de São Benedito, a Festa do Divino, a Festa de Santo Ângelo, entre outras.

III. *Livro de Registro dos Saberes*: Afogado. Trata-se de um prato vendido na quermesse do Divino e em outras quermesses do município. É uma sopa de carne com batata, tomate, alho, cebola, salsão, jiló, pimenta e sal. O preparo leva 8 horas, por isso muitos cuidados são necessários (SANTOS e REGATO 2010).

No final da Entrada dos Palmitos, o Afogado é servido gratuitamente para quem participou da procissão. Esse momento é conhecido como Afogado do Povo. Em 2025, foram servidos mais de sete mil pratos, preparados pelas mãos de mais de 120 voluntários (A SEMANA 2025).



Figura 4. Queima dos pedidos.

Fonte: arquivo pessoal da autora.



Figura 5. Moçambique na entrada dos Palmitos.  
Fonte: arquivo pessoal da autora.

#### 4. Considerações finais

Este trabalho tinha como objetivo descrever as políticas culturais para patrimônios imateriais do Município de Mogi das Cruzes. Entende-se que esse objetivo foi atingido, na medida em que se apresentaram os esforços para reconhecer os patrimônios históricos tanto materiais como imateriais de Mogi das Cruzes, uma das mais velhas cidades do Brasil.

As políticas culturais são necessárias e urgentes em todo o território nacional e mais precisamente no Estado de São Paulo, onde há o avanço da industrialização, de mecanismos da globalização, dos interesses imobiliários e da cultura de que “o mais importante é o que vem de fora”.

O Estado de São Paulo, com seus 645 municípios, necessita do esforço conjunto de atores diversos para a efetivação dos patrimônios imateriais, já que o reconhecimento desses bens culturais depende de um esforço complexo e subjetivo.

## 5. Referências

- A SEMANA (2025). Neste sábado (7), mais de sete mil pratos de afogado serão distribuídos ao povo, após a Entrada dos Palmitos. Redação. 06.06.2025. Disponível em: [https://www.asemana.com.br/neste-sabado-7-mais-de-sete-mil-pratos-de-afogado-serao-distribuidos-ao-povo-apos-a-entrada-dos-palmitos/#:~:text=Neste%20s%C3%A1bado%20\(7\)%2C%20mais%20de%20sete%20mil,Reda%C3%A7%C3%A3o.%20\\*%20junho%206%2C%202025.%20\\*%202025:52](https://www.asemana.com.br/neste-sabado-7-mais-de-sete-mil-pratos-de-afogado-serao-distribuidos-ao-povo-apos-a-entrada-dos-palmitos/#:~:text=Neste%20s%C3%A1bado%20(7)%2C%20mais%20de%20sete%20mil,Reda%C3%A7%C3%A3o.%20*%20junho%206%2C%202025.%20*%202025:52). Acesso em: 05.08.2025.
- ALMEIDA, Luiz N. (2013). **Estrada Líquida do Espírito Santo**. São Paulo: Scortecci.
- FRANCO, Ana L. L. (2022). Educação patrimonial e educação em espaços não formais – um estudo sobre a comunidade educacional de Pirenópolis-COEP. *Dissertação* (Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Inhumas), Inhumas.
- ARAÚJO, Ana M. R.C. (2005). **Festa do Divino e suas transformações na Comunicação e na Cultura**. São Paulo: Andross.
- ASSIS, Simone (2021). A festa do Divino Espírito Santo é coisa de raiz, é cultura: batuque na paróquia do Matosinhos – São João Del-Rei, MG (História do Tempo Presente). *Dissertação* (Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de São João del-Rei).
- ASSOCIAÇÃO PRÓ DIVINO (S/D). **412 Anos de Fé, Devoção, cultura, Folclore e Tradição em Mogi das Cruzes**. <https://festadodivino.org.br/a-festa/>.
- BONINI, Luci M.M.; PEREIRA, Rute P.F. (2015). **Rezadeiras e rezadores da Festa do Divino Espírito Santo em Mogi das Cruzes, SP**: os saberes como patrimônio cultural. São Paulo: Editae.
- CAMPOS, Josemir F. (org.) (2013). **O Divino em Mogi das Cruzes**: quatrocentos anos de devoção. Mogi das Cruzes: Associação Pró Festa do Divino Espírito Santo.
- COMPAPH (S/D). **Mogi das Cruzes**. Conselho Municipal de Conservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico de Mogi das Cruzes. [http://www.comphap.pmmc.com.br/pages/mogi\\_das\\_cruzes.html](http://www.comphap.pmmc.com.br/pages/mogi_das_cruzes.html).
- CURADO, João G. T.; LÔBO, Tereza C. (2021) A Festa do Divino de Pirenópolis/Goiás: relações corpo-vestimenta-cidade. *Latitude*, v. 15, n. 2, p. 70-93. DOI: 10.28998/lte.2021.n.2.13032.
- DIOCESE DE MOGI DAS CRUZES (S/D). **Paróquia de São Benedito e Santuário Diocesano Senhor Bom Jesus**. Disponível em: [https://www.diocesedemogi.org.br/paroquias\\_pagina.php?id=17](https://www.diocesedemogi.org.br/paroquias_pagina.php?id=17). Acesso em: 05.08.2025.
- DIOCESE DE SÃO JOÃO DEL-REI (2025). **Fiéis celebram a festa de Pentecostes com manifestações de fé e tradições culturais**. Departamento Diocesano de Comunicação.

<https://diocesedesaojoodelrei.com.br/fieis-celebram-a-festa-de-pentecostes-com-manifestacoes-de-fe-e-tradicoes-culturais-2/#:~:text=Com%20tambores%20e%20fitas%20muita,de%20encerramento%20com%20Chico%20Lobo.>

GOMES, Cristiane (2017). **Turismo, Cultura e a Festa do Divino em Alcântara (MA):** meu canto não pode parar. Fortaleza: EdUECE.

GOMES Cristiane M.; GASTAL, Suzana; CORIOLANO, Luzia N. (2015). Hospitalidade na Festa do Divino: Seu Festejar em Alcântara e São Luís do Maranhão. *Revista Cenário* 3(5): 87-104.

<https://doi.org/10.26512/revistacenario.v3i5.15220.>

MARIANO, Neusa de F. (2018). Entrada dos Palmitos: aspectos pagãos na Festa do Divino Espírito Santo em Mogi das Cruzes – SP. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 70: 231-248.

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i70p231-248.>

MOGI DAS CRUZES (2007). Decreto 7.970 de 10 de setembro de 2007. Conselho Municipal de Conservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico de Mogi das Cruzes.

MOGI DAS CRUZES (2017). Decreto 17.008 de 10 de setembro de 2017. Conselho Municipal de Conservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico de Mogi das Cruzes.

PAULA, Zuleika (1978). **Festa de Anhembi:** Encontro e Amortalhados. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.

REGATO, Nina (2009). A divina fé vermelha. Livro Reportagem (Trabalho de Conclusão de Curso,) Comunicação Social. Universidade de Mogi das Cruzes.

RONDÔNIA (2022). **Lei estadual reconhece Festa do Divino no Vale Guaporé como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Rondônia.** Casa Civil. <https://rondonia.ro.gov.br/lei-estadual-reconhece-festa-do-divino-no-vale-do-guapore-como-patrimonio-cultural-de-natureza-imaterial-de-rondonia/>.

SANTOS, Lailson; REGATO, Robson (2014). **A Festa do Divino Espírito Santo de Mogi das Cruzes:** três séculos de tradição - o trabalho. São Paulo: edição dos autores.

CURADO, João G. T.; LÔBO, Tereza C. (2021) A Festa do Divino de Pirenópolis/Goiás: relações corpo-vestimenta-cidade. *Latitude*, v. 15, n. 2, p. 70-93. DOI: 10.28998/lte.2021.n.2.13032.

---

### Luci Mendes de Melo Bonini

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisadora de patrimônios culturais pelo Estado de São Paulo.



# O CEMITÉRIO JAPONÊS DE ÁLVARES MACHADO (SP): ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL

Rodrigo Modesto Nascimento

## 1. Introdução

Em 1918, os primeiros colonos japoneses que chegaram a Gleba Brejão enfrentaram muitas dificuldades de adaptação. Uma delas dizia respeito ao sepultamento de seus mortos devido à mudança do ritual fúnebre e à distância entre as suas residências e o cemitério. Para resolver esse problema, em 1919, a Associação Japonesa de Álvares Machado construiu um novo cemitério, denominado “Shokonsai”, onde se encontram sepultados cerca de 784 pioneiros da colonização japonesa do Município. Os túmulos, traduzindo os costumes orientais, em geral, são em alvenaria de tijolos, com base quadrada sobre a qual se apoia um elemento vertical, às vezes em pedra, com inscrições em ideogramas japoneses.

O tombamento inclui, além da área do cemitério, uma escola, um palco e uma casa construída em madeira. A ocupação da região do município de Álvares Machado iniciou-se em 1916 com a chegada dos primeiros colonizadores vindos da região de Alfenas, sul de Minas Gerais, e de imigrantes japoneses em 1918.

No ano de 1919, os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana chegam a essa localidade, atraindo novos colonizadores, e, aliado à fertilidade da terra, criou-se um Distrito de Paz, em 1927 e, depois de 17 anos, a implantação do município, em 1944. Atualmente, o município de Álvares de Machado possui 24.733 habitantes, e sua economia baseia-se no setor primário. O município de Álvares Machado localiza-se na região de Presidente Prudente.

Marcelo Alario Ennes afirmou que a formação das colônias japonesas foi parte do segundo momento da imigração nipônica no Brasil, quando os imigrantes, desiludidos com a tentativa de lucro rápido em terras brasileiras, optaram por fixarem-se na terra, não mais como colonos, mas sim como proprietários, indo ao encontro das áreas ainda não desbravadas para praticar a agricultura (ENNES 2001, p. 60).



Figura 1. Entrada do cemitério, com a destaque para o tombamento estadual.

Foto: Ianara Costa, 2007.

Simone Kimura também comentou sobre a fixação dos imigrantes japoneses como donos de terra no Brasil e, em especial, no interior paulista:

Em pouquíssimo tempo, os primeiros imigrantes perceberam que, além das muitas dificuldades de adaptação pelas inúmeras diferenças entre o país de origem e o Brasil, havia também a impossibilidade de retornarem bem-sucedidos ao Japão em um curto período, como haviam planejado. No ano de 1908, a colheita de café foi muito inferior aos anos anteriores, provocando grande descontentamento aos imigrantes. Houve grande dispersão, no entanto, os próprios imigrantes mudaram o planejamento inicial, tornando-se pequenos proprietários de terras, ampliando o tempo previsto em terras brasileiras ou mesmo optando por permanecer no Brasil em caráter definitivo (KIMURA 2013, p. 48).

A solicitação de tombamento do Cemitério da Colônia Japonesa de Álvares Machado partiu da Delegacia Regional de Cultura de Presidente Prudente em 1979, enviada ao Condephaat<sup>2</sup>. O delegado Gilberto Malacrida ressaltou como itens importantes para o tombamento no nível estadual o atributo mítico fundador do bem cultural, pois foi construído antes da chegada da Estrada de Ferro Sorocabana na região, e o valor excepcional do bem, pois, de acordo com ele, tratava-se do único cemitério japonês do Brasil. E continua:

A colônia da gleba Brejão, no município de Álvares Machado, começou a funcionar em fevereiro de 1918, por iniciativa dos pioneiros Ken Itiro Hoshina e (...) Ogassawara, (...), para receberem os imigrantes japoneses, quando os trilhos da estrada de ferro, (...) não tinham chegado na região. Foram épocas difíceis e de muitos sacrifícios e obstáculos para os primeiros colonos da região da gleba Brejão (Processo de Tombamento n. 21.028/79, p. 4).

O delegado Regional de Cultura destacou o turismo em torno do bem cultural, que ficaria valorizado com esse reconhecimento, pois, de acordo com Malacrida, descendentes de japoneses de várias partes do Brasil já visitam todo ano o cemitério no segundo domingo de julho, e assim, com o tombamento, a visibilidade seria maior.

O pedido de proteção oficial foi analisado pela conselheira do Condephaat, professora Maria Thereza S. Petrone, que deliberou em favor da abertura de estudo de tombamento do Cemitério Japonês. Esse parecer foi acatado pelo Egrégio Conselho Deliberativo, Ata n. 425, que ressaltou o valor histórico da imigração japonesa e a ocupação do Oeste Paulista:

(...) cujo início data de 1920, época em que se localizaram grandes levas de imigrantes japoneses no oeste paulista (...). A abertura de processo de tombamento do cemitério japonês, pelas pesquisas que se farão necessárias, talvez permita inclusive um exame mais cuidadoso de outros bens culturais ligados à história da imigração e da ocupação das frentes pioneiras no nosso Estado (Processo de Tombamento n. 21.028/79, p. 22).

É importante ressaltar a viagem feita por membros do Condephaat ao município de Álvares Machado para explicar e conscientizar o prefeito

---

<sup>2</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

municipal e o presidente da Nihonjinkai (associação dos antigos imigrantes japoneses) sobre o significado do ato jurídico do tombamento, e, vale lembrar, tudo isso antes do referido ato de proteção oficial ser decidido.



Figura 2. Jazigo com inscrição em *kanji*, geralmente o nome da pessoa falecida. Foto: Ianara Costa, 2007.

Esse tipo de visita não é comum, ou seja, não faz parte da prática institucional do órgão paulista de preservação a ida de membros para explicar os trâmites da proteção oficial, mas, nesse caso, refletiu o interesse do Estado em incluir esse cemitério, que representa a memória da imigração japonesa em terras paulistas. A esse respeito, Marly Rodrigues afirmou: “(...) o existir não apenas de um patrimônio, mas de patrimônios, cada um dos quais referenciados em memórias específicas ou locais cujo valor tem que ser aferido por critérios múltiplos” (RODRIGUES 1996, p. 198).

O conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em parecer favorável ao tombamento, datado de 10 de julho de 1980, inscreveu o Cemitério da Colônia Japonesa de Álvares Machado como parte integrante do patrimônio cultural paulista, enumerando quatro valores relativos à edificação,

a saber: o etnográfico, o histórico, o afetivo e o estético (Processo de tombamento n. 21.028/79, p. 59).

A proteção oficial do Cemitério Japonês foi noticiada em âmbito nacional em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de julho de 1980, anexada ao processo e intitulada “Cemitério japonês é monumento”, que destacou os seguintes pontos:

A cerimônia está marcada para domingo e faz parte das comemorações do dia de Finados japonês, na presença de membros do Condephaat e da Secretaria da Cultura, que visitarão a região pela primeira vez. A informação, transmitida por fonte oficial, causou euforia na colônia japonesa, que vê na medida a salvação do cemitério, composto por 180 túmulos. (...) Durante a cerimônia, a ser presidida por Ruy Othake (...), os japoneses rememorarão a história do cemitério (Processo de Tombamento n. 21.028/79, p. 76).

Na análise dessa notícia, podemos perceber dois pontos: em primeiro lugar, a divulgação, por meio de um jornal de abrangência nacional, sobre o tombamento de um bem localizado no interior do estado São Paulo, no qual fica clara a intenção política desse ato, bem como a identificação desse bem cultural junto à comunidade japonesa local, que vê no cemitério, o marco identitário da trajetória da imigração japonesa em terras paulistas.

## 2. Entre o material e o imaterial

Neste item, iremos analisar as imbricadas e tensas relações entre o patrimônio imaterial e material no estudo do tombamento do Cemitério Japonês, localizado no município de Álvares Machado. Em 1992, 12 anos depois de tombado pela Resolução n. 23/80, o Condephaat recebeu um aviso de uma construção irregular dentro do perímetro protegido legalmente:

2 – Causa-me enorme surpresa que 12 anos depois de seu tombamento seja questionada sua importância como bem cultural e histórico e como vem se arrastando durante dez anos a solução para a construção irregular da capela (...). Neste caso o Condephaat foi ignorado, (...). 3 – A capela da família (...) deve ser inegavelmente demolida (...) já que descaracteriza o bem (Processo de Tombamento n. 21.028/79, p. 130).

Para a arquiteta do STCR (Serviço Técnico de Conservação e Restauro), houve ausência de comunicação sobre a construção da capela,

porque, como se sabe, toda alteração de bens tombados tem de ser aprovada pelo conselho, o que, nesse caso, não foi feito pela família Ikeda.

As relações entre o patrimônio material, representado pelo cemitério em questão, e o imaterial, pelas variadas práticas religiosas que acontecem nesse espaço físico, emergem claramente dessa discussão. Na proteção oficial de bens de natureza religiosa, estudada por Alexandre Fernandes Correa, tendo como exemplo os bens etnográficos como os terreiros de candomblé em São Luís e São Paulo, torna-se praticamente impossível dissociar o meio material do meio imaterial, como demonstrado no tombamento do Cemitério Japonês:

O que realmente é tombado num terreiro de mina ou candomblé? O que se tomba são os bens materiais e imateriais, os bens móveis, as heranças culturais e simbólicas? Tombam-se os ritos e a mitologia, o panteão das entidades, os vestuários, as cores da parede, o peji? (...) A prática de tombamento deve evitar congelar, petrificar e fossilizar bens sociais e culturais que estão enraizados na vida social, na memória e tradição viva de grupos (CORREA 2001, p. 157-158).

A crítica do autor sobre o registro do patrimônio imaterial permite abordar a questão com maior precisão conceitual e perspectiva política, e afirmar que o registro não rompe com o paradigma dual, compartimentado, ainda presente no campo das políticas de preservação do patrimônio cultural.

No caso da capela construída no Cemitério Japonês, o que ocorreu foi uma tensão entre o material e o imaterial pela figura jurídica do tombamento, uma vez que a capela da família Ikeda é um monumento aos mortos. Com isso, a capela representa os valores espirituais, ritualísticos da família e da comunidade japonesa de Álvares Machado.

Em carta endereçada ao prefeito Luiz A. Lustre, o presidente do Condephaat, Marcos Duque Gadelho, tentou resolver a questão. Ele considerou indispensável uma tentativa de acordo entre a Prefeitura, a Associação Japonesa local e o Sr. José Ikeda, a fim de que não venha a ocorrer nenhum problema com a comunidade japonesa de Álvares Machado com a demolição pretendida por este órgão (Processo de Tombamento n. 21.028/79, sem página).

Por fim, para resolver o problema gerado pela construção da capela, a presidência do conselho, em comum acordo com a Prefeitura Municipal e com a Associação Japonesa local, resolveu não demolir a capela, mesmo considerando que sua construção desrespeitava uma norma do tombamento, ou seja, a descaracterização de um bem tombado.

Segundo Gessonia Carrasco e Sérgio Nappi, em estudo dos cemitérios como fontes de pesquisa, os valores imateriais estão relacionados ao culto popular, às crenças, aos milagres atribuídos a certos personagens e, também, à palavra cemitério, que está vinculada à perda, à tristeza e ao medo (CARRASCO e NAPPI 2009).

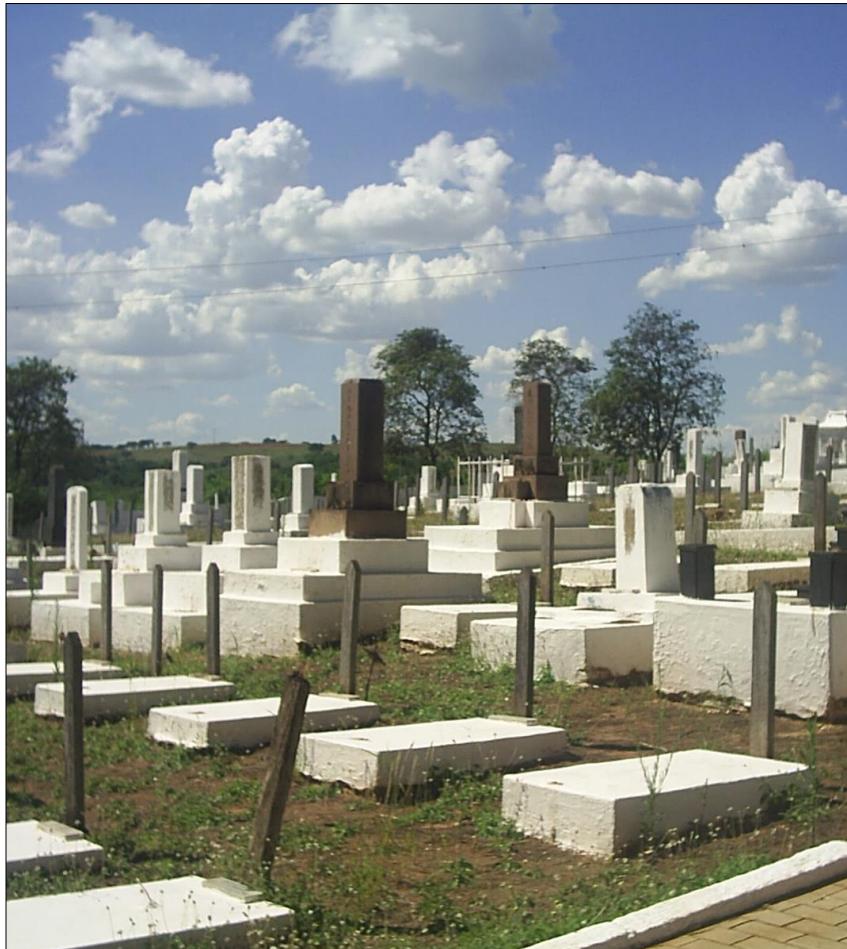


Figura 3. Vista geral do cemitério.

Foto: Ianara Costa, 2007.

O Cemitério Japonês, seguindo a concepção federal de preservação que geralmente norteia as práticas dos órgãos congêneres tanto nas esferas estadual e municipal, pode ser enquadrado na categoria de Lugares, segundo

os Livros de Registro do IPHAN<sup>3</sup>, porque naquele espaço manifestam-se práticas culturais coletivas, relacionadas ao sagrado, às memórias, às diferentes religiões, ao imaterial.

### **3. Considerações finais**

Durante os estudos sobre a proteção oficial desse bem cultural, houve uma “vontade” do poder público estadual em sua inclusão na galeria do patrimônio paulista, vide a viagem de membros do órgão paulista de preservação para explicar o ato administrativo à população local, de etnia japonesa, antes mesmo de concluídos os estudos sobre o tombamento e, posteriormente, a divulgação do feito em um jornal de circulação nacional.

O estudo de proteção oficial da edificação transcorreu sem muitos problemas, na medida em que não houve embates entre o público e o privado, entre as concepções de historiadores e arquitetos e, tampouco, entre os membros do conselho estadual no que se refere ao caso em destaque.

Percebe-se então que, em havendo o interesse do Estado, bem como o da comunidade usuária, os trabalhos de preservação realmente “acontecem” e atingem seus objetivos. O conflito entre o público e o privado só ocorreu depois do reconhecimento oficial do bem cultural, quando uma família, a Ikeda, transgrediu uma norma do tombamento, descaracterizando uma edificação que estava no perímetro tombado, isto é, uma capela dentro do cemitério.

O órgão paulista de preservação recusou o pedido de demolição, e, com isso, os valores imateriais, representados pelo sagrado, presentes no local sobrepuiseram-se à inflexível legislação de tombamento. Isso ocorreu porque a população local teve e tem uma significativa relação afetiva com esse espaço sagrado e tomou para si a tarefa de conservar esse bem cultural, relacionando-o a sua memória e identidade.

Portanto, é importante ainda ressaltar as dificuldades existentes na separação entre o patrimônio material e o imaterial, particularmente no que se refere aos bens de natureza religiosa, através das diferentes formas de preservação, a saber, o tombamento e o registro. Saliente-se também que é praticamente impossível separar as manifestações imateriais dos bens materiais.

### **4. Referências**

---

<sup>3</sup> O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial foi instituído pelo Decreto nº 3.351/ 2000.

- CARRASCO, Gessonia L.A.; NAPPI, Sérgio C.B. (2009). Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. *Museologia e Patrimônio* 2(2): 46-60.
- CORREA, Alexandre F. (2001). Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. São Paulo (Tese de Doutorado em Antropologia, PUC-SP).
- ENNES, Marcelo A. (2001). **A construção de uma identidade inacabada:** nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP.
- KIMURA, Simone (2013). Vestígios da imigração japonesa no Brasil: um patrimônio possível, bens tombados pelo IPHAN entre 1985 e 2010. Brasília (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UnB).
- RODRIGUES, Marly (1996). De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 24: 195-205.

---

### Rodrigo Modesto Nascimento

Doutor em História pela PUC-SP. Realizou estágio de pós-doutorado na UNESP, Campus Rio Claro, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE. Licenciado e mestre em História pela UNESP, Campus Assis. Atua na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

# Temas Contemporâneos

# GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA E A GRANDE ESTRATÉGIA NACIONAL: ARTICULANDO CLÁSSICO E AEROESPACIAL<sup>4</sup>

Guilherme Sandoval Góes  
Thiago dos Santos Dias

## 1. Introdução

A relação entre Geopolítica e Direito, embora antiga em sua essência, consolidou-se como um campo interdisciplinar apenas nas últimas décadas. Essa integração reflete a necessidade de compreender o impacto das normas jurídicas nos fenômenos geopolíticos e vice-versa, como aponta Góes (2019). No contexto brasileiro, onde o conceito de Geodireito ainda é incipiente, o desafio é alinhar as estratégias nacionais a um sistema global em constante transformação.

A Geopolítica, desde suas bases clássicas, enfatiza o papel do espaço geográfico na distribuição de poder entre os Estados (RATZEL 1897, MACKINDER 1942, MAHAN 1890). Entretanto, no século XXI, essa abordagem deve ser ampliada para incluir novas dinâmicas, como o domínio aeroespacial, a militarização digital e a governança ambiental. Conforme Góes e Dias (2022), a Covid-19 e a Guerra da Ucrânia expuseram vulnerabilidades estruturais nas cadeias globais de valor, reforçando a relevância de estratégias nacionais integradas.

O Brasil, com sua posição geográfica privilegiada e recursos estratégicos, tem potencial para se tornar um ator central em temas como sustentabilidade, tecnologia aeroespacial e segurança alimentar (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022). No entanto, como destaca Góes (2019), a ausência de uma “Grande Estratégia Nacional” limita a capacidade do País de traduzir seu potencial em poder real.

---

<sup>4</sup> As opiniões expressas neste artigo não representam a linha oficial das instituições às quais os autores estão vinculados. De forma diversa, são visões e opiniões pessoais dos autores dentro das suas pesquisas acadêmicas.

Este artigo propõe uma abordagem baseada na Tríplice Tríade, estruturada em dimensões Sul-Americana, Atlântica e do Poder Global, inspirada no modelo de Guilherme Sandoval Góes. A análise revisita teorias clássicas da Geopolítica e do Direito, conectando-as aos desafios contemporâneos por meio do conceito de Geodireito. Os objetivos são demonstrar como o Brasil pode reposicionar-se estrategicamente e oferecer propostas concretas para superar obstáculos estruturais e aproveitar oportunidades globais.

## 2. A Geopolítica: tese e práxis

### 2.1. A evolução da Geopolítica: bases clássicas e expansões contemporâneas

A Geopolítica surgiu como disciplina no final do século XIX e início do século XX, buscando compreender a correlação entre espaço geográfico e poder político. Friedrich Ratzel (1897), frequentemente chamado de fundador da Geopolítica moderna, desenvolveu o conceito de *Lebensraum* (espaço vital), no qual o crescimento dos Estados era comparado ao desenvolvimento de organismos vivos. Essa ideia inspiraria tanto estratégias imperialistas quanto análises territoriais mais amplas, como as de Karl Haushofer no período entre-guerras (DUARTE 2023).

Outra contribuição seminal veio de Halford Mackinder, que, em sua teoria do *Heartland*, argumentou que o domínio da massa continental eurasíática era a chave para o controle do poder global. Mackinder (1942) descreveu a Eurásia como o “pivô geográfico da história”, uma região estratégica cuja posse poderia determinar hegemonias globais. Alfred Thayer Mahan, contemporâneo de Mackinder, desenvolveu a teoria do poder marítimo, enfatizando a importância das rotas navais e do controle de portos estratégicos para a projeção de poder (MAHAN 1890).

Esses fundamentos foram complementados por Nicholas Spykman, que argumentou que o controle do *Rimland* — as zonas costeiras ao redor do *Heartland* — era tão ou mais importante para o equilíbrio de poder global. Essas teorias clássicas continuam a moldar análises geopolíticas contemporâneas, sendo reinterpretadas no contexto das novas dinâmicas econômicas e tecnológicas do século XXI (VESENTINI 2013).

Na contemporaneidade, o advento da globalização e as transformações tecnológicas ampliaram as perspectivas geopolíticas. A digitalização, a interconexão econômica e os avanços na exploração aeroespacial introduziram novas variáveis no jogo de poder entre nações. A Guerra da Ucrânia, por exemplo, destacou o papel estratégico das tecnologias

de comunicação, como o sistema Starlink, na manutenção de vantagens territoriais e na resiliência das forças armadas (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

## ***2.2. Geodireito: uma ferramenta analítica para a governança global***

O Geodireito, definido como a interseção entre Geopolítica e Direito, busca compreender como normas jurídicas podem regular ou moldar dinâmicas territoriais, econômicas e sociais. Segundo Góes e Dias (2022), o Geodireito não é apenas uma ferramenta de análise, mas também uma disciplina prática essencial para formular estratégias nacionais em um mundo globalizado.

Esse campo tem raízes nos estudos de Natalino Irti, que enfatizou a importância do Direito na estabilização das ordens políticas em momentos de transição global, e de Phillip Bobbitt, que relacionou as grandes transformações geopolíticas às mudanças nos paradigmas jurídicos. Bobbitt (2003) argumenta que cada “paz histórica” — como os Tratados de Vestfália ou o sistema da ONU pós-1945 — é resultado de um equilíbrio entre as demandas geopolíticas e os marcos jurídicos da época.

No Brasil, o Geodireito ainda é um campo emergente, mas oferece uma estrutura essencial para interpretar fenômenos contemporâneos, como os impactos jurídicos da militarização do espaço e as disputas por recursos naturais. Góes (2019) enfatiza que o Geodireito é particularmente relevante em cenários híbridos, onde questões ambientais, econômicas e de segurança se sobrepõem.

## ***2.3. Ciência, tecnologia e o poder aeroespacial na Geopolítica***

O avanço da tecnologia transformou profundamente a Geopolítica no século XXI, introduzindo novas dimensões de poder, como a exploração aeroespacial, a inteligência artificial e a guerra cibernética. A militarização do espaço, por exemplo, tornou-se uma prioridade para grandes potências, como Estados Unidos, China e Rússia, que investem significativamente em satélites, sistemas de defesa antissatélite e inteligência baseada no espaço (GUERRA e PEREIRA 2020).

A exploração aeroespacial também abriu oportunidades econômicas e estratégicas. Programas como o da SpaceX demonstram o potencial de parcerias público-privadas para impulsionar a inovação tecnológica e a autonomia estratégica. O Brasil, com o Centro de Lançamento de Alcântara, está posicionado de maneira única para aproveitar esses avanços. No entanto,

como apontam Manhães e Vilar-Lopes (2022), a falta de investimentos consistentes e a ausência de uma estratégia integrada têm limitado o papel do País no cenário aeroespacial global.

Outro aspecto relevante é a interseção entre tecnologia espacial e governança ambiental. Satélites desempenham um papel crucial no monitoramento de mudanças climáticas, desmatamento e recursos hídricos, fornecendo dados essenciais para a formulação de políticas públicas (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022). Para o Brasil, líder em biodiversidade e energia renovável, integrar essas capacidades em uma estratégia nacional é uma prioridade.

A Geopolítica clássica oferece uma base sólida para compreender as dinâmicas de poder global, mas é insuficiente para abordar os desafios contemporâneos. A integração do Direito, por meio do Geodireito, e o papel central da ciência e tecnologia oferecem ferramentas analíticas e práticas para lidar com questões emergentes, como a militarização do espaço e as mudanças climáticas. O Brasil, com suas vantagens comparativas e desafios estruturais, precisa alinhar essas perspectivas em uma estratégia coesa, capaz de transformar seu potencial em poder real.

### **3. Geopolítica Clássica e seus desdobramentos contemporâneos**

#### ***3.1. A transição da Geopolítica Clássica para a Contemporânea***

A Geopolítica clássica, com suas bases no final do século XIX e início do século XX, destacou a correlação entre o espaço geográfico e o poder político. Suas principais teorias — como o *Heartland* de Mackinder e o poder naval de Mahan — estruturaram estratégias imperiais e posteriormente as dinâmicas da Guerra Fria. Porém, o século XXI trouxe novos elementos que demandaram uma reinterpretação dessas ideias à luz de variáveis como globalização, avanços tecnológicos e crises climáticas.

Outrossim, Mackinder (1942) postulava que “quem controla o *Heartland* controla o mundo”, um conceito moldado pela Geopolítica terrestre da Eurásia. A relevância dessa teoria foi revisitada no contexto da Guerra Fria, quando o confronto entre Estados Unidos e União Soviética se concentrou na contenção mútua em territórios estratégicos. Hoje, entretanto, o domínio territorial coexiste com outros tipos de controle, como o aéreo, o espacial e o cibernético, que não se limitam ao espaço físico (VESENTINI 2013).

Da mesma forma, Alfred Mahan (1890) argumentava que o controle marítimo era a chave para a hegemonia global. Embora sua teoria tenha

inspirado potências navais como os Estados Unidos e o Reino Unido, a Geopolítica contemporânea amplia esse conceito para incluir as “rotas digitais”, que facilitam o comércio global e a troca de informações. A infraestrutura de cabos submarinos, por exemplo, tornou-se tão estratégica quanto os estreitos marítimos tradicionais.

Essas transformações evidenciam a necessidade de complementar os fundamentos da Geopolítica clássica com uma abordagem mais abrangente. A Guerra da Ucrânia é um exemplo claro dessa interseção: além das estratégias territoriais, o conflito ilustra a importância das tecnologias aeroespaciais e cibernéticas, como o sistema Starlink, que fornece comunicações resilientes às forças ucranianas (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

### ***3.2. Geopolítica Contemporânea no contexto brasileiro***

O Brasil ocupa uma posição geopolítica singular, combinando extensão territorial, vastos recursos naturais e uma localização estratégica no Atlântico Sul. Essas características conferem ao País um enorme potencial de influência regional e global. No entanto, conforme Góes (2019) destaca, a ausência de uma estratégia nacional integrada limita a capacidade do Brasil de exercer esse papel de maneira efetiva.

Na América do Sul, o Brasil é a maior economia e detém uma posição central no Mercosul, mas enfrenta desafios relacionados à integração regional. O fortalecimento do Mercosul e de iniciativas como a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) é fundamental para consolidar a posição do País como líder regional. Além disso, a estabilidade política da região é uma pré-condição para que o Brasil avance em áreas como infraestrutura logística, energia renovável e proteção ambiental (GÓES e DIAS 2022).

Em um nível global, o Brasil possui ativos estratégicos que o posicionam como um ator relevante em questões como segurança alimentar, mudanças climáticas e energia. A liderança em biocombustíveis e a potencial exploração da Amazônia Azul são exemplos de áreas onde o Brasil pode contribuir significativamente para a agenda global. No entanto, o País precisa superar barreiras institucionais, como a falta de investimentos consistentes em ciência e tecnologia, para traduzir essas vantagens em poder real.

### ***3.3. O espaço como nova fronteira geopolítica***

O espaço exterior representa a mais recente fronteira geopolítica, com implicações profundas para segurança, economia e tecnologia. Desde o lançamento do Sputnik 1 pela União Soviética em 1957, a exploração espacial

tem sido uma dimensão crítica das relações de poder global. Atualmente, a militarização do espaço e o papel de atores privados, como a SpaceX, redefinem as dinâmicas de poder no século XXI (GUERRA e PEREIRA 2020).

As principais potências mundiais têm ampliado suas capacidades espaciais como parte de suas estratégias de segurança nacional. Os Estados Unidos, por exemplo, criaram a Força Espacial, enquanto a China e a Rússia investem em tecnologias antissatélites e exploração lunar. Além disso, a crescente dependência de satélites para comunicações, navegação e monitoramento ambiental tornou o espaço uma infraestrutura crítica para as economias modernas.

O Brasil, com sua localização privilegiada próxima à linha do Equador, possui vantagens naturais para lançamentos espaciais, especialmente no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Esse centro oferece menor consumo de combustível e maior eficiência para colocar satélites em órbita, tornando-o um ativo estratégico. No entanto, a falta de uma política espacial integrada e de investimentos consistentes tem limitado o papel do Brasil no setor aeroespacial (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

A exploração espacial também está intimamente ligada à governança ambiental. Satélites são ferramentas essenciais para o monitoramento de mudanças climáticas, desmatamento e gestão de recursos naturais. O Brasil, como líder em biodiversidade e um dos maiores produtores de energia renovável, pode integrar suas capacidades espaciais com sua agenda ambiental para promover desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica.

A Geopolítica contemporânea não elimina os fundamentos clássicos, mas os complementa, oferecendo uma visão mais ampla e adaptada aos desafios do século XXI. O domínio territorial continua sendo um elemento central do poder, mas agora está interligado a dimensões digitais, espaciais e ambientais. O Brasil, com seus recursos estratégicos e posição geopolítica, tem o potencial de alinhar essas dimensões em uma estratégia integrada.

Para alcançar esse objetivo, o país precisa adotar uma abordagem sistêmica que combine investimentos em ciência e tecnologia, fortalecimento das instituições e uma diplomacia ativa. A integração entre Geopolítica e Direito, por meio do Geodireito, oferece um modelo para alinhar os interesses nacionais às dinâmicas globais, promovendo desenvolvimento sustentável e segurança estratégica.

## 4. A Grande Estratégia Brasileira: proposta baseada na tríplice tríade

A formulação de uma Grande Estratégia Brasileira baseada na Tríplice Tríade — Sul-Americana, Atlântica e do Poder Global — é uma abordagem robusta e inovadora para reposicionar o Brasil no cenário internacional. Essa estratégia não apenas reconhece as dimensões clássicas da Geopolítica, mas também incorpora desafios e oportunidades emergentes do século XXI, como a militarização do espaço, as mudanças climáticas e as transformações econômicas impulsionadas pela globalização.

A proposta reflete a visão de que o Brasil deve alinhar suas riquezas naturais, sua localização geográfica e suas capacidades humanas em um projeto estratégico coeso. Conforme argumentam Góes e Dias (2022), o País precisa superar sua tradicional posição periférica nas relações internacionais e adotar um papel mais assertivo, baseado em sua soberania e em uma diplomacia ativa. Cada tríade representa um eixo de ação complementar cujos objetivos se interconectam para transformar o potencial brasileiro em poder real.

### *4.1. Tríade Sul-Americana*

A Tríade Sul-Americana posiciona o Brasil como o líder natural da América do Sul, com foco na integração regional e no fortalecimento da cooperação em áreas como infraestrutura, segurança e meio ambiente.

#### **Integração econômica e comercial**

O Mercosul, apesar de suas limitações, permanece um instrumento crucial para a integração econômica regional. Góes (2019) observa que a modernização do bloco é essencial para aumentar sua relevância no cenário global, com ações como:

- Harmonização regulatória: reduzir barreiras não tarifárias e alinhar normas comerciais entre os membros.
- Promoção de cadeias produtivas regionais: fomentar a integração em setores estratégicos, como agronegócio, biotecnologia e energia renovável.
- Acordos comerciais estratégicos: a conclusão do acordo Mercosul–União Europeia pode ampliar os mercados para os produtos sul-americanos e atrair investimentos.

Além disso, a construção de corredores bioceânicos que conectam o Atlântico ao Pacífico pode integrar economicamente a América do Sul e facilitar o acesso a mercados asiáticos, promovendo uma redução de custos logísticos e aumento da competitividade regional (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

## **Sustentabilidade na Amazônia**

A Amazônia é um ativo estratégico tanto para o Brasil quanto para a América do Sul. A exploração sustentável de sua biodiversidade oferece oportunidades em setores como farmacêutica, cosméticos e biotecnologia. Segundo Góes e Dias (2022), é fundamental desenvolver políticas que conciliem desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Isso pode ser alcançado por meio de:

- Pesquisas em biotecnologia: fomentar parcerias público-privadas para a criação de patentes a partir de espécies nativas.
- Mercados de carbono: aproveitar o potencial da floresta para gerar créditos de carbono, posicionando o Brasil como líder global em iniciativas de redução de emissões.

A interligação entre a Bacia Amazônica e a Bacia Platina, proposta por Mario Travassos, também pode impulsionar a integração econômica e ambiental na região (TRAVASSOS 1938).

## **Segurança regional**

A estabilidade política da América do Sul é uma condição necessária para a liderança brasileira. Para isso, o Brasil deve adotar uma postura proativa na promoção da segurança regional, com ênfase em:

- Combate ao crime organizado: fortalecer operações conjuntas contra o narcotráfico e o contrabando.
- Gestão de fronteiras: investir em tecnologia para monitoramento e controle das fronteiras.
- Cooperação militar: reforçar a integração das Forças Armadas sul-americanas por meio de exercícios conjuntos e intercâmbios.

## **4.2. Tríade Atlântica**

A Tríade Atlântica destaca a importância estratégica do Oceano Atlântico e das regiões adjacentes, explorando as oportunidades oferecidas pela Amazônia Azul, pela conexão com a África Ocidental e pela presença na Antártica.

### **A Amazônia Azul**

A Amazônia Azul, que abrange cerca de 4,5 milhões de km<sup>2</sup> de águas jurisdicionais brasileiras, é rica em biodiversidade, petróleo e gás (pré-sal) e recursos minerais. Góes e Dias (2022) ressaltam a necessidade de uma abordagem sustentável para explorar essas riquezas, que inclua:

- Exploração sustentável do pré-sal: garantir que a extração de petróleo e gás seja ambientalmente responsável.
- Energias renováveis offshore: investir em parques eólicos marítimos, aproveitando os ventos constantes e fortes da costa brasileira.
- Proteção da biodiversidade marinha: implementar programas de monitoramento ambiental e repressão à pesca ilegal.

Além disso, a revitalização da indústria naval brasileira pode aumentar a competitividade do País no setor marítimo, especialmente em embarcações e plataformas de exploração (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

### **Conexão com a África Ocidental**

A África Ocidental é uma região de grande interesse estratégico para o Brasil, tanto pelo legado histórico da diáspora africana quanto pelas oportunidades econômicas. Parcerias com países da CPLP, como Angola e Moçambique, podem impulsionar o comércio bilateral em setores como energia, alimentos e tecnologia agrícola. Góes (2019) argumenta que a diplomacia brasileira deve fortalecer esses laços por meio de:

- Cooperação energética, especialmente no desenvolvimento de infraestrutura de gás natural.
- Projetos conjuntos em saúde pública, educação e preservação ambiental.
- Promoção de investimentos em infraestrutura portuária e logística.

## **Presença na Antártida**

A presença do Brasil na Antártida, consolidada pela Estação Comandante Ferraz, é essencial para defender os interesses estratégicos do País. O Tratado da Antártica limita a exploração de recursos na região, mas permite pesquisa científica, que deve ser expandida para incluir:

- Estudos sobre mudanças climáticas e impactos globais.
- Monitoramento da biodiversidade e de potenciais recursos minerais.
- Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente antártico (GUERRA e PEREIRA 2020).

### **4.3. Tríade do Poder Global**

A Tríade do Poder Global aborda as relações do Brasil com as grandes potências — Estados Unidos, União Europeia e China — e sua inserção nas cadeias globais de valor.

#### **Relações com os Estados Unidos**

Os Estados Unidos são um dos principais parceiros comerciais do Brasil e uma potência tecnológica e militar de destaque. Manhães e Vilar-Lopes (2022) sugerem que a relação deve focar em:

- Parcerias em ciência e tecnologia, com destaque para inteligência artificial e biotecnologia.
- Cooperação aeroespacial, aproveitando o Centro de Lançamento de Alcântara para fortalecer o programa espacial brasileiro.
- Expansão do comércio bilateral, especialmente em setores como agronegócio e tecnologia de ponta.

#### **Parcerias com a União Europeia**

A União Europeia é um mercado essencial para exportações brasileiras, além de um importante parceiro em iniciativas ambientais e tecnológicas. A ratificação do acordo Mercosul–União Europeia é prioritária, desde que respeite:

- A proteção de setores econômicos sensíveis do Brasil.
- A promoção de investimentos europeus em infraestrutura e energia renovável.
- A colaboração em projetos de sustentabilidade, como o combate ao desmatamento.

## **Relações com a China**

A China, maior parceiro comercial do Brasil, oferece tanto oportunidades quanto desafios. Góes (2019) propõe que a relação com a China deve ser estratégica, buscando:

- Diversificação das exportações, reduzindo a dependência de *commodities*.
- Cooperação em infraestrutura, com foco em ferrovias e portos.
- Transferência tecnológica em áreas como 5G e inteligência artificial.

### **4.4. Integração das tríades**

A integração das três tríades exige coordenação entre governo, setor privado e academia. Góes e Dias (2022) argumentam que a hélice tríplice brasileira — ciência, indústria e governo — é essencial para garantir a execução bem-sucedida da Grande Estratégia Nacional. Iniciativas prioritárias incluem:

- Investimentos em infraestrutura logística e energética.
- Programas robustos de pesquisa e desenvolvimento.
- Diplomacia proativa em fóruns multilaterais.

Ao alinhar suas dimensões regionais, marítimas e globais, o Brasil pode consolidar sua posição como potência global e promover desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e segurança estratégica.

## **5. Desafios e perspectivas para o Brasil no cenário global**

A consolidação de uma Grande Estratégia Nacional que reposicione o Brasil como potência global demanda a superação de desafios internos e externos que limitam seu potencial estratégico. Entre os obstáculos estão a falta de coesão institucional, a dependência econômica de *commodities*, as deficiências em infraestrutura e os baixos investimentos em ciência e

tecnologia. Por outro lado, o mundo pós-Covid-19 e as mudanças na ordem global decorrentes de eventos como a Guerra da Ucrânia apresentam oportunidades para que o Brasil aproveite seus ativos geopolíticos e naturais de maneira estratégica.

### **5.1. Obstáculos ao Desenvolvimento de uma Grande Estratégia Nacional**

#### **Fragmentação institucional**

O Brasil enfrenta déficits institucionais que comprometem a formulação de uma estratégia coesa. Conforme Góes (2019), a falta de coordenação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário cria barreiras para a execução de políticas públicas de longo prazo. Além disso, as instabilidades políticas internas prejudicam a continuidade de projetos estratégicos, gerando incertezas para investidores e parceiros internacionais.

A burocracia e a corrupção também contribuem para a ineficiência administrativa, dificultando a implementação de reformas necessárias. Góes e Dias (2022) enfatizam que a ausência de mecanismos de governança integrados impede que o Brasil aproveite plenamente suas vantagens geopolíticas.

#### **Dependência de *commodities***

A economia brasileira é altamente dependente da exportação de *commodities* como soja, minério de ferro e petróleo. Embora esses produtos gerem receitas significativas, eles expõem o País às oscilações do mercado global e limitam sua inserção nas cadeias globais de valor. Góes (2019) aponta que essa dependência perpetua a posição periférica do Brasil, dificultando o desenvolvimento de uma indústria tecnológica de ponta.

A diversificação econômica é crucial para reduzir essa vulnerabilidade. Isso requer políticas que incentivem setores estratégicos, como biotecnologia, inteligência artificial e energias renováveis, promovendo maior valor agregado nas exportações.

#### **Infraestrutura deficiente**

A infraestrutura brasileira é insuficiente para atender às demandas de uma economia moderna e competitiva. A falta de corredores logísticos eficientes — como ferrovias e hidrovias — aumenta os custos de transporte e reduz a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global. Da

mesma forma, a infraestrutura energética, apesar do grande potencial em fontes renováveis, precisa ser modernizada para garantir segurança e eficiência (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

No setor aeroespacial, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) representa uma oportunidade estratégica, mas sofre com limitações financeiras e estruturais que impedem seu pleno desenvolvimento. A ausência de uma política espacial integrada reflete a dificuldade do Brasil em transformar ativos geográficos em poder real.

### **Baixos investimentos em ciência e tecnologia**

O Brasil investe menos de 1,5% de seu PIB em pesquisa e desenvolvimento (P&D), valor inferior ao de países como Coreia do Sul e Alemanha. Essa limitação compromete a capacidade de inovação e reduz a competitividade brasileira em setores estratégicos, como tecnologia aeroespacial, biotecnologia e inteligência artificial (GUERRA e PEREIRA 2020).

Além disso, a falta de integração entre universidades, setor privado e governo dificulta a formação de uma hélice tríplice eficaz. Góes e Dias (2022) destacam que essa desconexão impede a criação de ecossistemas de inovação capazes de transformar conhecimento em produtos e serviços de alta tecnologia.

### ***5.2. Oportunidades para uma inserção estratégica no mundo pós-Covid e pós-Guerra da Ucrânia***

#### **Reorganização das cadeias globais de valor**

A pandemia da Covid-19 e a Guerra da Ucrânia destacaram a fragilidade das cadeias globais de suprimentos e aceleraram tendências como *near-shoring* e *friendly-shoring*. O Brasil, com sua abundância de recursos naturais e localização estratégica, pode se beneficiar dessa reorganização, atraindo indústrias que buscam diversificar suas cadeias de produção (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

A integração regional, promovida pela Tríade Sul-Americana, é fundamental para consolidar o Brasil como um *hub*<sup>5</sup> produtivo e logístico na América Latina. Projetos como os corredores bioceânicos podem facilitar o

---

<sup>5</sup> Nota editorial: ponto central, centro de conexão.

acesso a mercados asiáticos, reduzindo a dependência de rotas marítimas controladas por grandes potências.

### **Liderança ambiental**

O Brasil tem uma posição privilegiada na agenda ambiental global, com destaque para sua liderança em energias renováveis, biodiversidade e mercados de carbono. A Amazônia, em particular, é um ativo estratégico que pode ser explorado de maneira sustentável para gerar riqueza e fortalecer a posição do País em negociações climáticas internacionais (GÓES e DIAS 2022).

Programas de conservação florestal e desenvolvimento de tecnologias verdes podem posicionar o Brasil como líder global em sustentabilidade, atraindo investimentos estrangeiros e promovendo parcerias internacionais em pesquisa e desenvolvimento.

### **Diplomacia proativa**

O Brasil possui um histórico de diplomacia ativa e multilateralismo, exemplificado por sua participação nos BRICS, no Mercosul e na ONU. Essas plataformas oferecem oportunidades para promover uma agenda que combine interesses nacionais e cooperação internacional. Góes (2019) sugere que o Brasil deve adotar uma postura mais assertiva em fóruns multilaterais, liderando debates sobre segurança alimentar, governança ambiental e regulamentação do espaço exterior.

### **5.3. Propostas para superação dos desafios**

#### **Reformas institucionais**

A modernização das instituições brasileiras é essencial para a formulação de uma Grande Estratégia Nacional. Medidas como a criação de uma agência de planejamento estratégico com autonomia e foco em projetos de longo prazo podem garantir maior coordenação entre os poderes. Além disso, a redução da burocracia e o combate à corrupção são indispensáveis para aumentar a eficiência administrativa (GÓES 2019).

## **Diversificação econômica**

A diversificação da economia brasileira requer políticas que incentivem a industrialização e a inovação. A criação de zonas econômicas especiais, com incentivos fiscais e infraestrutura moderna, pode atrair empresas de alta tecnologia e promover a produção de bens de valor agregado. Setores como biotecnologia, inteligência artificial e energias renováveis devem ser priorizados (MANHÃES e VILAR-LOPES 2022).

## **Modernização da infraestrutura**

Investimentos em infraestrutura são cruciais para aumentar a competitividade do Brasil. Prioridades incluem:

- Expansão de ferrovias e hidrovias para reduzir custos logísticos.
- Ampliação da capacidade do Centro de Lançamento de Alcântara, garantindo parcerias internacionais que respeitem a soberania nacional.
- Desenvolvimento de parques eólicos e solares, aproveitando o potencial do Brasil em energias renováveis.

## **Fomento à ciência e tecnologia**

O aumento do investimento em P&D é essencial para a competitividade brasileira. Programas que promovam a integração entre universidades, empresas e governo podem fortalecer a hélice tríplice e criar ecossistemas de inovação. Góes e Dias (2022) sugerem a criação de centros de excelência em áreas estratégicas como inteligência artificial, exploração espacial e biotecnologia.

## **Sustentabilidade como pilar estratégico**

A sustentabilidade deve ser um elemento central da estratégia brasileira. O Brasil pode liderar iniciativas globais de conservação ambiental, ao mesmo tempo em que desenvolve mercados de carbono, tecnologias verdes e soluções inovadoras para a transição energética.

## **Integração entre desafios e perspectivas**

A superação dos desafios estruturais do Brasil exige uma abordagem integrada que alinhe as dimensões regionais, marítimas e globais. A Tríplice Tríade oferece um modelo para essa integração, promovendo desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e segurança estratégica. Ao aproveitar as oportunidades do mundo pós-Covid e pós-Guerra da Ucrânia, o Brasil pode se reposicionar como uma potência global, contribuindo para a estabilidade e o equilíbrio no cenário internacional.

## **6. Conclusão**

A construção de uma Grande Estratégia Nacional para o Brasil é não apenas uma oportunidade, mas uma necessidade diante das complexidades do cenário global contemporâneo. O País, com seus vastos recursos naturais, localização geográfica privilegiada e tradição diplomática, reúne os elementos necessários para assumir um papel central em questões cruciais como sustentabilidade, inovação tecnológica e cooperação internacional. No entanto, a transformação desse potencial em poder real exige um alinhamento estratégico que considere as dimensões regionais, marítimas e globais.

Este artigo demonstrou que a integração entre Geopolítica e Direito, materializada no conceito de Geodireito, fornece o arcabouço teórico e prático para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Ao revisitar as teorias clássicas da Geopolítica e conectá-las às novas dinâmicas do século XXI, como o domínio aeroespacial e a governança ambiental, percebe-se que o Brasil possui oportunidades únicas para reposicionar-se como uma potência emergente no cenário global.

A proposta da Tríplice Tríade, baseada nos eixos Sul-Americano, Atlântico e do Poder Global, representa um plano estratégico integrado. A Tríade Sul-Americana enfatiza o papel do Brasil como líder regional, com iniciativas voltadas para a integração econômica, a exploração sustentável da Amazônia e a promoção da segurança regional. Já a Tríade Atlântica explora as oportunidades oferecidas pela Amazônia Azul, pela conexão com a África Ocidental e pela presença na Antártica, reforçando a projeção marítima do Brasil. Por fim, a Tríade do Poder Global aborda as relações do País com as grandes potências e sua inserção nas cadeias globais de valor, promovendo equilíbrio e autonomia estratégica.

Apesar dessas oportunidades, o Brasil enfrenta desafios significativos. A fragmentação institucional, a dependência econômica de *commodities*, as deficiências em infraestrutura e os baixos investimentos em ciência e

tecnologia limitam sua capacidade de implementar uma estratégia coesa e eficaz. Superar essas barreiras requer reformas estruturais que promovam maior coordenação entre os Poderes, diversificação econômica, modernização da infraestrutura e fomento à inovação. Conforme Góes (2019), a mobilização de todos os setores da sociedade — governo, setor privado, academia e sociedade civil — é essencial para que o Brasil alcance uma posição de protagonismo no cenário internacional.

O mundo pós-Covid-19 e as mudanças geopolíticas desencadeadas pela Guerra da Ucrânia oferecem uma janela de oportunidade para o Brasil se reposicionar estrategicamente. A reorganização das cadeias globais de valor, a crescente importância da sustentabilidade e a transição energética criam um ambiente favorável para o País aproveitar seus ativos geopolíticos e naturais. A liderança em biocombustíveis, mercados de carbono e energias renováveis pode consolidar o Brasil como uma referência global em desenvolvimento sustentável.

A integração entre Geopolítica e Direito, como proposta pelo Geodireito, é central para alinhar interesses nacionais às dinâmicas globais, promovendo uma governança equilibrada e soluções inovadoras para os desafios transnacionais. O Brasil tem a oportunidade de liderar debates globais em áreas como segurança alimentar, governança ambiental e regulamentação do espaço exterior, contribuindo para a construção de uma ordem internacional mais justa e sustentável.

Em última análise, a implementação da Grande Estratégia Nacional não é apenas uma questão de planejamento estratégico, mas um projeto de país. A Tríplice Tríade oferece um caminho para transformar o potencial brasileiro em poder real, promovendo desenvolvimento econômico, justiça social e liderança global. No entanto, essa transformação depende de escolhas estratégicas, visão de longo prazo e ação coordenada. Como argumentam Góes e Dias (2022), a integração entre as dimensões regionais, marítimas e globais é a chave para reposicionar o Brasil como um ator central no século XXI.

Portanto, este artigo conclui que o futuro do Brasil está intrinsecamente ligado à sua capacidade de inovar, integrar-se às dinâmicas globais e liderar em áreas estratégicas. Ao alinhar Geopolítica, Direito e Ciência, o País pode não apenas superar os desafios do presente, mas também construir um futuro de prosperidade, equidade e protagonismo no cenário internacional.

## 7. Referências

- BOBBITT, Phillip (2003). **A Guerra e a Paz na História Moderna:** o impacto dos grandes conflitos na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus.
- BOBBITT, P. (2003). **The shield of Achilles:** war, peace, and the course of history. New York: Alfred A. Knopf.
- CLINE, Ray S. (1975). **World Power Assessment:** a calculus of strategic drift. Boulder: Westview Press.
- COUTO E SILVA, Golbery (1981). **Conjuntura política nacional:** o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DUARTE, Geraldine (2023). A Evolução do Pensamento Geopolítico. *Caderno de Geografia*.33(72): 244-273. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2023v33n72p244>
- GARCIA, Eugênio V. (2011). De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. *Revista Brasileira de Política Internacional* 54 (1): 159-177.
- GOÉS, Guilherme S. (2019). A ordem metaconstitucional de direitos humanos e seus desafios no mundo globalizado. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro* 22(44): 56-76.
- GÓES, Guilherme S.;DIAS,Thiago S. (2022). A análise do Geodireito no espectro da Guerra da Ucrânia e os desafios prospectivos. *Revista da UNIFA*, 35(2): 17 - 25.
- HOBSBAWM, E. (1988). **A Era dos Impérios: 1875–1914.** São Paulo: Paz e Terra.
- KISSINGER, Henry (1994). **Diplomacy.** New York: Simon & Schuster.
- KISSINGER, Henry (2001). **Does America need a foreign policy?** Toward a diplomacy for the 21st century. New York: Simon & Schuster.
- LAGO, André A. C. (2013). **Conferências de desenvolvimento sustentável.** Brasília: FUNAG.
- LAGO, André A. C. (2006). **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG.
- MACKINDER, H. J. (1942) **Democratic ideals and reality:** a study in the politics of reconstruction. London: Constable & Company.
- MAFRA, Sergio M. O. (2006). **Geopolítica:** introdução ao estudo. Rio de Janeiro: Sicurezza.
- MAHAN, A. T. (1890). **The influence of sea power upon history, 1660–1783.** Boston: Little, Brown and Company.
- MANHÃES, L.; VILAR-LOPES, G. (2022). Programa Starlink na Guerra Russo-Ucraniana. *Revista da UNIFA* 35(2): 26 - 31.
- MATTOS, Carlos M. (1975). **Brasil:** geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- SMITH, Clyde (Jr.) (1992). **Trampolim para a vitória:** os americanos em Natal durante a Segunda Guerra Mundial. Natal: EDUFRN.
- TRAVASSOS, Mario (1938). Projeção Continental do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VESENTINI, José W. (2013). **Novas Geopolíticas.** 5. ed. São Paulo: Contexto.

### **Resumo**

A relação entre Geopolítica e Direito, consolidada no emergente campo do Geodireito, reflete a necessidade de instrumentos jurídicos que moldem o comportamento estratégico das nações. Este artigo explora a transição das concepções clássicas da Geopolítica para os desafios contemporâneos, com ênfase nas novas dimensões aeroespaciais e digitais. Em particular, analisa-se a proposta de uma Grande Estratégia Brasileira baseada em três tríades: Sul-Americana, Atlântica e do Poder Global. Este modelo é contextualizado por meio de estudos sobre conflitos contemporâneos, como a Guerra na Ucrânia, e tendências emergentes, como a guerra cibernética e o controle aeroespacial. Argumenta-se que a integração entre Direito e Geopolítica é crucial para reposicionar o Brasil como uma potência global em áreas como energia, alimentos, biodiversidade e tecnologia, promovendo desenvolvimento nacional e equidade global.

### **Abstract**

*The relationship between geopolitics and law, consolidated in the emerging field of geolaw, reflects the need for legal instruments that shape the strategic behaviour of nations. This article explores the transition from classical conceptions of geopolitics to contemporary challenges, with an emphasis on new aerospace and digital dimensions. In particular, it analyses the proposal for a Brazilian Grand Strategy based on three triads: South American, Atlantic, and Global Power. This model is contextualised through studies on contemporary conflicts, such as the war in Ukraine, and emerging trends, such as cyber warfare and aerospace control. It argues that the integration of law and geopolitics is crucial to repositioning Brazil as a global power in areas such as energy, food, biodiversity, and technology, promoting national development and global equity.*

---

### **Guilherme Sandoval Góes**

Capitão de Mar-e-Guerra (RM1) da Marinha. Pós-Doutor pela UNIFA e Doutor pela UERJ. Professor Emérito da ECEME. Professor de Geopolítica e Direito da ESG, UNIFA e EMERJ (Escola da Magistratura do Rio de Janeiro).

<http://lattes.cnpq.br/2871461339617415>

## Thiago dos Santos Dias

Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2015). Procurador e Professor convidado em instituições de ensino superior e técnico. Pós-graduado em Direito Ambiental, Especialista em Direito Constitucional e Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes. Mestre em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea.

<http://lattes.cnpq.br/7695872545076380>

---

Nota editorial: sobre o tema deste artigo, ver também, nos periódicos do ILP:

PELOGGIA, Alex. (2020). O fator geográfico na política internacional: entre a geopolítica e a geohistória. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 1(1-2): 171-176.

FURTADO, Érika R.; DIAS, Thiago S. (2022). O conflito Ucrânia-Rússia sob a ótica do Direito Internacional. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 3(2) 21-24.

GÓES, Guilherme S.; DIAS, Thiago S. (2023). Uma Geopolítica para os desafios da contemporaneidade: do clássico ao aeroespacial. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 4(1): 17-30.

ROSA, Carlos E.V. (2023). Geopolítica Aeroespacial. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 4(1) 31-42.

DIAS, Thiago S.; GÓES, Guilherme S. (2023). A política externa brasileira: geopolítica e multilateralismo em perspectiva e uma inserção para o futuro. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 4(6): 33-48.

PELOGGIA, Alex (2023). A geograficidade da política externa brasileira: anotações de pesquisa. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural*. 4(6): 133-139.

# A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA NA PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO: O CASO DA GITEB NO IPT

Brenda de Melo Silva  
Maria Solange de Oliveira Pereira Fierro

## 1. Introdução

A Biblioteca do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), atualmente designada como Gerência de Gestão da Informação Tecnológica e Bibliográfica (GITEB), é o setor responsável por apoiar a pesquisa acadêmica e a inovação tecnológica desenvolvidas na instituição. Além disso, desempenha um papel essencial na preservação da história do IPT, que há décadas contribui de forma significativa para o avanço científico e tecnológico no Brasil.

A missão da GITEB é oferecer suporte às atividades de serviços tecnológicos, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ensino, por meio da oferta de serviços de informação e documentação que atendam às necessidades da comunidade interna e externa composta por pesquisadores, técnicos e estudantes (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS s/d.).

### 1.1. *Objetivo*

Este artigo tem caráter expositivo e busca apresentar as principais características da Biblioteca do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e de seu acervo, evidenciando seu papel estratégico na preservação e disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

## **1.2. Histórico da GITEB**

A Biblioteca do IPT é uma biblioteca especializada, isto é, existe em função das necessidades do Instituto. De acordo com Scaramelli (1944, p.3), a Biblioteca em questão: “[...] [faz] parte de um todo maior, que a envolve; é como o órgão de um corpo vivo; não tem existência autônoma, não se basta a si mesma, é função do todo que faz parte. [...] A vida da Biblioteca é a mesma do I.P.T. [...]”.

A história da Biblioteca caminha juntamente com a do IPT. De acordo com o artigo “O Berço da Tecnologia” (FAPESP 1999), o Instituto surgiu em 1899 com o nome de Gabinete de Resistência de Materiais, funcionando como laboratório da Escola Politécnica e prestando, também, serviços às empresas da área de construção civil e aos projetos de infraestrutura do governo de São Paulo. Já nessa época, possuía uma pequena biblioteca constituída por documentos bibliográficos especializados em tecnologia de materiais e sua experimentação. Scaramelli (1944, p.4) aponta que: “Havia com certeza, nessa época, 1906, pouco mais de uma centena de volumes naquelas prateleiras [...]”; tendo contribuído para este acervo inicial antigos professores da Escola Politécnica, como Paula Souza, Victor da Silva Dreira e H. G. Pujol Jr., dentre outros (SCARAMELLI 1944, p.4). Ainda segundo a autora:

Em 1931, foi acrescido ao primitivo acervo de volumes, que apenas ultrapassava a centena, um número bastante apreciável de obras que o Eng. Ary Torres, diretor do então Laboratório de Ensaios de Materiais, escolheu e adquiriu pessoalmente na Europa (SCARAMELLI 1944, p.4)

Embora inicialmente pequeno, o acervo da Biblioteca cresceu à medida que o IPT passou por diversas transformações: primeiro, a instituição reestruturou-se como Laboratório de Ensaios de Materiais; depois, ao ser anexada à Universidade de São Paulo em 1934, passou a ser chamada de Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Por fim, em 1944, tornou-se uma autarquia (FAPESP 1999). Através dos anos, o acervo da Biblioteca cresceu junto com o Instituto, chegando a contar com 17 bibliotecas que atendiam diferentes setores do IPT. Em 1995, essas bibliotecas foram unificadas, dando origem ao acervo atual da GITEB.

Ao longo de sua trajetória, a Biblioteca do IPT recebeu diferentes denominações, sendo chamada de Centro de Informação Tecnológica

(CITEC) e posteriormente de Departamento de Acervo e Informação Tecnológica (DAIT), até assumir sua identidade atual como GITEB.

## **2. Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT**

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) é uma referência na criação e aplicação de soluções tecnológicas voltadas para diversos setores da economia, governo e sociedade, auxiliando na superação de desafios. Vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, contribui para o desenvolvimento nacional desde 1899. Com uma infraestrutura laboratorial avançada e equipes multidisciplinares altamente qualificadas, atua em quatro grandes frentes: pesquisa, desenvolvimento e inovação; serviços tecnológicos; serviços metrológicos; e educação em tecnologia. Entre suas atividades estão a realização de ensaios, análises, calibrações e certificações; monitoramento, inspeção e consultoria para a solução de problemas; além do desenvolvimento de produtos e processos.

Com uma abordagem moderna e interdisciplinar, o IPT conta com programas de inovação aberta e aceleração tecnológica, atendendo desde *startups* até grandes corporações. Também apoia o desenvolvimento de negócios por meio do mapeamento de linhas de fomento e da conexão entre desafios e instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e universidades (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS s/d.).

## **3. Acervo**

### ***3.1. Organização***

O acervo da GITEB é estruturado para atender às demandas de profissionais, estudantes e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento aplicado. Ele é composto por livros, periódicos, manuais, normas técnicas, dissertações, teses e a produção técnico-científica do próprio IPT — incluindo artigos de eventos, publicações institucionais, palestras e documentos técnicos.

A organização temática permite acesso eficiente à informação. Além do acervo físico, a Biblioteca disponibiliza recursos digitais como *e-books*, periódicos eletrônicos e bases de dados nacionais e internacionais, com conteúdo em português, inglês, espanhol e francês. As áreas de especialização incluem engenharia, arquitetura, tecnologia da informação, saúde, agronomia, biotecnologia e meio ambiente, oferecendo conteúdos técnicos de alta relevância.

A GITEB também é responsável pela preservação e divulgação da produção intelectual do IPT por meio de um repositório institucional que reflete a trajetória e as contribuições de seus pesquisadores.

### **3.2. Armazenamento**

O acervo físico está armazenado em estantes deslizantes organizadas por tipo documental, otimizando o uso do espaço e facilitando o acesso. O ambiente é climatizado, com controle de temperatura e umidade, assegurando a conservação adequada dos materiais. Documentos técnicos são armazenados separadamente, em uma sala climatizada especialmente preparada.

A GITEB desempenhou um papel relevante na preservação e gestão documental das investigações relacionadas aos acidentes ocorridos nas obras das Linhas 4-Amarela (2007) e 6-Laranja (2022) do Metrô de São Paulo. No primeiro episódio, a biblioteca do IPT desempenhou um papel fundamental na sistematização e organização dos registros técnicos. Isso ocorreu ao longo dos 18 meses de investigação, que culminaram em um relatório técnico de mais de 400 páginas e em 46 anexos que totalizavam quase três mil páginas — entregues ao Metrô e ao Ministério Público Estadual (IYOMASA 2018).

Elaborado por aproximadamente 40 especialistas do instituto (IYOMASA 2018), esse documento cobriu diversos aspectos, incluindo engenharia civil, mecânica de solos, geologia, concreto e a própria gestão da obra (ASSIS 2008). André Assis (2008), que participou da comissão de investigação, descreveu o processo de organização como um trabalho que envolveu a criação de um vasto banco de dados, arquivando desde a documentação completa da obra até recortes de jornais, vídeos, depoimentos e entrevistas. Essa atuação garantiu a integridade e a acessibilidade do acervo, consolidando-o como referência institucional para estudos posteriores.

Em 2022, diante do surgimento de uma nova cratera na Marginal Tietê, o Governo do Estado de São Paulo encomendou um laudo técnico ao IPT, o que levou a Unidade de Negócios em Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente (CIMA) a solicitar os arquivos e documentos da investigação de 2007. Com isso, os documentos preservados pela GITEB tornaram-se elementos centrais na condução da nova análise técnica. O acesso ao acervo da tragédia de 2007 permitiu aos pesquisadores estabelecer correlações metodológicas, identificar recorrências estruturais e avaliar criticamente as decisões técnicas adotadas em ambas as obras. A disponibilidade de registros históricos organizados e tecnicamente qualificados contribuiu para o aprofundamento da investigação e para a formulação de diagnósticos mais precisos sobre o segundo acidente.

Esses episódios evidenciam o papel estratégico da GITEB na preservação da memória técnico-científica institucional, garantindo o acesso a registros históricos que sustentam investigações e análises técnicas. Ao consolidar e disponibilizar esse acervo, a biblioteca reafirma sua função essencial na continuidade do conhecimento aplicado produzido pelo IPT.

### ***3.3. Tratamento da informação***

Os documentos são tratados segundo a Classificação Decimal Universal (CDU) e indexados na base de dados da Biblioteca — a BiblioInfo. A digitalização das publicações do IPT, com acesso aberto, amplia a visibilidade da produção científica institucional. A produção técnico-científica é catalogada, tratada e disponibilizada digitalmente na BiblioInfo.

A Biblioteca também presta serviços especializados na área de normas técnicas, colaborando com as áreas do IPT e o setor produtivo para a resolução de problemas tecnológicos relacionados à especificação de materiais, métodos de análise e ensaio, normas de cálculo e segurança, terminologia técnica, padronização, qualidade, meio ambiente e segurança no trabalho.

Documentos técnicos, como relatórios de projetos desenvolvidos para clientes, são armazenados digitalmente desde 2017. Por serem confidenciais, seu acesso requer autorização dos respectivos clientes. Esses documentos concentram parte significativa do conhecimento técnico acumulado pelo Instituto.

## **4. Busca de documentos**

Documentos não disponíveis na base interna são localizados por meio de pesquisa bibliográfica em bases externas e obtidos via comutação bibliográfica. O sistema de empréstimo é integrado, permitindo ao usuário consultar a disponibilidade e acompanhar o status de suas solicitações de forma prática e eficiente.

## **5. Conclusão**

A Biblioteca do IPT, por meio da GITEB, desempenha um papel estratégico na consolidação da produção científica e tecnológica nacional. Com um acervo altamente especializado e permanentemente atualizado, contando com modernas práticas de organização e preservação da informação,

a Biblioteca presta apoio essencial às atividades de pesquisa, inovação e ensino da instituição.

Para além da provisão de conteúdos informacionais, sua atuação contribuiativamente para a preservação da memória institucional e para a valorização da produção intelectual dos pesquisadores. Dessa forma, consolida-se como uma estrutura indispensável ao fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

## 6. Referências

- ASSIS, André (200). Por dentro do "Relatório IPT": André Assis revela detalhes do "Relatório IPT". *Jornal da Engenharia* 812: 1-2. 2008. [Entrevista]. <https://www.institutodeengenharia.org.br/site/2008/08/04/accidente-metro-pinheiros-relatorio-ipt-abms/>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (s.d.). **Missão da Biblioteca do IPT**. São Paulo: IPT. Disponível em: <https://www.ipt.br>. Acesso em: 20 maio 2025.
- IYOMASA, Wilson S. (2018). Investigação e gestão de riscos para o metrô SP. In: Oliveira, M.C.B. (org.) *Histórias de inovação: 40 anos do IPT em serviços públicos, indústrias, petróleo e gás, meio ambiente, engenharia, saúde e administração*. São Paulo: IPT, 2018. Cap. 32, p. 154-157.
- FAPESP (1999). IPT: o berço da tecnologia paulista. *Pesquisa FAPESP* 41: 12-13. <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-berco-da-tecnologia-paulista..>
- SCARAMELLI, Lygia M. (1944). **A biblioteca do IPT e sua organização:** relação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. 3. ed. São Paulo: IPT.

---

## Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a atuação da Biblioteca do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), formalmente denominada Gerência de Gestão da Informação Tecnológica e Bibliográfica (GITEB). A biblioteca é responsável por apoiar as atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e ensino, oferecendo um acervo físico e digital altamente especializado. O estudo descreve as características do acervo, sua organização, as ferramentas de acesso e gerenciamento da informação, bem como as estratégias de preservação digital adotadas. Ao evidenciar a relevância dessa infraestrutura informacional, o texto destaca seu papel fundamental na consolidação da memória institucional e na disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

## Abstract

*This article aims to present the role of the Library of the Institute for Technological Research of the State of São Paulo (IPT), formally known as the Technological and Bibliographic Information Management Division (GITEB). The library is responsible*

*for supporting research, technological development, innovation, and teaching activities by providing a highly specialized physical and digital collection. The study describes the characteristics of the collection, its organization, the tools for information access and management, as well as the digital preservation strategies adopted. By highlighting the relevance of this informational infrastructure, the text underscores its fundamental role in consolidating institutional memory and disseminating scientific and technological knowledge.*

**Brenda de Melo Silva**

Graduanda em Biblioteconomia pela ECA-USP. Estagiária na biblioteca do IPT. Possui experiência em bibliotecas escolares e jurídicas, com atuação na St. Paul's School e na PRSP/MPF.

**Maria Solange de Oliveira Pereira Fierro**

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela FESPSP. Pesquisadora Assistente no IPT, com experiência em Ciência da Informação, na área de sistema da informação, Biblioteconomia e levantamento bibliográfico. Atua em gestão do conhecimento e capacitação tecnológica. Especialista em Editoração e Normalização.

# A POTENCIALIDADE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS

Carlos Rodrigues Pimentel  
Walefe Lopes da Cruz

## 1. Introdução

Vivemos em uma época de grandes transformações tecnológicas, notadamente no uso de tecnologias computacionais, dentre as quais temos a inteligência artificial, que tem produzido grande impacto em diversas áreas, como nas finanças, comércio, meios de transporte, saúde e na educação. De acordo com Gatti (2019, p.24) “estamos adentrando a uma nova ‘onda’ de transformações com potencial de atingir não apenas os dispositivos tecnológicos, mas a economia, a cultura e a sociedade como um todo: a quarta onda ou a Economia ou Tecnologia 4.0”. Essas mudanças alteram a maneira como nos comunicamos, utilizando a Internet, mudando mesmo a nossa percepção de mundo. A IA (Inteligência Artificial) nos ajuda a compreender o funcionamento de nossa própria inteligência.

A Base Nacional Comum Curricular (2018, p.9) inclui dentre as competências gerais da Educação Básica a de “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva”. Decorre dessa diretriz a importância de estudar o uso de recursos educacionais digitais que impliquem em práticas pedagógicas inovadoras, que possam colaborar para a formação de um aluno autônomo, dentre esses está o uso de IA em sala de aula.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as potencialidades da inteligência artificial para educação nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo como objetivos específicos analisar pesquisas que

dissertam sobre as potencialidades da inteligência artificial para a educação; compreender quais são as potencialidades da inteligência artificial para o ensino nos anos finais do fundamental; e identificar quais são os benefícios e malefícios decorrentes da utilização da inteligência artificial nos anos finais do Ensino Fundamental.

Para o alcance dos objetivos propostos no presente artigo, é aplicada a metodologia de pesquisa bibliográfica, tendo sido efetuadas consultas de artigos científicos em plataformas online como Repositório PUCSP, Educ@.gov-br, Google Acadêmico, dentre outras. Pretende-se verificar quais aspectos do processo de ensino podem ser desenvolvidos com o auxílio da IA.

## **2. Definição de Inteligência Artificial**

O termo Inteligência Artificial (IA) foi cunhado em 1956 por John McCarthy, Marvin L. Minsky, Nathaniel Rochester e Claude E. Shannon, quando organizaram o Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence [Projeto de Pesquisa de Verão sobre IA] (UNESCO 2022, p.11). O estudo de inteligência artificial partia do princípio de que qualquer aspecto do aprendizado e outras características da inteligência podem ser precisamente descritos, e uma máquina pode simulá-los (COMEST 2019).

Conforme a Comissão Mundial sobre Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMEST 2019, p.5–6):

A maneira como a IA funciona parece estranha e misteriosa para nós humanos, na medida em que ela oferece performance sem que a máquina tenha de fato consciência do que está realizando. É possível que uma máquina com IA derrote mestres no jogo Go, considerado mais complexo que o xadrez, sem saber de fato o que está fazendo. Da mesma forma, se a IA é usada para responder questões complexas, de fato o que é feito somente é o cômputo das probabilidades de várias respostas possíveis, baseado em uma análise de um banco de dados.

A tecnologia de IA é baseada nos componentes e técnicas apresentados no quadro 1. Quanto às técnicas utilizadas para construir diferentes tipos de IA temos: (1) A IA clássica, baseada em regras e que utiliza instruções condicionais “se/então” para gerar saídas e é utilizada em tecnologias como *chatbots*; (b) a aprendizagem de máquina, em que programas de computador são capazes de “aprender” sem programação explícita, acessando e processando grandes quantidades de dados.

**Quadro 1.** Componentes da Tecnologia de Inteligência Artificial

Dados dinâmicos	O sistema precisa ser exposto às mudanças do ambiente e dados relevantes adquiridos por sensores, classificá-los e armazená-los para processá-los rapidamente.
Processamento rápido	As máquinas com IA devem ser capazes de reagir rapidamente, necessitando de grande poder de processamento.
Princípios de tomada de decisão	As tomadas de decisão da IA são baseadas em algoritmos denominados <i>machine learning</i> (aprendizado de máquina). Dessa forma, a resposta de um sistema com IA depende dos dados a que for exposto e dos algoritmos que obedecem a determinados princípios e tenta otimizá-los de acordo com os dados recebidos.

Fonte: COMEST (2019, p. 7), adaptado.

As técnicas apresentadas no quadro 2 são, na verdade, subcategorias de Aprendizagem de Máquina.

**Quadro 2.** Subcategorias de Aprendizagem de Máquina

Aprendizagem supervisionada	O sistema é treinado com dados conhecidos e rotulados para produzir saídas. Como exemplos, teríamos um algoritmo classificador que classifica coisas em categorias, utilizando dados rotulados e as árvores de decisão, que são algoritmos de classificação em que vários nós levam a ramificações.
Aprendizagem não supervisionada	Cria saídas com base em semelhanças de agrupamento, em grupos de dados desconhecidos e não rotulados.
Aprendizagem por reforço	Aprendizagem contínua, treinada para maximizar uma recompensa. Por exemplo, retornar à quantia máxima do valor de um investimento.
Redes neurais	Modeladas a partir da arquitetura do cérebro, compostas por camadas de entrada, camadas ocultas e camadas de saída. Nas camadas ocultas, os dados são processados em nós com base em seu valor e um peso atribuído, e apenas os dados que passam por um determinado limite são permitidos. A “aprendizagem” ocorre por meio de “retropropagação”, um algoritmo que busca minimizar o erro, ajustando os pesos nas camadas ocultas de diferentes nós.
Aprendizagem profunda	Redes neurais com várias camadas ocultas. A aprendizagem profunda pode processar dados não estruturados como textos e imagens. As redes neurais e/ou a aprendizagem profunda são utilizadas no reconhecimento de imagem e de fala.
Redes Adversárias Generativas	Projetadas para gerar novos conteúdos, como, por exemplo, imagens.

Fonte: UNESCO (2022, p. 11-12), adaptado.

### **3. Educação, Base Nacional Comum Curricular e Estratégia Brasileira para transformação Digital**

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece em seu artigo 1º:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Em seu artigo 2º, trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, podemos entender a educação como processos formativos que se desenvolvem em instituições próprias e têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

O quadro 3 destaca os principais pontos do documento denominado Estratégia Brasileira para Transformação Digital (E-Digital), composto por diversos eixos habilitadores, com objetivos gerais e objetivos específicos.

**Quadro 3.** Eixo habilitador: educação e capacitação profissional

Objetivos gerais	Formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho futuro.
Objetivos específicos	Conectar escolas públicas, urbanas e rurais, com acessos de banda larga, e disponibilizar equipamentos para acesso a tecnologias digitais.
	Incorporar as tecnologias digitais nas práticas escolares, desenvolvendo o pensamento computacional dentre as competências dos estudantes.
	Reforçar as disciplinas matemática, ciências, tecnologias e engenharias e as trilhas de formação técnica para a atuação em setores da economia digital, com foco no empreendedorismo.
	Promover o aprimoramento das formações inicial e continuada dos professores no que se refere ao uso da tecnologia em sala de aula.

Fonte: (E-Digital 2018, p.10), adaptado.

É possível concluir, pelo que foi exposto até aqui, que é essencial que os educandos, bem como os educadores, tenham vivência com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em seu processo de aprendizagem. Também cumpre investigar de que formas a tecnologia de IA vem sendo usada na educação, particularmente no Ensino Fundamental, sendo esses os objetivos da presente pesquisa.

#### **4. Utilizações da IA na educação**

Um primeiro uso possível da IA na educação se dá por meio de *softwares* educacionais dotados de IA. Gatti (2019) apresenta como exemplos os Tutores Inteligentes e Plataformas adaptativas.

Os Sistemas Tutores Inteligentes (...) programados para simular uma tutoria individual (...) de tal forma a tornar-se um professor particular, trabalhando justamente no erro do aluno e usando para isso dados coletados durante a interação do aluno com o conteúdo e que podem revelar para o sistema onde (...) houve falha de entendimento. Tutores adaptativos podem incluir uma gama de ferramentas de IA que possam:

- Identificar estados cognitivos e afetivos dos alunos e usar esses dados a favor da aprendizagem.
- Usar o diálogo para envolver o aluno no aprendizado reflexivo de experiências que envolvem questões e discussão ou questões e respostas.
- Incluir situações para promover a reflexão e autoconsciência;
- Adotar etapas e registrá-las de forma a aumentar a motivação e engajamento do aluno.
- Usar modelos de simulação social (...). (GATTI 2019, p.54).

[...]

Plataformas Adaptativas: são oferecidas aulas, atividades, e o aluno é acompanhado em todos os seus processos. A sistematização e análise dos dados coletados é repassada ao professor da escola, que acompanha o progresso do aluno e tem liberdade e dados para tomar suas decisões (...). Third Space e Carnegie são plataformas (...) que podem ser utilizadas na forma de auxílio para alunos com maior dificuldade. Trabalham especificamente com matemática, são personalizadas e adaptativas (...). Outras plataformas adaptativas mais conhecidas no Brasil são a Khan Academy e Geek (...). (GATTI 2019, p.54–55).

Outra forma de utilização da IA encontrada no Ensino Fundamental ocorre por meio de um sistema computacional que pretendia atrair a atenção e o interesse dos alunos por utilizar um jogo, uma maneira de acrescentar um aspecto lúdico ao processo de ensino-aprendizagem. Conforme descrito por Zuchi (2000, p.15), foi desenvolvido um modelo computacional baseado em técnicas de Sistemas Especialistas e de RPG (*Role Playing Games*). O modelo tinha como objetivo, pelo uso de um sistema lúdico, desenvolver o raciocínio dos alunos por meio de problemas matemáticos que surgiam no decorrer da aventura. Foi projetado para ser capaz de identificar em que classe de problemas o usuário teve maior dificuldade e poder utilizar dispositivos que oferecem explicações sobre como e por que uma determinada conclusão foi atingida.

Um ponto importante desse sistema é que a aprendizagem é individualizada. Também conforme Zuchi (2000, p.15) “(...) o computador pode transformar-se em (...) um instrumento que (...) passa a ser percebido como um poderoso recurso pedagógico, com o qual cada aluno constrói sua própria aprendizagem”.

A respeito dos Sistemas Especialistas, temos:

A característica mais vantajosa de um Sistema Especialista (SE) é o alto nível de experiência utilizado na solução de problemas (...) resgatada do especialista e armazenada na base de conhecimento (...). O SE deve possuir não somente um conjunto de informações, mas também a habilidade de utilizá-las na resolução de problemas de forma criativa e eficiente (...). A flexibilidade do sistema também é importante. O SE pode explicar em detalhes como um novo fato conduz a mudanças e explicar o porquê de determinada conclusão (...). A habilidade de prover treinamento é mais uma característica dos SEs (...). Podem ser projetados para fornecer esse treinamento, desde que contenham conhecimento necessário e capacidade para explicar os processos de raciocínio. (ZUCHI 2000, p.58–59).

Exemplos de SE desenvolvidos para educação e que utilizam técnicas de IA são apresentados em Zuchi (2000, p.74–75): EXCHECK (Lógica e Teoria dos Conjuntos), QUADRATIC (subtração aritmética), APLUSIX (manipulação algébrica), WEST (jogo para exercitar técnicas de aritmética, com componente Coach que auxilia o jogador a melhorar), INTEGRATION (dirige a sequência do que vai ser ensinado, escolhendo-a em função das respostas dos estudantes), entre outros.

A seguir, apresentamos parte de uma prospecção feita pelo Sistema Indústria (VICARI 2018) que procura identificar tendências mundiais em IA para educação até 2030. A metodologia da pesquisa consistiu em, conforme Vicari (2018, p.15):

(...) revisão sistemática da literatura (base de artigos/teses/dissertações) e das bases de patentes. Os dados obtidos nessa primeira etapa serão utilizados na segunda etapa, que será realizada através da metodologia de Roadmap tecnológico, para o estudo prospectivo (...)".

A prospecção aponta, para os anos entre 2020 e 2030:

O contínuo avanço (...):

- Do uso generalizado dos produtos do Processamento de Língua Natural (PLN, tradução, reconhecimento, geração da fala e da escrita), tanto em sistemas educacionais (...) Sistemas Tutores Inteligentes) quanto da Robótica;
- Da integração das tecnologias da Afetividade/Emoções, tanto nos sistemas educacionais quanto no PLN e na Robótica;
- De maior utilização, nos sistemas educacionais, da visão computacional vinda da Robótica, proporcionando a identificação dos alunos em sistemas on-line;
- Para a adoção de material educacional digital personalizado, como os *smartbooks* (...);
- (...) de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem que acompanham os alunos em qualquer local e que incorporam, além da IA, a mobilidade e as interfaces 3D com o uso de vários *hardwares*. (VICARI 2018, p.45–48).

Até aqui, foram levantados usos da IA na educação como um recurso para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. De fato, conforme Gatti (2019, p.7): “(...) as pesquisas que serviram de base para este estudo revelaram a forte característica de uso da IA na condição de ferramenta e não como objeto de estudo na educação básica”. Entretanto, conforme a UNESCO (2022, p. 7), “a orientação política internacional sugere que se busquem as áreas comuns por diferentes abordagens contextualizadas, como a promoção do uso inclusivo e equitativo da IA na educação; o impulso da IA para melhorar a educação e a aprendizagem; a promoção do desenvolvimento de habilidades para empregos e para a vida por meio da IA (...). Contudo, na atualidade, relativamente poucas iniciativas se concentram na IA em contexto de Educação Básica (...)".

O documento intitulado Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como objetivo “(...) nortear as ações do Estado brasileiro em prol do desenvolvimento de ações, em suas várias vertentes, que estimulem a pesquisa, inovação e desenvolvimento de soluções em inteligência artificial, bem como seu uso consciente, ético e em prol de um futuro melhor”. (BRASIL 2021, p. 3).

Com relação à educação, este mesmo documento atesta que “alguns países já oferecem formação na área de computação baseada nos princípios e métodos utilizados pela IA, tais como plataformas de introdução à programação não determinística, uso do pensamento computacional de forma não determinística, educação baseada na robótica e outras técnicas próprias da área”. (BRASIL 2021, p. 29).

O Brasil não respondeu ao questionário da Unesco que analisou os currículos de IA, que, conforme a própria instituição da ONU: “(...) referem-se a programas estruturados de aprendizagem sobre tópicos relacionados à IA que: 1) são aprovados pelos governos nacionais ou regionais; e 2) visam a estudantes na Educação Básica geral (...)” (UNESCO 2022, p.8), do que se pode concluir que ainda faltam iniciativas para o desenvolvimento de competências em IA no Ensino Fundamental.

#### ***4.1. Aspectos conflitantes do uso da IA na educação***

Resta agora relatar os possíveis malefícios ou, pelo menos, as preocupações inerentes ao uso da IA encontrados no material estudado. Para tanto, destacam-se alguns pontos presentes no projeto de lei em tramitação no Senado Federal que dispõe sobre o uso da IA, o PL 2.338 de 2023:

Art. 2º O desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil têm como fundamentos:

(...)

II – o respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos;

(...)

IV – a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;

V – a igualdade, não discriminação e respeito aos direitos trabalhistas;

(...)

X – o acesso à informação e à educação, e a conscientização sobre os sistemas de inteligência artificial e suas aplicações.

Corroborando as preocupações presentes no projeto de lei, encontramos os argumentos seguintes, destacados da dissertação de Gonsales (2022 p.21 e ss.):

(...) a IA vem permeando nossas relações pessoais e profissionais (...), mas também vem replicando desigualdades de gênero e raça. No aspecto econômico, a crescente utilização da IA já reduz postos de trabalho (...). Em relação ao meio ambiente, recursos minerais são extraídos para fabricação de *hardware* (...) e *datacenters* são responsáveis por emissão de dióxido de carbono. Nas dimensões políticas e jurídicas, há questões éticas (vigilância, privacidade, viés), de direito autoral, proteção de dados, segurança da informação, dentre outras (...). O Relatório do The Institute for Ethical IA in Education da Universidade de Buckingham sobre a visão ética na educação (2020) pontua a necessidade de cautela na introdução da IA no ambiente de aprendizagem, pois, se a tecnologia pode contribuir para (...) potencializar a aprendizagem (...), simultaneamente pode se tornar uma forma de vigilância e controle. Acentaria, se possível, de desigualdades (...).

Com relação à transparência, verificamos:

(...) A implementação de tecnologias de IA nas escolas pode expor estudantes e educadores à coleta massiva de dados. Ponderações pertinentes devem permear as escolhas, como exigir transparência sobre quais dados serão utilizados, para qual finalidade e por quanto tempo. (Gonsales 2022, p. 93)

E, sobre a privacidade, temos:

Uma plataforma que estuda o comportamento de estudantes de forma a oferecer conteúdo, avaliações e assistência personalizada (...) poderá ter informações preciosas (...) dizem respeito a questões pessoais dos estudantes (...) geram questionamentos quanto à privacidade, liberdade de expressão e autonomia dos alunos (GONSALES 2022, p.104).

## 5. Discussão

Como explanado nos tópicos anteriores, a presente pesquisa teve como objetivo investigar as contribuições e os questionamentos que o uso da IA pode trazer para a educação nos anos finais do Ensino Fundamental. Vivenciamos um momento de grandes transformações tecnológicas, que estão permeadas no dia a dia dos cidadãos. Justamente por isso, é necessário que os

educandos tenham familiaridade com a tecnologia computacional, incluindo a IA, e sejam esclarecidos sobre seu uso.

A importância da inclusão digital especificamente relacionada à IA é evidenciada no documento Currículos de IA: “(...) os descompassos cada vez mais evidentes entre as habilidades ensinadas em escolas (...) e as habilidades necessárias para o mercado de trabalho são antecipados em correlação com taxas mais altas de automação e integração de IA” (UNESCO 2022, p. 9). Para vencer esse desafio, são necessárias políticas públicas que preparem os alunos para empregos de alta qualificação.

Essa importância da IA não se restringe à força de trabalho. Também conforme a Unesco (2022, p. 9): “A IA tem profundas implicações na cultura, na diversidade, na educação, no conhecimento científico, na comunicação e na informação, especialmente no que diz respeito à paz, à sustentabilidade, à igualdade de gênero (...), levando a uma recomendação recente de que os formuladores de políticas devem fornecer ambiente político e espaços curriculares propícios para explorar a IA”. Ainda, conforme Zuchi (2000, p. 38): “Ao espaço escolar cabe buscar formas de promover inclusão e dar suporte para maior condição de equidade, essa função está cada vez mais ligada à inserção das TDIC no currículo escolar”.

Podemos verificar o efeito positivo do uso da IA na dissertação sobre Sistema Especialista e jogo RPG, em que foi disponibilizado o sistema para alunos e realizada pesquisa através de questionário, obtendo como resultado: “No que se refere à aprendizagem, 83% responderam que o modelo auxiliou na aprendizagem e que a disposição do conteúdo em um ambiente lúdico também contribui (... )” (ZUCHI 2000, p. 113).

Segundo Gatti (2019, p.53):

(...) a IA se posta a auxiliar as relações de ensino-aprendizagem, tornando a programação de um sistema uma ferramenta poderosa de ensino e coleta de dados. Por exemplo, é possível observar e entender as microetapas pelas quais os alunos passam e fornecer dados relevantes no momento de rever a didática (...).

Se, nos dias atuais, podemos constatar o quanto é importante o uso da IA na educação, a tendência é que isso se intensifique ainda mais. Conforme a prospecção feita pelo Sistema Indústria, temos: “parte significativa da produção científica atual em inteligência artificial está relacionada com o tema da educação, o que indica forte presença da IA nos sistemas educacionais e, consequentemente, um grande impacto nos processos de ensino-aprendizagem no curto e no médio prazo” (Vicari 2018, p.11).

Partindo do exposto acima, foi elaborado o Quadro 4, com as potencialidades da IA na educação apontadas pelos autores estudados nessa pesquisa.

**Quadro 4.** Potencialidades do uso da IA na educação segundo diversos autores

UNESCO (2022)	Pontua que uma das recomendações do Consenso de Beijing sobre a IA e a educação é “(...) garantir que a IA promova educação de alta qualidade e oportunidades de aprendizagem para todos (...).”
Gatti (2019)	Apresenta os Sistemas Tutores Inteligentes que são capazes de detectar onde há dificuldade de aprendizagem e simular uma tutoria individual e Plataformas adaptativas que identifiquem estados cognitivos e afetivos dos alunos e usem esses dados a favor da aprendizagem.
Zuchi (2000)	Disserta sobre os Sistemas Especialistas associados a jogos RPG. O Sistema, com o elemento lúdico do jogo, proporciona que haja engajamento maior do aluno e seja capaz de perceber onde o usuário tem dificuldade e oferecer atividades para reforço do conhecimento, proporcionando uma experiência individualizada.
Vicari (2018)	Apresenta prospecção das tendências mundiais da IA para educação até 2030, baseada em pesquisas em artigos e teses e em bases de patentes.

No Quadro 5 são apresentados os possíveis problemas no uso da IA apontados pelos autores estudados nessa pesquisa.

**Quadro 5.** Possíveis problemas no uso da IA na educação segundo diversos autores

UNESCO (2022)	Explicita que as realidades cotidianas dos usos atuais da IA estimulam um senso de urgência para criar um consenso internacional sobre seus papéis aceitáveis na sociedade, bem como equipar as crianças com as competências de que necessitarão para navegar com sucesso no mundo existente.
Gatti (2019)	Alerta que as profissões que hoje... conhecemos estão fadadas a desaparecer em poucos anos devido à IA e algoritmos, o que indica a urgência do debate sobre quais os rumos que devemos dar à educação dos jovens atuais.
Gonsales (2022)	Pontua que a necessidade de cautela na introdução da IA no ambiente de aprendizagem, pois, se a tecnologia pode contribuir para potencializar a aprendizagem, simultaneamente pode se tornar uma forma de vigilância e controle.

## 6. Considerações finais

A IA tem hoje seu uso difundido mundialmente com grande impacto na vida cotidiana. A nossa interação com essa tecnologia vem aumentando, muitas vezes sem que tenhamos consciência de que estamos fazendo uso da IA em alguma atividade ou que algo de nosso interesse foi determinado por uma máquina.

Sendo papel da educação formar indivíduos autônomos, capazes de exercer sua cidadania, fica evidente que a escola deve proporcionar o contato dos educandos com essa tecnologia, sob pena de aumentar o problema de exclusão digital. A análise dos documentos levantados nessa pesquisa mostra que essa preocupação está presente quando são elaboradas políticas públicas e metas para educação do Ensino Fundamental, mas, conforme levantamento da UNESCO, poucos países já possuem uma ação planejada para que a IA não seja apenas um instrumento de apoio, mas objeto de estudo.

Por meio da leitura e análise do material estudado, foi possível verificar como efetivamente a IA pode colaborar com o ensino, ainda que apenas como material de apoio. Foram estudados sistemas chamados Tutores Inteligentes e Tutores Adaptativos, que interagem com o aluno, percebendo suas dificuldades e sugerindo caminhos para superá-las. Os Tutores Adaptativos iriam além, pois identificariam mudanças emocionais do aluno e assim sugerem atividades diferentes buscando motivá-los. Foi verificada uma tecnologia chamada Sistema Especialista adicionada a um jogo, de forma a criar bastante interesse ao aluno, sendo também útil para o professor aperfeiçoar a didática com as informações fornecidas pelo Sistema.

A evolução desses sistemas incorporando-se a outras tecnologias como realidade virtual e IoT (Internet das Coisas, em tradução livre), conforme apontado por meio de uma prospecção que se baseou em trabalhos acadêmicos e patentes das indústrias, mostra o quanto estaremos imersos nessa tecnologia.

Também foi objetivo dessa pesquisa verificar quais as preocupações que devemos ter relacionadas a essa tecnologia. Tendo em vista a educação, os autores apontam que o problema mais diretamente ligado aos alunos é com relação aos dados coletados que suscitam questões de privacidade e proteção de dados, no entanto, muitas outras questões foram apontadas e estão contempladas em um projeto de lei destinado a regulamentar o uso da IA no Brasil, a exemplo do que já vem sendo pensado na Europa.

Novas pesquisas sobre os temas tratados nesse artigo poderiam ser feitas, já que, certamente, novos usos surgirão e é possível que haja

intensificação nas políticas públicas para que todos estudantes do Ensino Fundamental sejam capazes de entender como a IA coleta e manipula os dados e como os algoritmos de IA encontram padrão nesses dados, podendo assim exercer plenamente seus direitos como cidadãos. Pesquisas sobre os problemas apontados, como de viés dos dados que são utilizados no treinamento dos algoritmos e a ameaça aos empregos, são questões não tão diretamente ligadas aos alunos do ensino fundamental, mas certamente serão quando forem cidadãos adultos.

## 7. Referências

- COMEST - World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology (2019). **Preliminary study on the ethics of Artificial Intelligence.** *UNESDOC Digital Library.* <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367823>.
- GATTI, F. N. (2019). **Educação Básica e Inteligência Artificial:** perspectivas, contribuições e desafios. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/22788>.
- GONSALES, P. (2022). **Inteligência Artificial, educação e pensamento complexo:** caminhos para religação de saberes. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/26498> .
- UNESCO (2022). **Curículos de IA para a educação básica:** um mapeamento de currículos de IA aprovados pelos governos. *UNESDOC Digital Library.* <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380602> por.
- VICARI, R. M. (2018). Tendências em Inteligência Artificial na Educação no período de 2017 a 2030. **Acervo Digital Sistema Indústria.**  
[https://acervodigital.sistemadeindustria.org.br/bitstream/uniepro/259/1/Sumario\\_tendencias\\_web.pdf](https://acervodigital.sistemadeindustria.org.br/bitstream/uniepro/259/1/Sumario_tendencias_web.pdf) .
- ZUCHI, I. (2000). **O Desenvolvimento de um Protótipo de Sistema Especialista Baseado em Técnicas de RPG para o Ensino de Matemática.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78717>.

## 8. Legislação

- BRASIL Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital). <https://www.gov.br/mcti/pt-br>

[br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital\\_ciclo\\_2022-2026.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital_ciclo_2022-2026.pdf).

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA). [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebiadiagramacao\\_4-979\\_2021.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebiadiagramacao_4-979_2021.pdf).

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 2.338, de 2023 – Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>.

---

## **Resumo**

A Inteligência Artificial (IA) se utiliza de grande quantidade de dados e algoritmos capazes de manipulá-los e, através de retroalimentação, modificam-se a si próprios convergindo para resultados precisos de uma forma que seria impossível aos seres humanos. A presente pesquisa visa compreender os benefícios e malefícios que o uso dessa tecnologia pode trazer à educação, no ensino fundamental, em seus anos finais. Foram realizados levantamentos bibliográficos de artigos científicos e documentos em plataformas *online*. Resultados identificados em relação à potencialidade da IA na educação para os anos finais do ensino fundamental: conceituação sobre IA, em quais componentes se baseia e quais métodos utilizados para diferentes tipos de IA; usos de sistemas computacionais com IA; prospecção que procura identificar tendências mundiais em IA para a educação e importância da IA como objeto de estudo na educação. Quanto aos possíveis malefícios inerentes ao uso da IA, foram levantadas questões ligadas a direitos humanos, discriminação, direitos trabalhistas e conscientização sobre os sistemas de IA e suas aplicações.

## **Abstract**

*Artificial Intelligence (AI) uses vast amounts of data and algorithms capable of manipulating them. Through feedback, they modify themselves, converging on precise results in ways that would be impossible for humans. This research aims to understand the benefits and harms that the use of this technology can bring to education in the final years of elementary school. A bibliographic survey of scientific articles and documents on online platforms was conducted. Results identified regarding the potential of AI in education for the final years of elementary school: conceptualization of AI, its components, and the methods used for different types of AI; uses of computer systems with AI; prospecting that seeks to identify global trends in AI for education and the importance of AI as a subject of study in education. Regarding the potential harms inherent in the use of AI, issues related to human rights, discrimination, labor rights, and awareness of AI systems and their applications were raise.*

---

**Carlos Rodrigues Pimentel**

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo EESC (1994). Analista Legislativo - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Pós-graduado em Informática na Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão e em Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**Walefe Lopes da Cruz**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pós-Graduado em Mídias na Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Informática na Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

# O PROJETO GEOPARQUE CORUMBATAÍ COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: UM BREVE DOSSIÊ

José Alexandre de J. Perinotto

José Eduardo Zaine

Matheus Lisboa Nobre da Silva

Miguel Borduque

Maria Vitória Baptista

Fábio Augusto Gomes Vieira Reis

Mariselma Ferreira Zaine

## 1. Introdução

Desde tempos imemoriais, fenômenos naturais impressionam o ser humano a ponto de deidades serem a eles associados. A beleza cênica, o impacto visual, a sensação de bem-estar e a curiosidade foram (e são) forças motrizes para que muitas pessoas se deslocassem de seus lugares de morada para desfrutar desses patrimônios do planeta.

Nesse caso, estabelece-se, desde aqueles tempos, o conceito básico do Turismo. Assim, cachoeiras, corredeiras, montanhas, vales e relevos notáveis, cavernas (com ou sem pinturas rupestres ou espeleotemas), formações rochosas e fósseis são recursos potenciais para atrair a atenção e gerar movimentos na economia das regiões espalhadas por todo o globo. São os geopatrimônios da imensa geodiversidade do Planeta Terra.

Todos esses riquíssimos potenciais, associados ao empreendedorismo de proprietários de territórios e dos administradores públicos em áreas municipais/estaduais/federais, fizeram do nosso território um destino privilegiado para o turismo de natureza em diferentes proporções e dimensões: desde, por exemplo, as Cataratas do Iguaçu (PR) até uma simples (porém bela e imponente) cachoeira, pequena e singela, no município de

Analândia (SP). O mesmo vale para todos os demais geopatrimônios, alguns referidos acima.

## **2. Geoparques Globais da Unesco<sup>6</sup>**

Os Geoparques Globais da Unesco são territórios onde locais e paisagens de grande importância geológica internacional são geridos com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável, tendo no turismo integrado regional a sua mola propulsora. São estabelecidos por meio de um processo ascendente (da base ao topo) que envolve todas as partes interessadas e autoridades, locais e regionais (por exemplo, proprietários de terra, grupos comunitários, profissionais de turismo, povos indígenas e organizações locais). Esse processo requer compromissos firmes por parte das comunidades envolvidas; fortes e múltiplas parcerias com apoio público e político de longo prazo; além do desenvolvimento de uma estratégia abrangente que atinja todos os objetivos das comunidades, enquanto mostra e protege os patrimônios natural (geológico, geomorfológico, espeleológico, paleontológico, hidrológico), histórico (incluindo a arqueologia) e cultural da região.

Essa abordagem está se tornando cada vez mais popular por meio do funcionamento positivo e eficaz da Rede Global de Geoparques (GGN), sob o apoio da Unesco, com cada Estado-Membro. Dessa forma, um Geoparque Global utiliza o seu patrimônio geológico, em associação com todos os outros aspectos do patrimônio natural, histórico e cultural da região, para aumentar a consciência e a compreensão das principais questões que a sociedade enfrenta no contexto do planeta dinâmico em que todos vivemos, mitigando os efeitos das mudanças climáticas e o impacto dos desastres naturais.

Ao aumentar a sensibilização para a importância do patrimônio natural da região na história e na sociedade atual, os Geoparques Mundiais da Unesco proporcionam às populações locais ou regionais um sentimento de orgulho pela sua região e fortalecem a sua identificação com o território. A criação de empresas locais inovadoras, novos empregos e cursos de formação de alta qualidade é estimulada à medida que novas fontes de receitas são geradas por meio do geoturismo sustentável, enquanto os recursos geológicos da área são protegidos.

---

<sup>6</sup> Texto baseado em conceito da Unesco.

<http://www.globalgeopark.org/aboutGGN/6398.htm>) e

<https://globalgeoparksnetwork.org/> e <http://www.globalgeopark.org/>

O trabalho da Unesco com os geoparques começou em 2001. Depois, em 2004, 17 geoparques europeus e oito chineses reuniram-se na sede da instituição, em Paris, para formar a GGN (Global Geoparks Network), possibilitando que as iniciativas nacionais de património geológico contribuam para e beneficiem, por meio de sua adesão, a uma rede global de intercâmbio e cooperação. Desde então, os Geoparques, por meio do GGN, têm aumentado em número. Tornaram-se uma ferramenta cada vez mais importante para a Unesco envolver os Estados-Membros e as suas comunidades nas Ciências da Terra e no património geológico (integrando a bio e a geodiversidade).

Durante a 38<sup>a</sup> sessão da Conferência Geral da Unesco, em 2015, os 195 Estados Membros da organização ratificaram a criação do novo rótulo, os citados Geoparques Globais. Isso expressa o reconhecimento da importância de gerir sítios e paisagens excepcionais de uma forma holística e também proporciona um novo estatuto internacional a uma antiga rede de sítios de importância geológica, permitindo à Unesco refletir mais de perto os desafios sociais das Ciências da Terra.

A Unesco, nesse sentido, apoia os esforços dos Estados-Membros para estabelecer Geoparques Globais em todo o mundo, especialmente nos territórios em desenvolvimento. Atualmente existem 229 Geoparques Mundiais em 50 países (seis no Brasil).

Os Geoparques Mundiais da Unesco empoderam as comunidades locais e fornecem a elas a oportunidade de desenvolver parcerias coesas, com o objetivo comum de promover de forma integrada um turismo de base sustentável em que todos os agentes/atores se beneficiam. Nos territórios onde os geoparques existem e promovem suas ações, 9 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda ONU 2030 são alcançados de forma direta (figura 1), melhorando a qualidade plena de vida, gerando riquezas e promovendo valores de pertencimento.

### **3. Existe regramento para a existência de um Geoparque Unesco?**

Deve ser ressaltado que um geoparque não é um parque. A Unesco define conceitualmente um geoparque como uma parte da superfície terrestre, única e unificada, que possui reconhecido interesse geológico e na qual possam ser realizadas ações de promoção da ciência, da educação e do desenvolvimento sustentável, tendo o turismo como mola propulsora e desenvolvendo o sentimento de pertencimento na população que habita esse território.

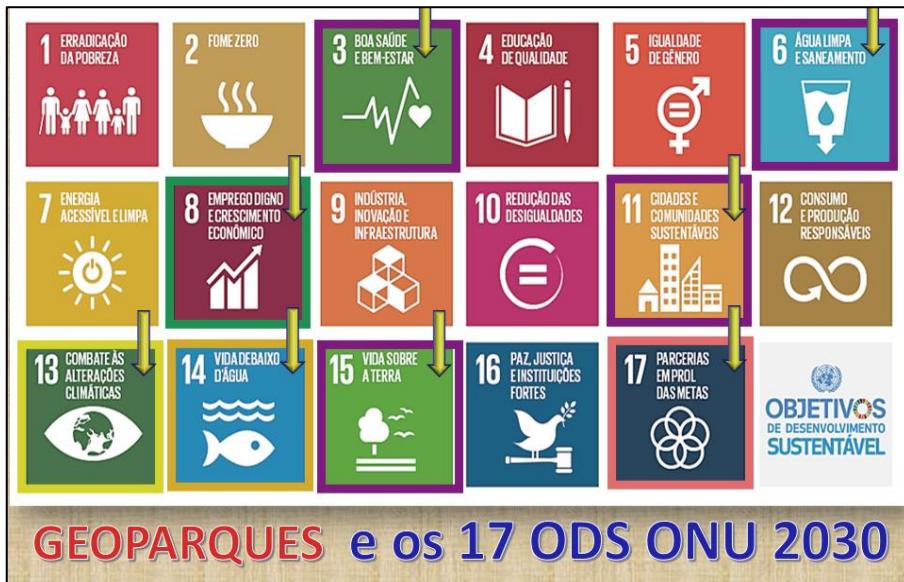


Figura 1. Onde existem Geoparques no mundo, os ODSs da Agenda ONU 2030 são atendidos em sua maioria (pelo menos 9 dos 17, indicados com setas amarelas).

De forma sintética, pode ser dito que um geoparque, para sua existência formal:

- Não necessita de novas leis e não traz regramentos legais específicos para uso da área.
- Não promove exclusão de população e de atividades existentes no território.
- Não se trata de uma Unidade de Conservação, respeitando e se submetendo à legislação vigente neste aspecto e em todos os demais.

Por outro lado, um Geoparque:

- Promove o desenvolvimento socioeconômico sustentável regional.
- Promove sustentabilidade natural e resgata, valoriza e preserva a história e a cultura regional.

#### 4. O Projeto Geoparque Corumbataí

O Projeto Geoparque Corumbataí começou a ser idealizado por professores da Unesp ainda nos anos 1990, mesmo que esse conceito, hoje conhecido e formalizado, não existisse. O projeto, que envolve os territórios de nove municípios do interior paulista, construiu uma trajetória de estudos geológicos aprofundados nos últimos 30 anos, sob a diretriz do conceito da Unesco, e agora está prestes a ser submetido à análise da entidade internacional para se tornar um importante geoparque do sudeste brasileiro, o primeiro do estado de São Paulo.

Participam do projeto pesquisadores do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp/Rio Claro, da Unicamp (principalmente a Profa. Dra. Luciana Cordeiro de Souza Fernandes – FCA/Unicamp-Limeira) e dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ – Francisco Lahoz e Flávio Forti Stenico).

A bacia do rio Corumbataí, que é a região enfatizada pelo geoparque, é considerada uma das áreas (em sua parte norte) de recarga do Aquífero Guarani, a imensa reserva subterrânea de água doce localizada em solo sul-americano. Entre as unidades geológicas que ocorrem no território do Geoparque Corumbataí, destaca-se a formação geológica denominada Irati, que comporta fósseis de répteis (*Mesosaurus*) que viveram no planeta há cerca de 250/260 milhões de anos e que, por também serem encontrados em rochas semelhantes no sul da África, reforçam a teoria da deriva continental — que sustenta que os continentes já formaram uma só imensa área — o Gondwana.

A bacia hidrográfica do Corumbataí, que envolve parte da Serra de Itaqueri, uma região turística do Estado de São Paulo, tem área de aproximadamente 1.700 km<sup>2</sup> e reúne uma população de cerca de 700 mil habitantes em um território de relevo de cuestas basálticas e rochas sedimentares de diversas idades e significados e com uma APA (Área de Proteção Ambiental) protegendo mananciais. O rio Corumbataí tem suas nascentes em Analândia e deságua no rio Piracicaba, no município homônimo.

“Esse é um projeto maravilhoso, que traz ciência, preservação e desenvolvimento sustentável para toda a região. Tem a participação da universidade, dos estudantes de graduação e de pós-graduação, do poder público e, principalmente, das comunidades dos municípios envolvidos. Então, a ideia da preservação para a conservação é a essência que impulsiona o geoparque, que nada mais é do que uma estratégia de conservação”. Esta tem sido, desde sempre, a tônica da fala dos autores.

## PATRIMÔNIOS NATURAIS DA BACIA DO RIO CORUMBATAÍ



Figura 2. Mapa pictórico da bacia do rio Corumbataí, com o levantamento do patrimônio natural.

Fonte: Zaine & Perinotto (1996).

O embrião da ideia do Geoparque Corumbataí surgiu efetivamente em 1994, ano em que a professora Mariselma Zaine, graduada em Ciências Biológicas pela Unesp, iniciava sua pesquisa de pós-doutorado (pelo IGCE, no Câmpus de Rio Claro) na área de patrimônios naturais. A pesquisa voltou-se para a produção de um inventário dos patrimônios naturais da região da bacia hidrográfica do rio Corumbataí e foi finalizada em 1996. Seu produto final, além do relatório com todos os dados, foi um mapa da região pesquisada (figura 2) e um livro, patrocinado, na época, pela Câmara Municipal e pelo Arquivo Público Histórico de Rio Claro.

O livro foi gratuitamente disponibilizado no arquivo público e histórico da cidade e distribuído para escolas públicas. Foram esses materiais que inspiraram o projeto. Segundo suas próprias palavras, M. F. Zaine não imaginou, na época, que seus estudos “fossem motivar um projeto de impacto internacional”.

Com o passar dos anos, somaram-se àquele primeiro inventário elaborado por Mariselma Zaine diversos outros trabalhos de levantamento minucioso, como a produção artigos científicos, dissertações e teses, inventários sobre geossítios, estudos paleontológicos e uma proposta de roteiros geoturísticos, tudo dentro da área delimitada pelo geoparque e com a preocupação de engajar a população local em iniciativas de ciência cidadã.

Em 2016, após um histórico de pesquisas na região, os professores José Alexandre Perinotto, José Eduardo Zaine e o pós-graduando André Kolya, do Departamento de Geologia do IGCE-Unesp, em parceria com a professora Luciana Cordeiro Fernandes (Unicamp), com a professora Mariselma Zaine e com os citados pesquisadores do Consórcio PCJ, resgataram os mapas de 1996 da professora Zaine e elegeram aquela área para trabalharem no projeto com o objetivo de propor à Unesco a criação do Geoparque Corumbataí.

Gerido atualmente em parceria com a Fundunesp (Fundação para o Desenvolvimento da Unesp), o projeto tem o reconhecimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico do Brasil), conta com apoio das nove prefeituras envolvidas e possui um comitê científico composto por profissionais de áreas variadas e instituições variadas, professores universitários, estudantes de graduação e de pós-graduação.

Na área do Geoparque Corumbataí (figura 3), é possível encontrar belas cachoeiras (como a do Saltão, em Itirapina, por exemplo), mirantes e morros testemunhos (exemplos de Analândia), cavernas, pinturas rupestres e artefatos arqueológicos (sítio Alice Boer, entre Rio Claro e Ipeúna). Para os pesquisadores, é importante ressaltar que o projeto incentiva um modelo de promoção de um turismo natural, cultural e histórico integrado à cultura dos

habitantes da região, um estímulo à preservação da área. O geoparque abrange os municípios de Analândia, Charqueada, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Piracicaba, Rio Claro e Santa Gertrudes. Destes, apenas Itirapina não está envolvido na Região Metropolitana de Piracicaba, que priorizou o Projeto Unesco Geoparque Corumbataí entre as suas metas estratégicas.

Com o apoio incisivo da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, em breve, para qualificar a visitação do público, os atrativos já visitáveis (geossítios selecionados) devem receber sinalização com identidade visual e placas informativas em português, inglês e no sistema de escrita tátil (além de *QR code*). Conforme as palavras de J.A.. Perinoto:

“Nós temos aqui boa parte da história do nosso planeta, do petróleo, da separação continental, além de fósseis que atestam a evolução da vida. Isso é importante e queremos que todos tenham acesso a todo esse conhecimento”.

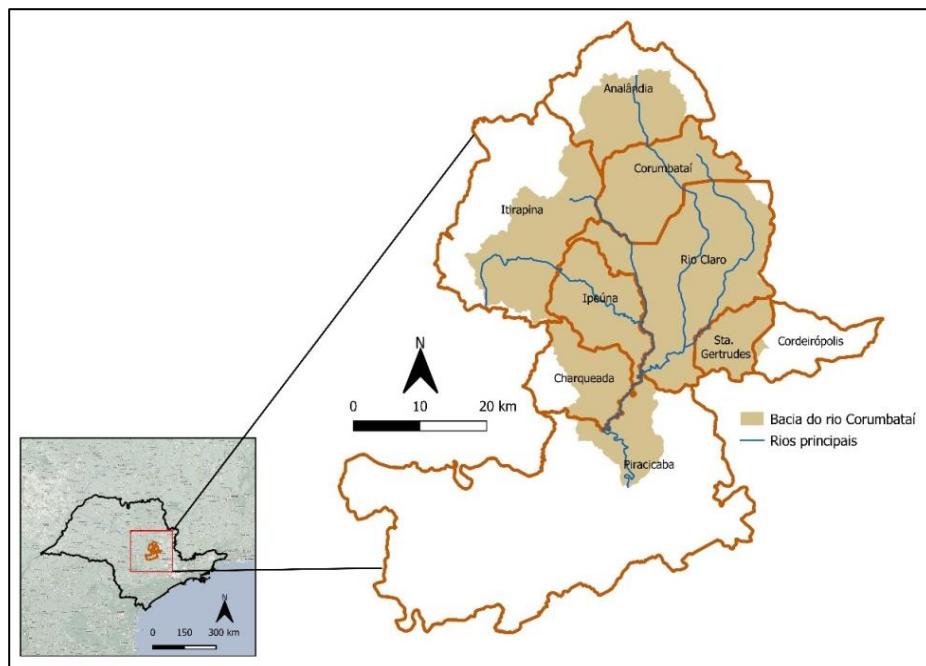


Figura 3. Área territorial do Projeto Geoparque Corumbataí, com ênfase para a bacia hidrográfica do rio Corumbataí.

No Brasil, o Geoparque Araripe, localizado no sul do estado do Ceará, foi o primeiro reconhecido pela Unesco, em 2006, e também o primeiro da América Latina. Atualmente, já existem no País outros cinco geoparques, além do Araripe: os geoparques mundiais da Unesco Seridó, no Rio Grande do Norte; Caminhos dos Cânions do Sul, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Caçapava do Sul e Quarta Colônia, ambos no Rio Grande do Sul. O Geoparque Uberaba (MG), em 2024, foi também chancelado como Geoparque Mundial.

O reconhecimento internacional da Unesco colocará nossa região no mapa do turismo internacional, com um selo de qualificação, desenvolverá o sentimento de pertencimento na população do território e proporcionará o desenvolvimento sustentável regional, com geração de emprego e renda, melhorando a qualidade de vida da população e melhor qualificando pessoas para atender demandas dos setores envolvidos na cadeia turística. Preservará o meio ambiente, com a proteção da fauna, da flora e da biodiversidade, sem que haja necessidade de exclusão de nenhuma atividade existente no território. Valoriza, protege e promove de forma sustentável.

Para finalizar, apresentamos o logotipo reformulado do Projeto Unesco Geoparque Corumbataí (figura 4), em que é possível observar em destaque o fóssil do *Mesosaurus* e ao fundo o relevo característico da região com cuestas e morros testemunhos que têm em sua constituição os arenitos do Aquífero Guarani encimados pelos derrames (lavas) basálticos da Formação Serra Geral, rochas magmáticas testemunhos do nascimento do oceano Atlântico, há aproximadamente 130 milhões de anos.



Figura 4. Logotipo do Projeto Unesco Geoparque Corumbataí.

#### 4.1. Geomorfologia

Para ilustrar, de forma resumida, a evolução do relevo de cuestas e a formação de morros testemunhos mencionadas no texto, observe a Figura 4. A Serra de Itaqueri (SdI), que é uma frente de cuesta, é a parte elevada que separa a área deprimida/erodida, chamada de Depressão Periférica Paulista – DPP, do Planalto Ocidental – PO (ou Arenito-Basáltico), que se estende para o oeste/noroeste do estado.

Quando a cuesta é erodida, com o passar dos milhões de anos, podem restar porções preservadas pelo fato de parte das rochas adquirir maior resistência (por exemplo pela cimentação dos arenitos por sílica). Essas partes, em alguns casos, acabam ficando isoladas e formam os morros testemunhos. O morro testemunho tem esse nome porque testemunha um relevo que existia de forma contínua, mas foi sendo erodido à sua volta. No caso da Figura 5, a erosão ocorre de Sudeste para Noroeste, fazendo a cuesta recuar (por erosão), deixando testemunhos e reentrâncias (*Percées*, como a da Bocaina).

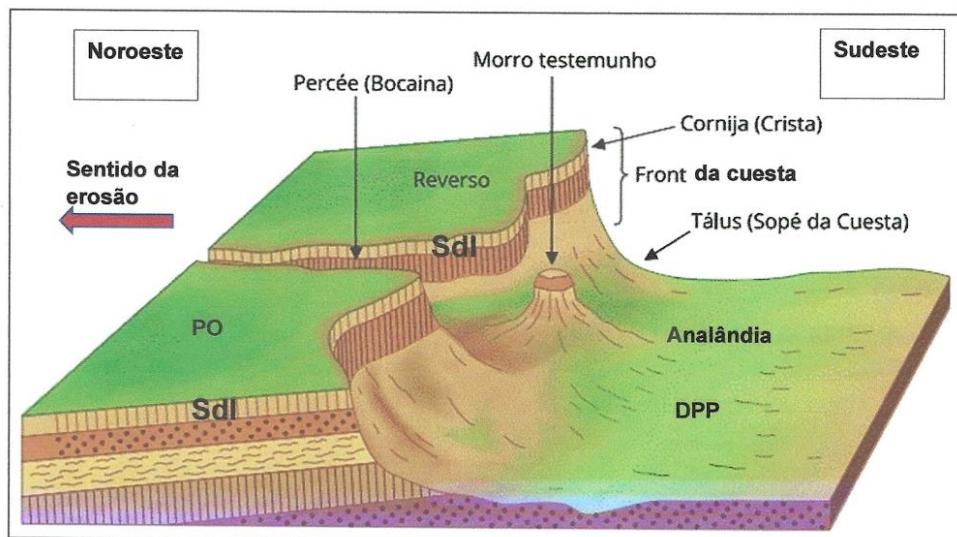


Figura 5. Relevo de cuesta (Serra de Itaqueri - SdI, ou conhecida por outros nomes como São Pedro, Charqueada, Itirapina, Ipeúna) e a geração dos morros testemunhos, como o Cuscuzeiro, de Analândia. Grande potencial turístico regional. Fonte: Baseado em Cassetti (1990).

Um exemplo de morro testemunho é o icônico Cuscuzeiro, em Analândia (Figura 6).



Figura 6. Morro do Cuscuzeiro em Analândia. Icônico ponto turístico daquele município e um dos principais geossítios do Projeto Geoparque Corumbataí.

Nesta área existe muita água disponível, sendo, em muitos casos, nascentes de vários rios. É, ao mesmo tempo, área de recarga do Aquífero Guarani (formações geológicas arenosas chamadas, formalmente, de Formação Piramboia e Formação Botucatu) e área de fornecimento de água para a formação e alimentação dos muitos rios da região. Assim, funciona também como uma área de descarga de água. Daí a presença de muitas nascentes que necessitam ser cuidadas e preservadas.

No território do Projeto Geoparque Corumbataí, outros exemplos de geossítios com potencial turístico podem ser exemplificados de forma muito reduzida e simplificada. São geossítios – alguns geopatrimônios - nos quais devem ser aplicadas técnicas de geoconservação. A estratégia de um Geoparque tem, exatamente, este objetivo.

## **5. Alguns exemplos, por cidades, de geossítios do Geoparque Corumbataí**

São listados, a seguir, sítios de relevante interesse geológico, geomorfológico, paisagístico e turístico na área do Geoparque:

### **Analândia**

- Morros do Cuscuzeiro e Camelô
- Saltos Major Levy e do Escorrega

### **Charqueada**

- Mirante na Serra de Itaqueri / Cavernas em arenitos
- Parque Ecológico

### **Cordeirópolis**

- Fazenda Ibicaba
- Centro Cultural Ataliba Barrocas

### **Corumbataí**

- Estreito do Rio Corumbataí
- Sítio Canhoni

### **Ipeúna**

- Parque Ecológico Henrique Barbeta
- Região “do Altarúgio” e frentes da Serra (Cuesta do Índio) / Cavernas em arenitos

### **Itirapina**

- Cachoeira do Saltão
- Mirante no Morro do Fogão / Itaqueri da Serra

### **Piracicaba**

- Complexo Turístico do Parque do Mirante e Museu da Água
- Região de Santana e Santa Olímpia

### **Rio Claro**

- Região do Distrito de Assistência (rochas notáveis e fósseis) / Mãe Preta
- Museus da Unesp e FEENA

## **Santa Gertrudes**

- Fazenda Santa Gertrudes
- Mirante na Mata do Caju

## **6. Referências**

- CASSETI, V. (1990). **Ambiente e apropriação do relevo**. Goiânia: UFG.
- ZAINÉ, M. F.; PERINOTTO, J. A. J. (1996). **Patrimônios naturais e história geológica da região de Rio Claro**. Rio Claro: Câmara Municipal de Rio Claro e Arquivo Público Histórico do Município de Rio Claro.
- 

### **José Alexandre de J. Perinotto**

Departamento de Geologia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Rio Claro/SP.

### **José Eduardo Zaine**

Departamento de Geologia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Rio Claro/SP.

### **Matheus Lisboa Nobre da Silva**

Departamento de Geologia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Rio Claro/SP.

### **Miguel Borduque**

Pesquisador autônomo, Região Turística da Serra de Itaqueri.

### **Maria Vitória Baptista**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente da UNESP/Rio Claro.

### **Fábio Augusto Gomes Vieira Reis**

Departamento de Geologia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Rio Claro/SP.

### **Mariselma Ferreira Zaine**

Pesquisadora autônoma, Região Turística da Serra de Itaqueri

---

Nota editorial: sobre o tema deste artigo, ver também, nos periódicos do ILP:

KOLYA, André A. (2021). Projeto Geoparque Corumbataí: relevância, potencialidades e complexidades de um modelo holístico de desenvolvimento sustentável. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 2(2): 95-99.

KOLYA, André A. (2023). Histórias e Paisagens do Projeto Geoparque Corumbataí. *Cadernos do ILP: Ensino – Pesquisa – Extensão Cultural* 4(1): 97-111.

# SAÚDE COMO ESTRATÉGIA ECONÔMICA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA E TRANSVERSAL

Tacyra O. Valois

## 1. Introdução

A saúde é um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. No Brasil, ela permanece, há anos, no centro das atenções da sociedade, sendo consistentemente apontada em pesquisas de opinião como uma das maiores preocupações da população.

Em janeiro de 2025, o levantamento global da IPSOS destacou que 37% dos brasileiros identificam a saúde como uma de suas principais inquietações, logo atrás de crime e violência (38%) e à frente de pobreza e desigualdade social (36%) (IPSOS 2025). Já a pesquisa Datafolha realizada em abril do mesmo ano revelou uma mudança significativa: a economia — que já vinha crescendo como motivo de apreensão desde dezembro de 2024 — saltou dez pontos percentuais e passou a dividir com a saúde o topo das preocupações nacionais, ambas citadas por 22% dos entrevistados (DATAFOLHA 2025). O cenário revela uma disputa atual entre saúde, segurança e condições econômicas como os maiores desafios percebidos pela população.

A Organização Mundial da Saúde (OMS 1948) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Essa definição, adotada em 1948, vai além da mera ausência de doenças, refere-se a um processo dinâmico e mais abrangente. Esse conceito nos faz voltar à pesquisa de preocupação dos brasileiros e afirmar que os pontos convergem todos de alguma forma para impactar em algum grau no estado de completo bem-estar físico, mental e social, pois são determinantes sociais de saúde. Problemas no trânsito, por exemplo, comprometem diretamente o bem-estar físico e mental, reiterando a conexão entre infraestrutura e saúde.

A vida e saúde das pessoas são impactadas por fatores transversais nas políticas públicas, emprego e renda, alimentação, saneamento básico,

segurança, nível de escolaridade, entre outros fatores que impactam diretamente ou indiretamente os indicadores de saúde, influenciando na qualidade de vida (BUSS e PELEGRINI 2007).

## 2. O Sistema de Saúde brasileiro

No Brasil, a saúde passou a ser um direito de todos os cidadãos com a promulgação da Constituição de 1988, que criou o SUS – Sistema Único de Saúde. Em um país com as dimensões territoriais do Brasil e as inúmeras discrepâncias existentes entre as regiões/estados, após pouco mais de 35 anos o SUS ainda encontra dificuldades para sua completa implantação, apesar dos grandes esforços para a estruturação dessa política pública de acesso universal, integral e equânime dos cidadãos aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

A configuração do SUS em redes regionalizadas e hierarquizadas, os papéis da União, dos estados e dos municípios e as competências básicas do sistema de saúde brasileiro são definidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 196 a 200, que instituem a saúde como direito de todos e dever do Estado. A formulação e implementação de políticas, o financiamento, a promoção de ações, o controle, a avaliação e a organização do SUS são detalhados pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), que regulamenta as competências de cada ente federativo.

- União: como gestora nacional do SUS, tem a função de elaborar políticas e diretrizes nacionais, bem como colaborar com os sistemas de saúde estaduais e municipais, repassar os recursos previstos em orçamento e regulá-los.
- Estados: a atuação se baseia nos princípios da descentralização e da regionalização, promovendo a descentralização dos serviços e ações de saúde para os municípios, acompanhando, controlando e avaliando as redes hierarquizadas do SUS.
- Municípios: envolve a totalidade das ações e serviços de atenção à saúde no âmbito do SUS — planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde. É a instância mais próxima da prestação de serviços, portanto, mais capaz para identificar as necessidades da população.

Competências dos entes Federativos	UNIÃO MS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formula, regula e coordena a implementação de programas de saúde</li> <li>Transfere recursos para estados e municípios</li> <li>Compra de forma centralizada</li> </ul>
	ESTADOS 26 +DF	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordena a execução de políticas de saúde em conjunto com municípios</li> <li>Transfere recursos para municípios</li> <li>Principal provedor de serviços de média e alta complexidade</li> </ul>
	MUNICÍPIOS 5.570	<ul style="list-style-type: none"> <li>Principal executor de ações e serviços de saúde, principalmente atenção primária à saúde (APS)</li> <li>Dependência de recursos federais e estaduais</li> <li>Organização regional</li> </ul>

Figura 1. Governança do SUS: competências dos entes federativos.

Fonte: elaboração própria, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990.

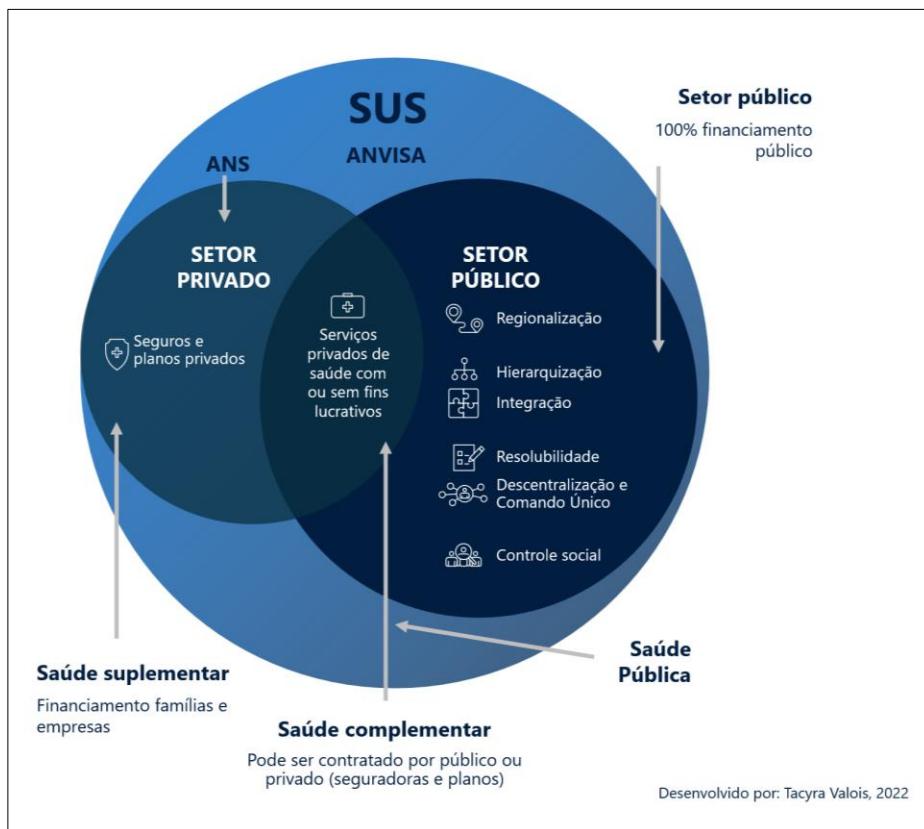


Figura 2. Representação gráfica do Sistema Único de Saúde.

Fonte: elaboração própria com base na legislação sanitária brasileira (CF/1988; Leis nº 8.080/1990 e nº 9.656/1998).

O Pacto pela Saúde, especialmente em seu componente Pacto de Gestão, instituído pela Portaria nº 399/GM/MS de 2006, é o acordo interfederativo que organiza e distribui responsabilidades entre União, estados e municípios, permitindo a autonomia de cada ente e garantindo a dinâmica necessária entre os órgãos envolvidos (BRASIL 2006). As diferentes instâncias comprometidas com o funcionamento do SUS devem estar articuladas e alinhadas quanto às agendas decisórias para manter o fluxo de governança do sistema. As agendas, pontuações e processos de monitoramento precisam manter frequência e cadência regulares para assegurar a tomada de decisão e a implementação de ações necessárias ao desenvolvimento e à melhoria da saúde.

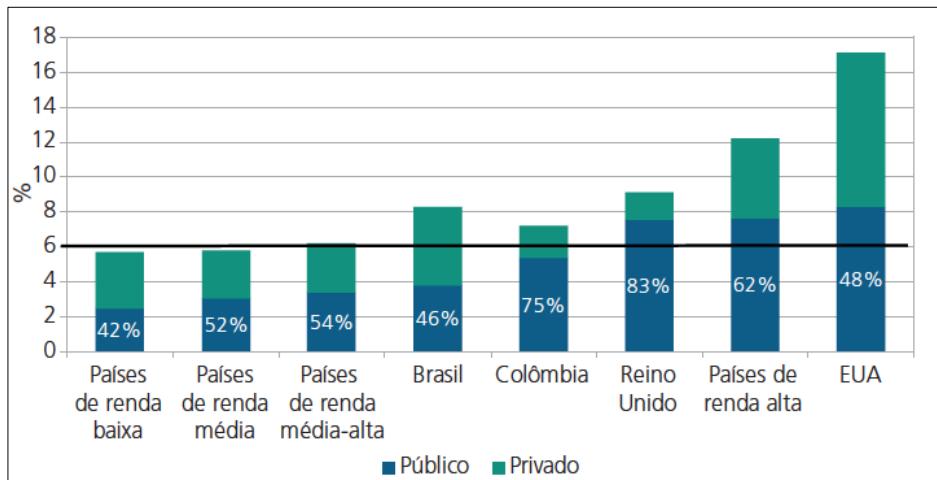
## *2.1. Financiamento do Sistema*

Muitos são os desafios frente ao aumento da necessidade da população, mudança de valores sociais, a restrição dos recursos que impacta a integralidade das ações e a complexidade da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal, um problema persistente desde a sua criação. A vasta extensão territorial do País e as disparidades culturais e socioeconômicas regionais exacerbam essas dificuldades. Soma-se a isso uma crescente crise de sustentabilidade, que ameaça a perenidade do sistema, e aqui nem consideramos o ônus da Previdência Social.

O estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI), publicado em julho de 2025, projeta crescimento anual médio de 3,9% das despesas com o SUS nos próximos 45 anos. Essa taxa representa um acréscimo de aproximadamente R\$ 10 bilhões por ano, superando o limite de crescimento da despesa previsto no novo arcabouço fiscal do governo federal, limitado a 2,5% ao ano (CASALECCHI 2025).

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) reforça que estados e municípios não dispõem mais de margem fiscal para ampliar os gastos com saúde, diante do crescimento contínuo das despesas e da limitação estrutural de receitas (BNDES 2017). A análise aponta como principal fator de pressão o chamado “fator misto” — a combinação entre a inflação específica do setor, historicamente superior ao IPCA, e a rápida incorporação de novas tecnologias, especialmente projetada para se intensificar a partir de 2040.

**Gráfico 1.** Financiamento do Sistema: percentual do PIB dedicado à saúde, fontes públicas e privadas, grupos de países por faixa de renda e alguns países selecionados



Fonte: BNDES (2017), a partir de dados da OMS – Global Health Expenditure Database (2014).

### 3. O paradoxo da saúde

O sistema de saúde brasileiro enfrenta um paradoxo: se, por um lado, lidamos com o subfinanciamento da saúde pública e com uma alta anual de dois dígitos nas mensalidades da saúde suplementar — que chegaram a 25% em 2023 (ANS 2024), além da baixa remuneração aos prestadores de serviços —, por outro lado mantemos elevados índices de condições crônicas não transmissíveis, convivemos com doenças infecciosas persistentes, observamos o aumento das causas externas, violência e acidentes, somadas ao crescimento dos transtornos mentais e ao acelerado envelhecimento populacional, em um contexto de redução contínua da população em idade produtiva (IBGE 2024).

Dados do DataSUS analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que, em 2024, o SUS despendeu R\$ 449 milhões com internações de vítimas de acidentes de trânsito no Brasil (IPEA 2024). Esse montante inclui desde o atendimento emergencial até a reabilitação prolongada, abrangendo procedimentos de alta complexidade e o fornecimento de órteses e próteses, evidenciando o elevado custo social e econômico desses eventos para o sistema de saúde.

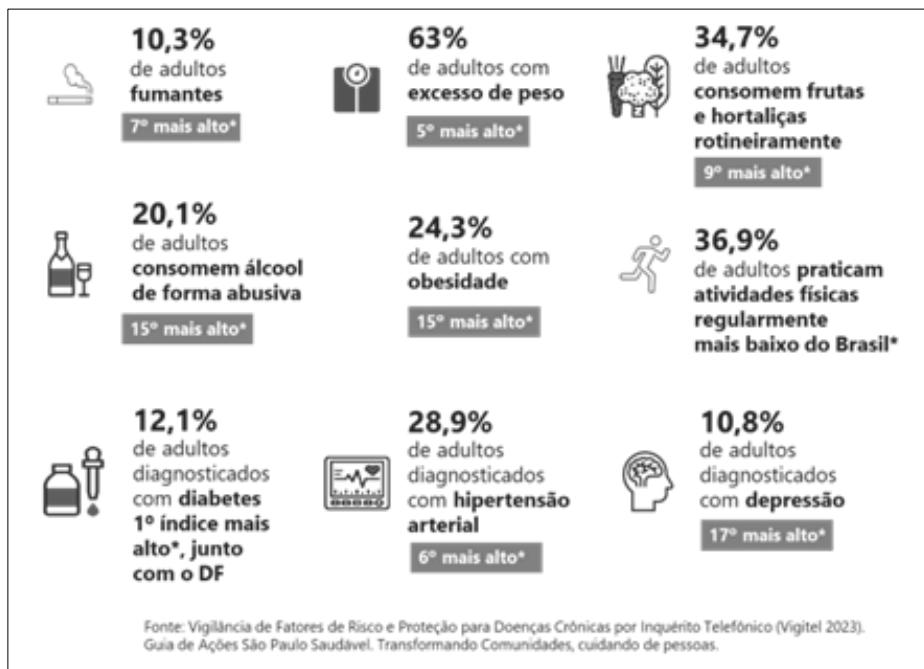


Figura 3. Indicadores de fatores de risco à saúde na cidade de São Paulo (comparações feitas entre os índices apresentados em todas as capitais brasileiras, incluindo o Distrito Federal).

Fonte: Cartilha Municípios Saudáveis (Valois et al., 2024).

Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) e do IBGE indicam que a expectativa de vida no Brasil para os nascidos em 2100 poderá alcançar entre 85 e 90 anos (ONU 2022, IBGE 2018). Essas estimativas refletem a contínua melhoria das condições socioeconômicas, os avanços na prevenção e no tratamento de doenças crônicas e o desenvolvimento de tecnologias médicas. A título de comparação, o tempo estimado para que a população idosa (acima de 65 anos) passe de 10% para 20% da população total é de cerca de 140 anos na França, 80 anos no Reino Unido e 75 anos nos Estados Unidos. No Brasil, essa transição deve ocorrer em apenas 25 anos (2010–2035), um período semelhante ao da China e menor que o da Índia (ONU 2019).

O sistema de saúde também arca com um volume crescente de ações judiciais, que consomem recursos significativos sem uma avaliação prévia de seus impactos. Em 2024, o Ministério da Saúde gastou R\$ 3,2 bilhões com ações relacionadas a medicamentos, valor que correspondeu a 33% dos gastos

estaduais com esse tipo de demanda. Na saúde suplementar, o setor foi onerado em R\$ 6,8 bilhões, decorrentes de quase 300 mil ações judiciais, representando um crescimento de 28% em relação ao ano anterior (VALOR ECONÔMICO 2024).

Como se todos esses fatores citados não fossem suficientes, soma-se ainda uma alta carga tributária, com reflexos econômicos significativos. Que a carga tributária no Brasil é elevada já é consenso. Relatório da Secretaria do Tesouro Nacional indica que a carga tributária bruta atingiu 32,32% do PIB em 2024, um aumento de 2,06 pontos percentuais em relação a 2023, patamar mais alto da série histórica iniciada em 2010 (BRASIL 2025). Esse nível de tributação impacta negativamente todo o setor: indústria de dispositivos médicos e medicamentos, saúde suplementar, setor hospitalar e de atenção à saúde, agências regulatórias e diagnóstico, hospitais que atendem o SUS, gestão e tecnologia.

#### **4. O complexo econômico e industrial da saúde**

A saúde é um setor estratégico para a economia brasileira, muitas vezes subestimado. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) responde por cerca de 10% do PIB nacional e gera, direta e indiretamente, algo em torno de 20 a 25 milhões de empregos (BRASIL 2023; GADELHA 2022). Além disso, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que cada R\$ 1 investido em saúde pública retorna aproximadamente R\$ 1,70 em acréscimo ao PIB (IPEA 2011). Em um país com baixa renda *per capita* e desafios tecnológicos, investir no setor de saúde pode ser um caminho decisivo para impulsionar o crescimento econômico. Mesmo superando setores tradicionais, como a indústria automobilística — que responde por cerca de 2% a 3% do PIB —, a saúde ainda é tratada predominantemente como custo, e não como ativo estratégico.

Mas as taxações e impostos são impactantes e decisivos custos ocultos que pressionam a operação do ecossistema da saúde. O Brasil se destaca como um dos países que mais tributam a saúde, o que penaliza toda a cadeia produtiva, dificulta o acesso aos serviços e aumenta as desigualdades. A tributação sobre serviços de saúde eleva os custos, obrigando as famílias a gastarem cada vez mais com saúde, enquanto a OCDE, em geral, desonera esse setor.

Em uma radiografia da tributação do setor de saúde realizada em 2018 pela Confederação Nacional de Saúde (CNS), demonstra-se que medicamentos adquiridos em farmácias ou utilizados em prontos-socorros e hospitais possuem uma carga tributária média de 33,9%. Um exame de raio-X

tem 40,3% do seu valor composto por tributos; uma cama hospitalar utilizada no tratamento de um paciente internado possui carga de 42,8%; e uma ambulância, 35,6% (CNS 2019). Na recente reforma tributária, houve o que alguns consideram um avanço — com vigência plena prevista para 2032 —, porém seus impactos não serão suficientes para alterar de forma significativa esse cenário.

Essa alta tributação limita os recursos disponíveis para investimentos e avanços no Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A FIESP destaca que o investimento em saúde, inovação e desenvolvimento tecnológico é decisivo para ampliar oportunidades de produção nacional, atrair investimentos, gerar empregos qualificados e reduzir a dependência externa (FIESP 2024): 1) atração de investimentos estrangeiros: desenvolvimento de tecnologia local e geração de empregos qualificados; 2) redução da dependência externa: proteção contra crises de abastecimento e promoção da autossuficiência.

**Tabela 1.** Gastos com saúde por países da OCDE

País	Modelo de Sistema de Saúde	Cobertura	População coberta (%)	Gasto público (Saúde)/PIB (em 2021)	Gasto total (Saúde)/PIB (em 2021)	Gasto total (Saúde) US\$ per capita (em 2021)	Gasto público/Gasto total (Saúde) (em 2021)
Estados Unidos	Seguro privado	Voluntária	90	9,6	17,4	12.012,24	55,4%
Alemanha	Seguro Nacional Público de Saúde	Compulsória	99,8	10,2	12,9	6.626,00	79,0%
Reino Unido	Sistema Público Universal com administração nacional	Automática	100	10,3	12,4	5.738,48	83,7%
Canadá	Sistema Público Universal com administração regional	Automática	100	9,0	12,3	6.470,07	72,9%
França	Seguro Nacional Público de Saúde	Compulsória	99,9	9,3	12,3	5.380,88	75,6%
Suíça	Seguro Nacional de Saúde	Compulsória	100	4,3	11,8	10.897,45	36,2%
Holanda	Seguro Nacional de Saúde	Compulsória	99,9	7,9	11,3	6.539,00	69,8%
Suécia	Sistema Público Universal com administração nacional	Automática	100	9,7	11,3	6.901,00	85,9%
Dinamarca	Sistema Nacional de saúde	Automática	100	9,2	10,8	7.382,00	85,2%
Japão	Seguro Nacional de Saúde	Compulsória	100	9,2	10,8	4.347,00	84,8%
Austrália	Sistema Público Universal com administração regional	Automática	100	8,0	10,5	7.055,37	76,0%
Brasil	Sistema Público Universal com administração tripartite	Automática	100	4,5	9,9	761,27	45,5%

Fonte:OMS

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS). Global Health Expenditure Database (GHED), dados de 2021. Genebra: WHO, 2023.

O Governo não consegue responder à urgência de soluções para o financiamento da saúde, comprometendo o acesso e a sustentabilidade do setor. Urge a implementação de um tratamento tributário diferenciado para o

setor de saúde, visando garantir a perenidade do setor, mitigar a desigualdades sociais e promover justiça fiscal.

Estudos demonstram que os gastos sociais em saúde impulsionam o desenvolvimento econômico do País. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicada em 2011 revelou que cada R\$ 1 investido em saúde pública pela União e pelos estados e municípios gera um retorno médio de R\$ 1,70 para o PIB, evidenciando o potencial da saúde como motor da economia nacional (IPEA 2011).

Estamos em um grande impasse social. A saúde clama por uma agenda propositiva que a eleve à prioridade nas políticas de Estado, transformando-a no propulsor do desenvolvimento socioeconômico. Torna-se imperativo encontrar modelos de investimento que melhorem as condições de vida e reduzam o adoecimento da população. Somente assim será possível manter um sistema de saúde que garanta segurança, justiça social e a geração de riquezas a longo prazo.

Mas como encontrar esse equilíbrio entre os recursos financeiros finitos e a necessidade crescente da população? Como garantir uma população saudável, produtiva e assegurar crescimento econômico?

#### **4. Conceitos de saúde: uma abordagem contemporânea e integrada**

A saúde é um conceito dinâmico e multidimensional que evolui para refletir as complexidades do ambiente, das tecnologias e das sociedades humanas. Apresentam-se a seguir três conceitos atuais que ilustram diferentes perspectivas e estratégias para promover o bem-estar e a qualidade de vida:

##### *5.1 Saúde Única*

O conceito de Saúde Única (One Health), reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), destaca a interdependência entre saúde humana, saúde animal e o meio ambiente, enfatizando a necessidade de abordagens integradas e colaborativas entre diferentes setores para prevenir doenças, promover sustentabilidade e proteger recursos naturais (OMS 2021).

A Saúde Única implica ações coordenadas, como controle de zoonoses (doenças transmitidas de animais para humanos); políticas ambientais sustentáveis e educação ambiental; programas de vacinação de animais domésticos e de vida selvagem para evitar a transmissão de raiva e outras zoonoses; além de práticas sustentáveis de agricultura que reduzam o impacto ambiental.

## 5.2. Cidades Saudáveis

Envolve espaços urbanos projetados de forma a promover o bem-estar e a inclusão social de seus habitantes, com acessibilidade a serviços básicos, áreas verdes, saneamento e transporte eficiente. O movimento das Cidades Saudáveis, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), teve origem no final da década de 1970 em Toronto (Canadá) e se difundiu inicialmente pela Europa, expandindo-se posteriormente para os Estados Unidos e outras regiões (WHO 1998). Inclui investimentos em espaços públicos, saneamento, acessibilidade, iluminação eficiente e programas de incentivo à prática de atividades físicas, bem como a implantação de ciclovias, parques e calçadas acessíveis nas áreas urbanas favorece a saúde física, mental e social dos moradores.

## 5.3. Cidades Inteligentes

São cidades que adotam tecnologias, dados e inovação para melhorar a gestão urbana, eficiência de serviços públicos e qualidade de vida, implicando o uso de sensores, internet das coisas (IoT), inteligência artificial e sistemas de gestão integrados para otimizar recursos. Exemplo: sistemas de transporte inteligente que ajustam horários e rotas em tempo real, reduzindo congestionamentos e poluição, contribuindo para o meio ambiente e para a saúde dos cidadãos.

Mesmo que essas três referências não dialoguem diretamente, a compreensão desses conceitos demonstra que a promoção da saúde vai muito além do cuidado individual, envolvendo ações em ambientes urbanos, políticas ambientais e uso inteligente de tecnologia. É importante notar também que nos trazem de forma clara que os impactos reais em saúde não acontecem somente com os recursos efetivos da saúde e, sob a nossa avaliação, podem apresentar um efeito sinérgico para o planejamento de ações integradas e transformações urbanas fundamentais para construir sociedades mais saudáveis, sustentáveis e resilientes.

# 6. Convergências conceituais para a promoção de sociedades saudáveis e sustentáveis

- Holismo e integração: todos reconhecem a importância de uma abordagem integrada que considere múltiplos fatores — seja saúde

física, ambiental, social ou tecnológica — para promover melhorias sustentáveis.

- Prevenção e promoção: enfatizam ações preventivas e a promoção de ambientes saudáveis, sejam no âmbito individual, comunitário ou urbano.
- Sustentabilidade: valoriza o desenvolvimento sustentável, garantindo que estratégias para melhorar a saúde e a vida urbana sejam compatíveis com a preservação do meio ambiente e o uso racional de recursos.
- Intersetorialidade: requer a colaboração entre diferentes setores — saúde, meio ambiente, urbanismo, tecnologia — para se alcançar objetivos comuns.
- Qualidade de vida: todos convergem na busca por condições que elevem o bem-estar das populações, criando ambientes mais saudáveis, seguros e eficientes.

## **7. Integrando saúde, cidades e sustentabilidade para um futuro resiliente**

### *7.1. Saúde Única*

A política transversal pode promover ações de saúde que englobem fatores sociais, ambientais e econômicos, garantindo uma abordagem holística e integrada no cuidado às pessoas nas dimensões de proteção, promoção, assistência e reabilitação, considerando aspectos sociais e ambientais que afetam a saúde.

### *7.2. Cidades Saudáveis*

A implementação de políticas transversais visa garantir ambientes urbanos mais saudáveis, unindo ações de urbanismo, meio ambiente, mobilidade, saúde pública e educação para criar cidades mais seguras, acessíveis e sustentáveis.

### *7.3. Cidades Inteligentes*

Podem integrar tecnologias, energia, transporte e governança para otimizar recursos, melhorar a qualidade dos serviços urbanos e promover inovação social. A política transversal garante que diferentes áreas trabalhem juntas de forma coordenada.

#### *7.4. Sustentabilidade*

A política transversal permite que estratégias econômicas, ambientais e sociais sejam implementadas de forma conjunta, promovendo o desenvolvimento sustentável na dimensão financeira do ambiente.

#### *7.5. Intersetorialidade*

Essa é a base da política transversal, pois busca justamente a colaboração entre diversos setores, instituições e atores sociais para ações abrangentes e eficazes.

### **8. Elementos de ação**

- Decisão política dos prefeitos.
- Apoios políticos, legislativo e dos conselhos.
- Definição de um novo modelo de governança municipal, com estruturas, processos e pessoas com funções e papéis bem definidos, prevendo processo de tomada de decisão, intercooperação e participação social.
- Planejamento estratégico e definição de indicadores de acompanhamento.
- Acordos de parcerias com setores da gestão, sociedade civil organizada e empresários.

### **9. Potenciais desafios**

Como potenciais desafios, avaliamos resistência política, restrições de financiamento, falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e engajamento das diferentes partes interessadas.

### **10. Conclusão**

O enfrentamento de problemas sociais complexos exige uma estratégia que integre temas e ações de diversas áreas e setores, promovendo iniciativas coordenadas e simultâneas para alcançar objetivos comuns — uma política transversal. Essa abordagem busca romper com a visão fragmentada e isolada das políticas públicas, promovendo integração e foco em temas que

afetam diferentes setores da gestão pública do Estado (LAURELL 2001; DAHLGREN e WHITEHEAD 2006/7). A política transversal atua como um mecanismo de integração que conecta diferentes áreas, garantindo que ações relacionadas a saúde, sustentabilidade, tecnologia, urbanismo e outros domínios sejam coordenadas, complementares e articuladas, ampliando seu impacto na vida das pessoas.

Na saúde, a estratégia de integração intersetorial é essencial para enfrentar os determinantes sociais da saúde, promovendo ações que envolvam educação, assistência social, mobilidade, ambiente e proteção social (CARRASCO *et al.* 2017). A abordagem transversal pressupõe a construção de redes colaborativas entre diferentes setores, reconhecendo que a complexidade dos problemas sociais demanda respostas integradas (DAHLGREN e WHITEHEAD 2009). Diante de métodos e conceitos contemporâneos já bem aceitos pela administração pública, nos parece uma oportunidade utilizar a estratégia de cidades inteligentes como um recurso para aprimoramento da governança na direção da transversalidade da saúde nas decisões de investimento nos municípios. A cidade inteligente pode ser mais que um suporte tecnológico à saúde pública, pode ser trabalhada como uma estratégia para gestão de um plano de desenvolvimento municipal mais amplo, com uma conexão e governança entre os projetos para a cidade, trazendo a saúde como uma política transversal.

A saúde não pode mais ser tratada como apêndice orçamentário. É, de fato, a base de uma economia resiliente e justa, e a saída para esse impasse é um Pacto Nacional de Sustentabilidade em três dimensões:

- 1- Manutenção da autonomia do Poder Executivo frente aos recursos da saúde;
- 2- Fortalecimento da gestão municipal como uma oportunidade de atender melhor a população aumentando a assertividade nos investimentos e resultados para o cidadão;
- 3- Transformações através da implementação da saúde como política transversal.

Estabelecer esta agenda tem por objetivo não somente ampliar o investimento, mas fortalecer a cooperação e governança entre as diferentes áreas e a gestão sobre os investimentos do Estado, reconhecendo que os impactos reais em saúde não se dão somente com os recursos efetivos da saúde, mas são intersetoriais. Esta é uma nova forma de pensar a saúde e planejar o Estado, em uma busca de melhor aplicar e equilibrar os recursos existentes, em uma jornada de construção de um país mais saudável, mais

justo e que, por meio de políticas públicas bem formuladas e implementadas, atenda as reais necessidades da população e assegure desenvolvimento e crescimento econômico para o Brasil.

O futuro da economia brasileira depende da saúde e do bem-estar de seus cidadãos. Os desafios enfrentados pelo sistema de saúde brasileiro são complexos, mas não intransponíveis. O Pacto Nacional de Sustentabilidade é uma oportunidade e, mais do que um conjunto de políticas, é uma jornada tangível e um compromisso com um futuro mais saudável, equitativo e próspero para todos os brasileiros. Fornece uma estrutura para ação colaborativa, reunindo governo, setor privado e sociedade civil para criar um ecossistema de saúde perene. Instamos formuladores de políticas, líderes empresariais e cidadãos a abraçarem essa visão, defenderem sua implementação e trabalharem juntos para construir um Brasil onde a saúde seja a base do sucesso econômico.

## 11. Referências

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) (2017). Saúde. *BNDES Setorial* 46: 5-80.  
[https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14134/2/BNDES-Setorial-46\\_Saude\\_P\\_BD.pdf](https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14134/2/BNDES-Setorial-46_Saude_P_BD.pdf).
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (2024). **Carga Tributária Bruta do Governo Geral – 2023**. Brasília: Ministério da Fazenda.
- BUSS, Paulo M.; PELLEGRINI, Alberto (Fº.) (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Cadernos de Saúde Pública* 23(6): 1350–1354.
- CARRASCO, Maria *et al.* (2017). Intersectoral Action for Health: a critical review of concepts, tools and experiences. *Revista Pan-Americana de Saúde Pública* 41: 1–12.
- CASALECCHI, Alessandro (2025). **Cenários de longo prazo para a necessidade de financiamento da saúde**. Brasília: Instituição Fiscal Independente – IFI Estudo Especial n. 20).
- CNS – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (2019). **Radiografia da tributação do setor de saúde**: a elevada carga tributária sobre o principal direito fundamental do cidadão brasileiro. Edição 2019. [https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2021/01/RealidadeTributaria2019\\_web.pdf](https://fbh.com.br/wp-content/uploads/2021/01/RealidadeTributaria2019_web.pdf)
- DAHLGREN, Göran; WHITEHEAD, Margaret (2006/2007). **European Strategies for Tackling Social Inequities in Health**: Levelling Up Part 2. Copenhagen: WHO European Office.
- FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (2024). Indústria da Saúde: inovação, competitividade e desenvolvimento produtivo. São Paulo: DECOMSAÚDE.
- FOLHA DE S.PAULO. Economia passa violência e vai ao topo das preocupações do brasileiro, diz Datafolha. 12 abr. 2025.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/economia-passa-violencia-e-vai-ao-topo-das-preocupacoes-do-brasileiro-diz-datafolha.shtml>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018). **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação:** revisão 2018. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2011). Gasto com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. *Comunicado do Ipea 75*.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2025). **O custo dos acidentes de trânsito no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Nota Técnica – Disoc.

IPSOS (2025). **What worries the world – January 2025**. <https://www.ipsos.com/en/what-worries-world-january-2025>.

LAURELL, Ana C. (2001). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2007). **Spatial Planning for Health: The Ljubljana Charter on Sustainable Urban Development for Health**. Copenhagen: WHO Europe.

SENADO FEDERAL (Brasil) (2022). Saúde é a maior preocupação do brasileiro. Brasília, 12 dez. 2022.

UNITED NATIONS (UN) (2022). World Population Prospects 2022: Summary of Results. New York: UN-DESA.

UNITED NATIONS (UN) (2019). World Population Ageing 2019: Highlights. New York: UN-DESA.

VALOIS, Tacyra; BARBULHO, Ana P.; BALESTRIN, Francisco (2024). **Guia de ações municipios saudáveis**: transformando comunidades, cuidando de pessoas. São Paulo: FESAUDE e CBEXS.

VALOR ECONÔMICO (2024). Judicialização pressiona gastos do Ministério da Saúde e planos de saúde. São Paulo: Valor Econômico, 22 jul. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (199). **Healthy Cities**: Promoting Health and Equity – Approaches and Experiences. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

## Sítios da Internet

MCKINSEY & COMPANY. Smart Cities: digital solutions for better urban living. <https://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-digital/our-insights/smart-cities>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Cidades Saudáveis**. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-urbana>.

ONE HEALTH INITIATIVE. What is One Health? Disponível em: <https://www.onehealthinitiative.com/>.

ONU-HABITAT. Smart Cities. Disponível em: <https://unhabitat.org/topic/smart-cities>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). One Health. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/one-health>.

## Legislação e Normas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm).

BRASIL. Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19656.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19656.htm).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399\\_22\\_02\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html).

---

## Resumo

O artigo propõe uma releitura do papel da saúde nas políticas públicas brasileiras, destacando sua centralidade não apenas como direito fundamental, mas como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico. A análise parte de evidências atuais sobre a preocupação da população com saúde, economia e segurança, articula os determinantes sociais da saúde com os desafios estruturais do SUS, e avança para propor a saúde como política transversal. Apresenta ainda conceitos contemporâneos como Saúde Única, Cidades Saudáveis e Cidades Inteligentes como estratégias convergentes. Defendendo que cidade inteligente pode ser mais que um suporte tecnológico à saúde pública, pode ser trabalhada como uma estratégia para gestão de um plano de desenvolvimento municipal mais amplo, com uma conexão e governança entre os projetos para a cidade, trazendo a saúde como uma política transversal. Por fim, propõe a criação de um Pacto Nacional de Sustentabilidade que coloque a saúde no centro das decisões de investimento público e intersetorial como forma de garantir perenidade e desenvolvimento econômico a longo prazo.

## Abstract

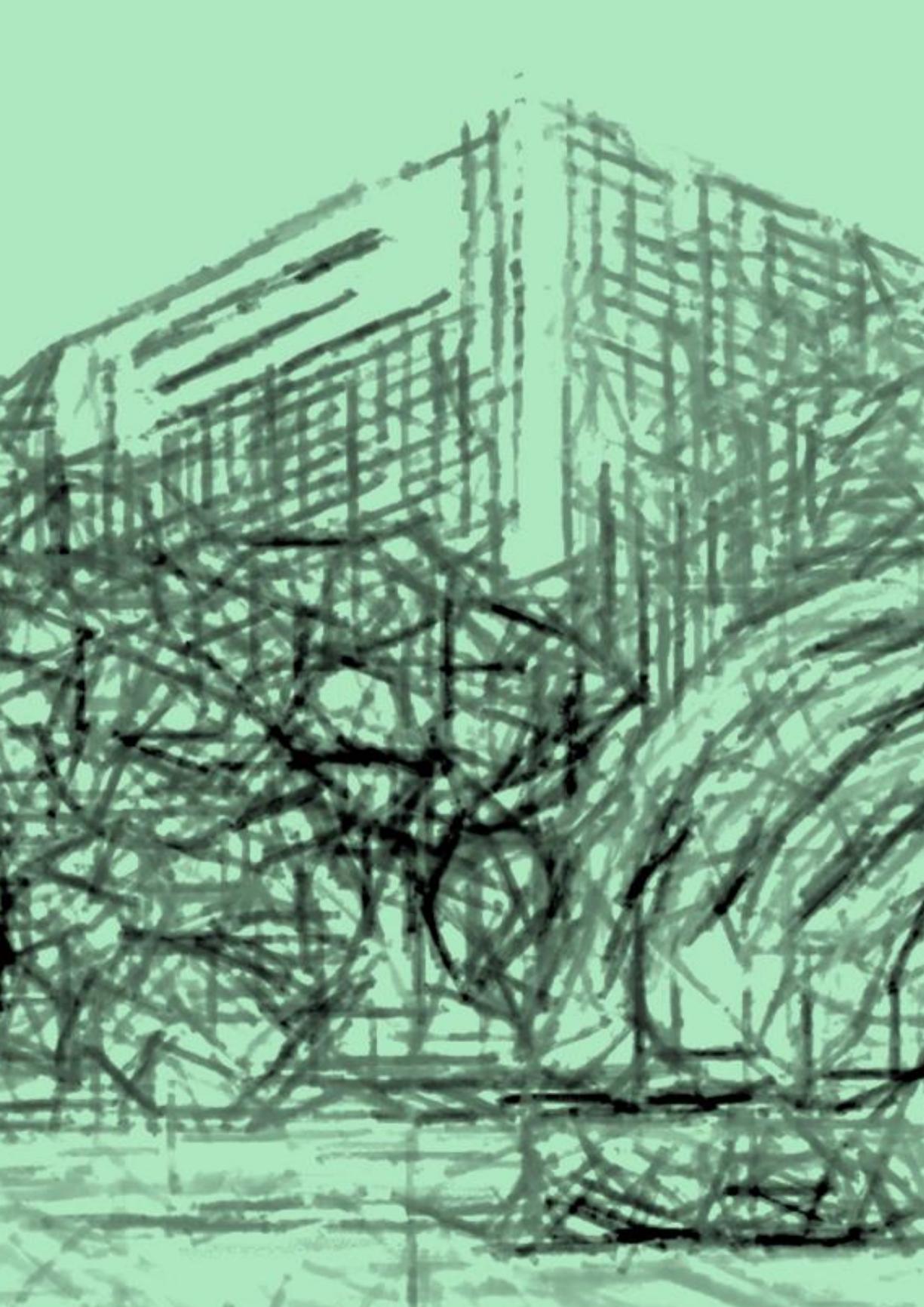
*This article proposes a reinterpretation of the role of health in Brazilian public policies, highlighting its centrality not only as a fundamental right but also as a strategic axis for economic development. The analysis draws on current evidence on the population's concern with health, the economy, and security, articulates the social determinants of health with the structural challenges of the Unified Health System (SUS), and advances to propose health as a cross-cutting policy. It also presents contemporary concepts such as One Health, Healthy Cities, and Smart Cities as convergent strategies. It argues that smart cities can be more than a technological*

*support for public health; they can be implemented as a strategy for managing a broader municipal development plan, with connections and governance among city projects, bringing health into the mainstream. Finally, it proposes the creation of a National Sustainability Pact that places health at the center of public and intersectoral investment decisions as a way to ensure sustainability and long-term economic development.*

---

### **Tacyra Valois**

Vice-presidente e Coordenadora do Comitê de Saúde da ABRIG. Diretora no DECOMSAÚDE da FIESP. Doutoranda em Administração pela Universidade de Bordeaux. Pesquisadora CEBRAP. Especialista em Saúde Coletiva pelo ISC/UFBA. Pós-graduada em Administração pela UNIFACS, MBA em Gestão em Saúde pela FECAP e Relações Governamentais pelo INSPER. Bacharel em Enfermagem pela UEFS.



# Memória Revista do ILP

# **Revista do ILP n.1**

## **Outubro de 2015**

---

### **ARTIGOS**

**O ILP e a educação política: percepções com base em atividades de formação**  
Humberto Dantas e Iara Schiavi

**Políticas públicas e planejamento estratégico: é possível compatibilizá-los?**  
Moisés da Silva Marques

**Sucesso eleitoral nas disputas municipais no Estado de São Paulo em 2012 e suas variáveis condicionantes**

Adriano Codato e Mariana Lorencetti

**Políticas Públicas, globalização e estado democrático**

Marco Aurélio Nogueira e Geraldo Di Giovanni

### **DADOS SOCIAIS**

**Para conhecer o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)**  
Maria Paula Ferreira e Silvia Mancini

### **ESTUDOS NOVOS**

**Aspectos relevantes do processo legislativo do Estado de São Paulo; um estudo comparativo entre parlamentos brasileiros**

Vítor Polacchini

**Prevenção à evasão escolar: confluências entre Brasil e Quebec**  
Mariana Estevam

### **APARTE**

**Apresentação**  
Airton Paschoa

**Evolução**  
Machado de Assis

## **DOSSIÊ**

**Breve balança da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**  
Assessoria da Comissão da Verdade do estado de São Paulo “Rubens Paiva”

**O ILP e a Comissão Estadual da Verdade: uma colaboração histórica**  
Marcos Couto Gonçalves

**Workshop “A Comissão da Verdade – desafios e possibilidades” (2012)**  
Eduardo González Cueva

**Seminário “O direito à verdade: informação, memória e cidadania” (2012)**  
Paulo Abrão

**Seminário “Psicanálise, política e memória em tempos sombrios: Brasil e Argentina” (2012)**  
Fabiana Rousseaux e Maria Rita Kehl

**Seminário “Verdade e infância roubada” (2013)**  
Eliana Paiva

## **RESENHAS**

**O Orçamento Participativo na Cidade de São Paulo (2001-2004). Confrontos e enfrentamentos no Circuito do Poder, de João Marcus Pires Dias.**  
Isabel Frontana Caldas e Francelino Grando

**Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira, de Leônio Martins Rodrigues**  
Tiago Alexandre Leme Barbosa

# **Revista do ILP n.2 (especial)**

**Dezembro de 2021**

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=24728>

---

## **DOSSIÊ ILP VINTE ANOS**

**A importância do ILP para a sociedade brasileira**

Carlão Pignatari

**A sociedade moderna e digital, e o conhecimento sobre processos políticos**

Karina do Carmo

**Educação e Boas Práticas, um legado do ILP e da ALESP**

Julio Ramos

**Depoimento**

Walter Feldman

**O pioneirismo educacional do ILP no raiar do século XXI**

Florian Madruga

**ILP: uma história de excelência**

Roberto Lamari

**A história do Instituto do Legislativo Paulista: momentos significativos**

Silmara Lauar e Any Ortega

**A evolução do trabalho do ILP em seus vinte anos**

Silmara Lauar, Any Ortega, Taís Santaguita e Victoria Miotto

**O projeto pedagógico do ILP: princípios e fundamentos**

Any Ortega, Paula Schneider Pereira e Silmara Lauar

**O ensino de pós-graduação no Instituto do Legislativo Paulista: uma síntese**

Any Ortega, Paula Schneider Pereira e Silmara Lauar

# **Revista do ILP n.3**

**Dezembro de 2021**

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=24768>

---

## **Editorial**

Any Ortega e Silmara Lauar

## **TEMAS CONTEMPORÂNEOS**

### **Letramento político: a experiência da Câmara Municipal de Itapevi**

Marcelo Damasceno e Luiz Farias

### **Homenagem ao padre Ticão: um líder dos movimentos sociais**

Marta Assumpção-Rodrigues, Júlia Rossi e Julia Santos

### **A importância do projeto político pedagógico para as escolas do legislativo**

Roberto Lamari

## **ILP CIÊNCIA E CULTURA**

### **ATAS DO SEMINÁRIO “O DIA DA TERRA”**

## **Apresentação**

Alex Peloggia

### **O Antropoceno: uma introdução aos conceitos e significados**

Alex Peloggia

### **A proposição de um novo intervalo do tempo geológico: o Antropoceno**

Paulo César Boggiani

### **O Antropoceno no Oeste Paulista**

Antonio Manoel dos Santos Oliveira

### **As transformações da paisagem do Oeste Paulista**

João Osvaldo Rodrigues Nunes, Érika Cristina Nesta Silva,

Dener Toledo Mathias e Marcel Bordin Galvão Dias

### **Erosão rural e urbana**

Antonio José Teixeira Guerra

## **RESUMOS E SUMÁRIOS DO NÚMERO 1**

**O ILP e a educação política: percepções com base em atividades de formação**  
Humberto Dantas e Iara Schiavi

**Políticas públicas e planejamento estratégico: é possível compatibilizá-los?**  
Moisés da Silva Marques

**Sucesso eleitoral nas disputas municipais no Estado de São Paulo em 2012**  
Adriano Codato e Mariana Lorencetti

**Políticas públicas, globalização e estado democrático**  
Marco Aurélio Nogueira e Geraldo Di Giovanni

**Para conhecer o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)**  
Maria Paula Ferreira e Silvia Mancini

**Aspectos relevantes do processo legislativo do Estado de São Paulo**  
Vítor Polacchini

**Prevenção à evasão escolar: confluências entre Brasil e Quebec**  
Mariana Estevam

**Dossiê Comissão da Verdade**  
Any Ortega, editora

# **Revista do ILP n.4 (especial)**

**Dezembro de 2022**

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25049>

---

## **Editorial**

Any Ortega e Silmara Lauar

## **Apresentação**

Karina do Carmo

## **I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO LEGISLATIVO**

### **Caminhos para o Direito Legislativo**

Murillo de Aragão

### **Apresentação**

Alexandre Issa Kimura

### **Apresentação**

Rodrigo Del Nero

### **Processo Legislativo: principais desafios, atuação do Poder Legislativo e Judicialização.**

Jaquelini de Godeis e Júlio Ramos

### **Solenidade de Abertura**

Carlão Pignatari, Karina do Carmo, Murillo Aragão, Michel Temer, Luiz Fernando Bandeira de Mello e Fernando José da Costa

### **Palestra Magna de Abertura:**

### **O advogado e o Processo Legislativo**

Michel Temer

### **Painel 1.**

### **Desafios do Processo Legislativo Contemporâneo**

Murillo Aragão, Gustavo Saboia, Luiz Fernando Bandeira de Mello e Pierpaolo Bottini

### **Painel 2**

### **Defesa de Interesse no Poder Legislativo**

Luciana Lóssio, Murillo Aragão, Marco Antonio Hatem Beneton e Marcelo Bechara

## **Palestra Magna: Política, Justiça e Direito**

Luis Roberto Barroso

### **Painel 3**

#### **O papel das consultorias jurídicas no Poder Legislativo**

Angela Cignachi, Alexandre Issa Kimura, Leandro Vinícius da Conceição, Luciana de Fátima da Silva e Luciana Lóssio

### **Painel 4**

#### **Dinâmica do processo decisório no Parlamento**

Alexandre Tostes, Rodrigo Del Nero, Breno Gandelman, Julio Cesar Forte Ramos e Beto Vasconcelos

### **Painel 5**

#### **Comissões Parlamentares de Inquérito e o advogado no Estado de Direito**

Miguel Cançado, Miguel Mattos, Celso Villardi, Pierpaolo Bottini, João Batista Rodrigues

### **Painel 6**

#### **Direitos e prerrogativas dos advogados no Poder Legislativo**

Miguel Mattos, Angela Cignachi, Alexandre Tostes e João Batista Rodrigues.

### **Painel 7**

#### **O decoro parlamentar e a imunidade parlamentar: evolução ou involução na jurisprudência do STF?**

Marco Antonio Hatem Beneton, Carmen Silvia lima de Arruda, Carlos Eduardo de Araujo, Alexandre Jorge Carneiro da Cunha e Carlos Roberto de Alckmin Dutra

## **Palestra Final: O Futuro da Advocacia no Processo Legislativo**

Murillo de Aragão

# **Revista do ILP n.5 (especial)**

Fevereiro de 2023

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25068>

---

## **ANÁLISE DE IMPACTO LEGISLATIVO: A NOVA FRONTEIRA NO PROCESSO PARA A PRODUÇÃO DE LEIS**

### **Editorial.**

Any Ortega e Silmara Lauar

### **Prefácio**

Karina do Carmo

#### **Análise de Impacto Legislativo: alguns passos de uma agenda**

#### **inadiável**

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Carmen Silvia L. de Arruda e Renata Rocha Villela

#### **Avaliação de Impacto Legislativo, constituição e direitos fundamentais**

Ana Paula de Barcellos

#### **Desarmar conflitos: reflexões sobre o possível papel da análise de impacto legislativo no contexto da disputa política**

Carlos Otávio Bandeira Lins

#### **Os superpoderes do Relator-Geral do Orçamento: as emendas parlamentares (RP-9) no Brasil e as earmarks nos Estados Unidos da América**

Carina Barbosa Gouvêa e Pedro H. Villas Bôas Castelo Branco

#### **Propostas para uma legislação de melhor qualidade**

Carmen Silvia Lima de Arruda

#### **O papel do Congresso Nacional na apreciação dos vetos presidenciais: impactos no processo legislativo a partir de 1988**

Michel Kurdoglian Lutaif e Luís Gustavo Faria Guimarães

**Avaliação Sucessiva de Impacto Legislativo: vetos integrais a projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal de São Paulo (SP) de 2016 a 2020**

Felipe Oliveira Marçon Belchior e Maria Nazaré Lins Barbosa

**A importância da advocacia pública na qualificação da produção legislativa**

Yuri Carajelescov

**Impulso Legislativo: a avaliação do impacto financeiro e orçamentário**

Bruno Mitsuo Nagata

**Análise de Impacto Legislativo *ex ante* e *ex post*: a atividade legislativa sob as premissas do Constructivismo Lógico-Semântico**

Ronaldo José de Andrade

**A institucionalização da Análise de Impacto Legislativo em perspectiva comparada: Brasil e União Europeia**

Victor Marcel Pinheiro

**Governança pública multinível: um efeito legislativo felizmente inferido, mas à deriva? Análise a partir da legislação brasileira sobre o saneamento básico**

Ciro di Benatti Galvão

**Técnica legislativa e a Lei dos Crimes Hediondos**

Lucas Catib de Laurentiis, Fernanda Carolina de Araújo Ifanger e Strauss Vidrich de Souza

**Reforma da Lei de Improbidade e devido processo legislativo**

Laura M. Amando de Barros e Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho

# **Revista do ILP n.6 (especial)**

**Setembro de 2023**

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25288>

---

## **Editorial**

Any Ortega

## **CONGRESSO DE ADVOCACIA PÚBLICA NO PODER LEGISLATIVO Parte I – 6 de março de 2023**

### **Debate de Abertura**

#### **A Importância da Advocacia Pública no Poder Legislativo**

Nelson Flávio Brito Bandeira, Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva, Paulo Augusto Baccarin, Fernando Cunha e Alexandre Issa Kinura

### **Mesa 1**

#### **O papel do Advogado Público Legislativo na elaboração legislativa:**

#### **Técnica Legislativa**

Carlos Roberto de Alckmin Dutra, Derly Barreto e Silva Filho, Elival da Silva Ramos, Desirée Sepe de Marco e Lilian Vargas Pereira Poças

### **Mesa 2**

#### **Características e peculiaridades da Advocacia Pública do Poder**

#### **Legislativo: estruturação da carreira**

Rita de Kassia de França Teodoro, Ricardo Teixeira da Silva, Yuri Carajelescov e Rodrigo Crepaldi Perez Capucelli

#### **Lançamento da Revista do ILP n.5: Análise de Impacto Legislativo: a nova**

#### **fronteira no processo para a produção de leis.**

Karina do Carmo, Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Carmen Silvia Lima de Arruda e Renata Villela

# **Revista do ILP n.7**

**Dezembro de 2023**

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25349>

---

## **Editorial**

Any Ortega

## **TEMAS CONTEMPORÂNEOS**

### **Entre aprendizados mútuos e corrupção sistêmica: a tênue linha entre Direito e Política**

Felipe Rodrigues Monteiro, Nelson Flávio Brito Bandeira, Roberto Chibiak Junior e Rodrigo Vitoriano

### **Plano anticorrupção do Estado de São Paulo: uma análise crítica**

Alexandre Peres Rodrigues

### **Policimento escolar no Estado de São Paulo: legislação, desafios e perspectivas**

Flávia March e Vilmar Duarte Maciel

### **Direitos humanos e o Brasil: o Tribunal Penal Internacional e seus reflexos**

Érika Rigotti Furtado

### **O parágrafo único e a alteração de leis**

Márcio Cardosos de Sena

### **Reflexões sobre o papel do Direito Econômico na interrelação entre o indivíduo e o mercado capitalista**

Claudio de Albuquerque Grandmaison

### **O Direito Internacional Humanitário: a perspectiva do passado em busca da paz**

Helen Barbosa Raiz e Thiago dos Santos Dias

### **Partidos políticos e representatividade de gênero no Brasil**

Najara Soares Ramires

# **Revista do ILP n.8 (especial)**

**Junho de 2024**

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25508>

---

## **Editorial**

Any Ortega

**ATAS DO SEMINÁRIO ILP+DEFENSORIA  
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEUS DESAFIOS SETORIAIS:  
CINCO ANOS DA LGPD  
7 e 8 de novembro de 2023**

## **Mesa de Abertura**

Agnes Sacilotto, Florisvaldo Fiorentino, Leila Rocha Sponton, Carlos Isa e Marco Loschiavo

## **Mesa 1**

**A LGPD e seu legado: rumo à mudança cultural em relação aos dados pessoais.**  
Marco Loschiavo, Miriam Wimmer, Celso Campilongo, Raquel Gatto e Orlando Silva

## **Mesa 2**

**Balanço das experiências de adequação à LGPD no setor público**  
Marina Zago, Ana Rita Nery e Rafael Pitanga

## **Mesa 3**

**Balanço das experiências de adequação à LGPD no setor privado**  
Rafael Ferreira, Tomaz Miranda, Leonardo Melo Lins,  
Paulo Vinícius de Carvalho Soares e Henrique Rocha

# **Revista do ILP n.9 (especial)**

Setembro de 2024

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25708>

---

## **Editorial**

Any Ortega

## **ATAS DO SEMINÁRIO ILP+DEFENSORIA ELEIÇÕES 2024: A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

04, 11, 18 e 25 de abril de 2024

### **Mesa de Abertura**

Alexandre Kimura, Carlos Roberto Isa, Encinas Manfré, Florisvaldo Fiorentino, Guilherme Piccina e Natacha Souza Jones

### **Primeiro Debate**

#### **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROPAGANDA ELEITORAL: PANORAMA E PERSPECTIVAS.**

Heloísa Massaro, Paulo Taubemblatt e Regis de Castilho Barbosa Filho

### **Segundo Debate**

#### **DIVERSIDADE NA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E VIOLÊNCIA POLÍTICA**

Ana Laura Bandeira Lins Lunardelli, Edilene Lobo e Maíra Recchia

### **Terceiro Debate**

#### **FEDERAÇÕES, PARTIDOS, COLIGAÇÕES E FINANCIAMENTO ELEITORAL**

Maria Claudia Bedotti, Michel Bertoni e Ricardo Vita Porto

### **Quarto Debate**

#### **DEMOCRACIA, PROPAGANDA ELEITORAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Carlos Isa, Flávio Brito, Maria Virgínia Mesquita Nasser, Ricardo Penteado e Roberto Maia Filho

# Revista do ILP n.10

Dezembro de 2024

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25728>

---

## Editorial

Any Ortega e Caroline Gomes

## ATAS DO SEMINÁRIO INICIATIVA NO PROCESSO LEGISLATIVO 28 de maio de 2024

### **Painel 1: A Análise de Impacto Orçamentário como requisito adicional para a validade formal de leis criadoras de despesas: discussões à luz da ADI 7633**

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Renata Rocha Villela e Carmen Sílvia Lima de Arruda

### **Painel 2: Iniciativa no Processo Legislativo: aspectos da federação e questões polêmicas**

Alexandre Issa Kimura, Fábio Santana, Roberta Clemente e Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

### **IMPACTO DA INTELIGÊNCIA GENERATIVA NA POLÍCIA JUDICIÁRIA E DISCIPLINA**

Vilmar Duarte Maciel

### **EMPRESAS TRANSNACIONAIS: *compliance* baseado nos princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos da ONU e estruturas institucionais de regulação e autorregulação**

Maurício Fiorito e Rubem Aloysio Moreira Neto

### **REELEIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS: evolução jurisprudencial (ADI nº 6524)**

Ronaldo Quintanha da Silva e Gustavo Machado Pires

### **O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DE CONFLITOS**

Claudio de Albuquerque Grandmaison

# **Revista do ILP n.11 (especial)**

**Junho de 2025**

[www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25948](http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=25948)

---

## **Apresentação**

Daniel Santos Garroux

## **Editorial**

Any Ortega e Caroline Gomes

## **ATAS DO SEMINÁRIO**

### **IMPACTOS DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL: O QUE ESPERAR PARA OS PRÓXIMOS ANOS?**

12 de novembro de 2024

#### **Mesa de Abertura**

Emiliana Herrmann, Agnes Sacilotto, Andréa Werner, Priscila Beltrame, Eudes de Oliveira, Walter Feldman e Alexandre Kalache

16-33

#### **Debate**

João Iotti, Monize Marques, Deusiania Falcão, Luiz Fernando Baby Miranda e Jorge Felix

## **ATAS DO SEMINÁRIO**

### **JOGOS E APOSTAS: PROTEÇÃO E SAÚDE DO CONSUMIDOR**

26 de novembro de 2024

#### **Debate**

Hermano Tavares, Luiz Fernando Baby Miranda, Luiz Orsatti Filho e Robson Santos Campos

# Política Editorial

A *Revista do ILP* (ISSN 2446-600X) é um periódico acadêmico (técnico-científico) de livre acesso e distribuição, publicado pelo Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Instituto do Legislativo Paulista – ILP). É editada em formato impresso com arquivo disponibilizado em meio eletrônico (publicação hospedada na Biblioteca Digital da ALESP com acesso direto pela página do ILP):

<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/>

<https://www.al.sp.gov.br/ilp/publicacoes/>.

Com o objetivo é contribuir para a consecução das atribuições de pesquisa e extensão científica do Instituto do Legislativo Paulista, a Revista do ILP publica trabalhos originais e inéditos de pesquisa ou discussão teórica e revisão, relatos de debates e informações acadêmicas institucionais, nos campos de Estudos Legislativos, Ciência Política, Políticas Públicas, Governo, Gestão Pública e Atividade Legislativa, assim como temas técnico-científicos e culturais de relevante interesse social contemporâneo.

Informações sobre a submissão de artigos e o processo editorial podem ser acessadas na página de publicações do ILP:

[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/periodicos/submissao\\_de\\_artigos.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/periodicos/submissao_de_artigos.pdf)

Editoria:

**Dainis Karepovs** (editor), 2015

**Airton Paschoa** (editor assistente), 2015

**Silmara Lauar** (editora associada), 2021-2023

**Any Ortega** (editora), 2021- atual

**Caroline Gomes** (editora assistente), 2024 - atual

